

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CASSIANO SCHWANTES CORRÊA

***ECONOMIC STATECRAFT: A PROJEÇÃO CHINESA DIANTE DA TRANSIÇÃO DO
CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO***

**SANTANA DO LIVRAMENTO
2022**

CASSIANO SCHWANTES CORRÊA

***ECONOMIC STATECRAFT: A PROJEÇÃO CHINESA DIANTE DA TRANSIÇÃO DO
CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nathaly Xavier Schütz.

Coorientador: Prof^o. Dr^o. Bruno Hendler.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

C824e Corrêa, Cassiano Schwantes

Economic Statecraft: a projeção chinesa diante da transição do Ciclo Sistêmico de Acumulação / Cassiano Schwantes Corrêa.
113 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.

"Orientação: Nathaly Xavier Schutz".

1. Relações Internacionais. 2. China. 3. Ciclos Sistêmicos de Acumulação. 4. Estados Unidos da América. 5. Economic Statecraft. I. Título.

CASSIANO SCHWANTES CORRÊA

***ECONOMIC STATECRAFT: A PROJEÇÃO CHINESA DIANTE DA TRANSIÇÃO DO
CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 09/01/2023

Banca examinadora

Nathaly Xavier Schütz

Prof^a. Dr^a. Nathaly Xavier Schütz
(Orientadora)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)



Prof^o. Dr^o Bruno Hendler
(Coorientador)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
(Membro da Banca)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Angela e Gilson, os quais jamais mediram esforços para que eu pudesse buscar meus sonhos fora de seus braços. Ao meu pai que sempre trabalhou para possibilitar uma educação de qualidade aos seus filhos, e também ao seu amor incondicional, o qual por mais que ele não reconheça, é o que conduz a felicidade da nossa família. À minha mãe que desde a minha infância me ensinou a importância da educação e da leitura, incentivando-me a tornar cidadão do mundo para que eu alcançasse minha própria maneira de viver. Muito obrigado pelo apoio incondicional às minhas decisões e ideias. Vocês foram, são e serão essenciais nos rumos que tomarei para minha vida. Ademais, agradeço à minha avó que esteve comigo sempre transmitindo seus valores e histórias que serviram de inspiração para me tornar o que sou hoje. À minha irmã que sempre esteve ao meu lado e que é um exemplo de conquista para mim, ainda que ela não saiba.

Agradeço aos amigos que estiveram ao meu lado nos mais diversos momentos. Aos meus amigos e amigas de infância, Adam, Pedro, Rafael, Ana, Maria e Alyce que sempre estiveram ao meu lado apesar da distância, facilitando sempre a forma de ver o mundo. Vocês estarão sempre no meu coração e desejo a vocês um universo de conquistas. Agradeço as amizades que Santana do Livramento me proporcionou ao longo da graduação, especialmente à Bruna, Esther e Teodora, as quais com o companheirismo, amizade, carinho e diversão me possibilitaram percorrer esse trajeto com gratidão e alegria. Espero que nossa amizade não se dissolva com a distância que nossas vidas tomarão, pois vocês são pessoas que quero guardar para o resto da minha vida. Cada riso dado com vocês foi único e ficará marcado em meu peito.

Agradeço também ao Vinícius, o qual conheci em 2022 e se tornou uma das pessoas mais importantes da minha vida. Agradeço-te por sempre me incentivar, encorajar e estar ao meu lado diante de tantas conquistas e adversidades, fostes fundamental para meu desenvolvimento pessoal, emocional e profissional. Cada momento ficou e ficará eternizado dentro de mim. És uma pessoa de alma genuína e merece ganhar o mundo.

Agradeço aos professores que passaram pela minha vida. Em especial aos da graduação que me possibilitaram uma educação crítica, de qualidade e emancipatória. Sou grato aos professores que me proporcionaram adentrar nos projetos de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Também, agradeço aos meus orientadores, Nathaly e Bruno, os quais sempre estiveram dispostos a me orientar, comentar e criticar minha pesquisa. O conhecimento e os conselhos de vocês foram fundamentais na minha trajetória acadêmica.

Por último, agradeço à Universidade Federal do Pampa por ter garantido uma educação

superior, gratuita e de qualidade nesses quatro anos do meu bacharelado. Sou grato pelas vivências, experiências e oportunidades que me desenvolveram como cidadão e como ser humano. Ao longo dos quatro anos aprendi a importância de uma luta conjunta contra todos os projetos neoliberais de desmontes da educação brasileira, sendo esta última o único caminho para uma sociedade mais coesa e justa. Hoje, reconheço a importância de sonhar, materialmente, com a emancipação intelectual e social do povo brasileiro. Por isso, prometo por meio deste, manter minha luta em defesa da educação. Como diria Eduardo Galeano, a utopia se encontra sempre em movimento no horizonte, para que nunca deixemos de caminhar em busca dela.

*No es posible para China detener la desintegración del sistema capitalista.
Únicamente puede intentar asegurar su lugar en un futuro sistema-mundo.*

- Immanuel Wallerstein (2017)

RESUMO

A China desde 1970 tem se destacado como polo de acumulação de capital, não somente internamente, mas também no estrangeiro por meio de suas políticas de desenvolvimento. Enquanto isso, os EUA, ainda que liderando as instituições financeiras e econômicas do globo, estão se deteriorando em termos de domínio e poder. Assim, o que se coloca à nossa frente é o debate sobre a China estar ocupando um espaço cada vez mais significativo nas estruturas políticas do sistema mundial, tornando necessária a discussão para compreender a China e suas atitudes em âmbitos internacionais. Logo, para isso, este trabalho científico é de caráter qualitativo, explicativo e hipotético-dedutivo por se tratar de uma análise teórico-conceitual, a qual abordou perspectivas sistêmicas de longa duração tal como a dos sistemas-mundo para observar, corroborar ou refutar a problemática levantada. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a economic statecraft (e.e.) chinesa como mecanismo de propulsão para a projeção econômica do país a partir de 2008, considerando a crise terminal do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano e conseqüentemente a atual transição dos polos de poder e riquezas. Para que seja possível identificar os fatos, utilizar-se-á de um método histórico e comparativo dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) para entender como tem se dado os padrões de recorrência e evolução destes. Através de uma coleta de dados primários e secundários, realizou-se uma comparação entre os dados da economic statecraft chinesa e estadunidense em suas respectivas fases de expansão material, haja vista que as sobreposições e os padrões dos ciclos se tornam essenciais para entender e prospectar cenários para os desdobramentos da transição dos centros de acumulação e hegemônicos. Portanto, o que se percebe é que a China, ainda que venha mostrando um protagonismo no cenário internacional, suas intenções não estão voltadas a se tornar *hegemon* ou centro de um CSA. O que a China objetiva é manter seus altos padrões de desenvolvimento por meio de suas relações multilaterais nos fóruns de debate, intensificando uma nova ordem multilateral que contribua para seus projetos de projeção além de gradativamente permanecer investindo seu capital nas relações *win-win* com o resto do mundo por meio de seu E.E.

Palavras-chave: Ciclos Sistêmicos de Acumulação; China; EUA; Economic Statecraft.

ABSTRACT

Since the 1970s, China has stood out as a center of capital accumulation, not only domestically but also abroad through its development policies. Meanwhile, the US, while leading the globe's financial and economic institutions, is deteriorating in terms of dominance and power. Thus, what lies ahead of us is the debate about China occupying an increasingly significant space in the political structures of the world system, making the discussion necessary to understand China and its attitudes in international spheres. Therefore, for this purpose, this scientific work is of a qualitative, explanatory and hypothetical-deductive nature, as it is a theoretical-conceptual analysis, which addressed long-term systemic perspectives such as that of world-systems to observe, corroborate or refute the problem raised. The present research has the general objective of analyzing the Chinese economic statecraft (E.E.) as a propulsion mechanism for the country's economic projection from 2008 onwards, considering the terminal crisis of the North American systemic cycle of accumulation and consequently the current transition of the poles of power and riches. In order to be able to identify the facts, a historical and comparative method of the Systemic Accumulation Cycles (SAC) will be used to understand how the patterns of recurrence and evolution of these have been given. Through a collection of primary and secondary data, a comparison was made between the data of the Chinese and American economic statecraft in their respective phases of material expansion, considering that the overlaps and patterns of the cycles become essential to understand and prospect scenarios for the unfolding of the transition of accumulation and hegemonic centers. Therefore, what can be seen is that China, even though it has been playing a leading role on the international stage, its intentions are not aimed at becoming a hegemon or the center of a CSA. What China aims for is to maintain its high standards of development through its multilateral relations in the debate forums, intensifying a new multilateral order that contributes to its projection projects, in addition to gradually continuing to invest its capital in win-win relations with the rest of the world through its E.E.

Keywords: Systemic Cycles of Accumulation; China; EUA; Economic Statecraft.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE - Agência Internacional de Energia
AIIB - Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSA - Ciclos Sistêmicos de Acumulação
CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
DIT - Divisão Internacional do Trabalho
EC-M - Economia-Mundo Capitalista
EUA - Estados Unidos da América
E.E. - Estatismo Econômico
EMN's - Empresas Multinacionais
FMI - Fundo Monetário Internacional
IED's - Investimentos Externos Diretos
NDRC - Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX - Organização para Cooperação de Xangai
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organizações das Nações Unidas
OTAN - Organização Tratado do Atlântico Norte
PCC - Partido Comunista Chinês
PIB - Produto Interno Bruto
RCEP - Parceria Econômica Regional Abrangente
RPC- República Popular da China
SM - Sistemas-Mundo
SM-M - Sistema-Mundo Moderno
TPP - Parceria Transpacífica
UE - União Europeia
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOC - *Verenigde Oost-Indische Compagnie*
ZEE's - Zonas Econômicas Especiais
I GM - Primeira Guerra Mundial
II GM - Segunda Guerra Mundial

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. CICLOS DE TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS.....	26
FIGURA 2. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO.....	32
FIGURA 3. PADRÕES EVOLUCIONÁRIOS DOS CSA.....	34
FIGURA 4. IED'S DOS EUA EM COMPARAÇÃO AO RESTO DO MUNDO.....	58
FIGURA 5. IED'S DOS EUA POR TIPO EM US\$.....	60
FIGURA 6. ESTOQUE DE IED'S DOS EUA PARA O EXTERIOR EM % RESTO DO MUNDO.....	62
FIGURA 7. FLUXOS PARA O EXTERIOR DE IED'S EM % DO PIB.....	63
FIGURA 8. USO REAL DE CAPITAL ESTRANGEIRO PELA CHINA A CADA US\$ 10M.....	64
FIGURA 9. FLUXOS PARA O EXTERIOR DE IED'S CHINA A CADA US\$ 10M (2008-2012)	65
FIGURA 10. FLUXOS PARA O EXTERIOR DE IED'S CHINA/EUA EM MILHÕES DE US\$ (2008-2012)	67
FIGURA 11. ESTOQUE DE IED'S DA CHINA E EUA PARA O EXTERIOR EM % RESTO DO MUNDO.....	68
FIGURA 12. IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS EUA EM US\$.....	71
FIGURA 13. ABERTURA COMERCIAL DE 1950-2019 EM PARCELA DO PIB (%)	72
FIGURA 14. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DOS EUA PARA O MUNDO EM MILHÕES DE US\$.....	73
FIGURA 15. BALANÇA DE PAGAMENTO DOS EUA/CHINA/MUNDO.	74
FIGURA 16. VOLUME DE NEGÓCIOS DOS PROJETOS DA CHINA NO MUNDO EM US\$ 10 MILHÕES.....	76
FIGURA 17. TOTAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA CHINA EM MILHÕES DE US\$.....	77

FIGURA 18. EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS CHINA/ ALTAS ECONOMIAS/ BAIXAS ECONOMIAS EM US\$ MILHÕES.	78
FIGURA 19. BALANÇA DE PAGAMENTOS DA CHINA E DOS EUA DE 1980 A 2019 EM MILHÕES DE US\$.	79
FIGURA 20. A DINÂMICA DAS TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS.	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO E A ASCENSÃO CHINESA.....	21
2.1. A análise dos Sistemas-Mundo e a formação de hegemonias	23
2.2. A hegemonia norte-americana no sistema-mundo moderno	36
2.2.1. Os EUA pós-1945.....	38
2.2.2. A crise sinalizadora de 1970	41
2.3. A ascensão chinesa no sistema-mundo moderno	44
2.3.1. Abertura e reformas na China.....	45
2.3.2. A internacionalização chinesa: da estratégia <i>Going Global</i> à Crise de 2009 ..	48
3. <i>ECONOMIC STATECRAFT</i> : UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ÍNDICES DOS EUA E CHINA	52
3.1. O conceito de <i>Economic Statecraft</i> e sua utilização positiva;	54
3.1.1. EUA x China: o estatismo econômico no sistema-mundo moderno;.....	56
3.2 Investimentos Externos Diretos (IED's);	58
3.2.1. IED's dos EUA pós-1945;	60
3.2.2. IED's da China pós-2009;.....	65
3.3. Comércio Internacional.....	71
3.3.1. Relações comerciais EUA pós-1945	72
3.3.2. Relações comerciais China pós-2009	77
4. A CHINA COMO CENTRO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	81
4.1. A transição dos polos no CSA	83
4.1.1. Políticas ambientais da China	86
4.1.2. Participação chinesa na Política Internacional	90
4.1.3. Projeção econômica internacional da China	94
4.2. Prospeções para a China diante da atual transição dos CSA	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102

1. INTRODUÇÃO

Surgiu na década de 1970 a perspectiva dos sistemas-mundo desenvolvida por autores tais como Immanuel Wallerstein, que colocou em debate não somente os objetos de estudo das Ciências Sociais, mas também a estrutura de análise dos movimentos de saber. A análise dos SM tem como prerrogativa o estudo do sistema-histórico em longas durações para compreender o desenvolvimento dos sistemas que surgiram ao longo da história. Baseando-se nas obras de Fernand Braudel, Wallerstein e Giovanni Arrighi, desenvolveram-se estudos sistêmicos sobre a origem e funcionamento de impérios-mundo e sistemas-mundo. Este se desenvolveu a partir do século XVI na Europa e se expandiu até abarcar uma parte significativa do globo por meio de uma divisão internacional do trabalho (DIT) e múltiplos centros político econômicos descentralizados, denominado de economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2005).

A economia-mundo capitalista se configura como uma grande região mundial que possui em si uma DIT, diversos centros político culturais e instituições que obedecem a determinadas normativas sistêmicas. Wallerstein (2012) expressou que os sistemas-mundo não são eternos, ou seja, eles se originam e funcionam seguindo regras que marcam o período de governabilidade através de hegemonias até entrar em declínio com uma crise estrutural terminal. Houve dois tipos de sistemas-históricos até hoje: os impérios-mundo, que correspondem às grandes civilizações medievais; e os sistemas-mundo, dentro dos quais o sistema capitalista é o sistema-mundo moderno. Destaca-se que uma das características do sistema-mundo moderno, o capitalista, é que ele é formado por entidades estatais. Ou seja, a economia-mundo capitalista se originou a partir de um sistema interestatal, com a formação dos Estados nacionais que até hoje competem por maiores capacidades de poder e liderança.

Nesse contexto, Arrighi (1996) desenvolveu a visão dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) para explicitar como se dá, em termos sistêmicos, a ascensão de hegemonias e de longos períodos de tempo em que uma unidade estatal atinge o pico de acumulação material de capital, tornando-se centro de poder e riquezas. O autor observou que, desde o século XVI, houve quatro ciclos sistêmicos que ascenderam e declinaram, os quais são: I. Ciclo ibero-genovês; II. Ciclo holandês; III. Ciclo britânico; e, o atual, IV. Ciclo norte-americano. Cada uma dessas unidades político-econômicas iniciou uma fase de expansão material, denominada de DM' - em alusão à fórmula de acumulação de Marx - em que essa nação, em conjunto dos agentes capitalistas de sua época, investiu duramente capital em processos produtivos e comerciais, gerando um lucro que os garantiu o centro de acumulação

e, por consequência, na maioria das vezes, o centro de liderança e poder na economia-mundo.

Entretanto, o que se ressalta também é que esses períodos de governabilidade resultantes da acumulação material destas hegemonias possuem um fim, iniciado com a expansão financeira apresentada por Arrighi (1996) como a MD'. A expansão financeira inicia quando o lucro gerado pela expansão material se torna linear, ou seja, é um lucro que não possui mais o sentido de ser realocado nos próprios setores produtivos e comerciais, o que o torna rígido. Para contornar isso, os agentes capitalistas e políticos iniciam o investimento em formas flexíveis e líquidas de acumulação, que representa o início de uma expansão financeira.

Ao longo da história da economia mundial, esses centros de acumulação passaram por esses padrões que se apresentam como padrões de recorrência, ou seja, reproduzidos a cada novo ciclo sistêmico formado. Todavia, salienta-se que esses padrões, apesar do nome, não tornam os CSA cíclicos, pois, a cada novo regime de acumulação formado, mais complexos se tornam os centros capitalista e estatais mundiais. Dessa maneira, denominam-se como padrões de evolução esses fatos que explicam as novas formas de acumulação que cada CSA produz em cada novo século longo (ARRIGHI, 1996).

O fim do ciclo britânico, que se deu a partir de 1870 e durou até 1940, foi uma das crises terminais que representou o início de um novo CSA, focado nesse momento nos Estados Unidos da América (EUA). O ciclo norte-americano despontou a partir de 1945 como a hegemonia dos sistema-mundo moderno (SM-M) com um complexo industrial de empresa multinacionais (EMN's) que se lançaram ao Terceiro Mundo em busca de novos mercados produtivos, o que, conseqüentemente, gerou uma expansão do poderio estadunidense em níveis mundiais. O fim das Grandes Guerras devastou a Europa, que era o centro de acumulação até início do século XX. E o Japão, que também se apresentava como grande acumulador de capital, estava destruído. Com esse contexto histórico, os EUA se tornaram grandes credores mundiais, gerando bons lucros para o investimento comercial de sua expansão material. Arrighi (1996) menciona que a escala de acumulação e de complexidade que surgiu com o ciclo norte-americano foi maior que qualquer outro ciclo passado.

Por conseguinte, os referidos autores afirmam que, enquanto os EUA se expandiram materialmente nas décadas de 1950 e 1960, o mesmo entrou em declínio a partir de 1970, com o início de uma expansão financeira na qual se colocou em xeque os fatores de liderança da hegemonia estadunidense. A ascensão do Terceiro Mundo, a Guerra do Vietnã e as Crises do Petróleo, em conjunto do mercado de eurodólares, que deslocou os poderes dos bancos centrais do país, apresentaram a crise sinalizadora de um ciclo sistêmico. Nessa sequência, abriu-se o debate do fim do longo século XX, que consolidou o poder dos EUA e seu modo capitalista

ocidental de produção e consumo denominado de “American Way of Life”. Para Wallerstein (2004), as próprias capacidades da liderança dos EUA minaram seu poder no início do século XXI, haja vista seu poder não mais dar conta de resolver as complexidades do sistema-mundo moderno. Assim, em 2008 surgiu a Crise mundial que muitos destacam ser a crise terminal dos EUA, logo que surge no território do país e se expande, causando uma recessão imensa na economia mundial.

Para Stiglitz (2010), o próprio modelo de consumo e produção dos EUA desequilibra o globo e continuará assim até se alterar as estruturas econômicas atuais:

[...] os problemas que têm de ser enfrentados não ocorrem apenas no interior das fronteiras dos Estados Unidos. Os desequilíbrios do comércio internacional que marcaram o mundo antes da crise não desaparecerão por si sós. Em uma economia globalizada, os problemas dos Estados Unidos não podem ser plenamente resolvidos sem que se adote uma visão mais ampla. É a demanda global que determinará o crescimento global, e será difícil que os Estados Unidos tenham um crescimento vigoroso - invés de cair em uma estagnação ao estilo japonês - (STIGLITZ, 2010, p. 24).

Desse modo, com o declínio do atual ciclo e, considerando que os CSA são sobrepostos - sempre que um está em sua fase financeira, outro surge ao mesmo tempo com uma fase material -, um novo centro de acumulação surgiu e tem se destacado desde a década de 1970 no Leste Asiático, e, nesse caso, não é o Japão. Para Arrighi (2008), “a China ascende como potência mundial, encabeçando o renascimento econômico da Ásia Oriental. O fenômeno modifica o cenário das Relações Internacionais, levando o governo dos EUA a rever sua política externa, inclusive o projeto para o Novo Século Norte-Americano” (ARRIGHI, 2008, s/p).

Ademais, a China sob o governo Deng Xiaoping se submeteu a políticas de desenvolvimento que marcaram o fim do século XX, fomentando um crescimento econômico interno que se tornou regional e, posteriormente, global. A política das Quatro Modernizações, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE’s) e a internacionalização de capital por meio de Investimento Externo Direto (IED’s) são exemplos do que David Baldwin (2020) denomina de *Economic Statecraft* (Estatismo Econômico traduzido para o português nesse trabalho). Para autores como Baldwin (2020) e Reilly (2012), a E.E. nada mais é que os recursos e ferramentas econômicas que um país utiliza para alcançar seus objetivos de política externa. E os objetivos chineses de política externa, nesse caso, encontram-se no limiar de alcançar um desenvolvimento econômico significativo para garantir uma estabilidade nacional, tal como condizem os princípios pacíficos de sua sociedade milenar.

A China, de fato, vem se apresentando como um *player* destaque na economia-mundo capitalista (EM-C) e Arrighi e Beverly Silver (2012) reconhecem isso trazendo o debate da

China ser a possível potência emergente que tem configurado uma nova expansão material desde os fins do século XX com inúmeras políticas econômicas de projeção global. Contudo, ressalta-se que o autor dos CSA, Giovanni Arrighi, jamais afirmou que a China possui a probabilidade de se tornar o próximo centro de um novo CSA, pois se considera a complexidade dos padrões de recorrência e evolução para tal afirmação. O autor, em conjunto com Silver (2012), trouxe diversos tópicos que um novo ciclo sistêmico deverá abranger, considerando o atual declínio do ciclo norte-americano. Questões sobre meio-ambiente, projeção econômica e de liderança serão debatidas ao longo desse trabalho para analisar o que o dragão asiático tem moldado no sistema-mundo moderno nessa direção.

Na visão de Pereira e Sardo (2021), o que tem ocorrido dentro da atual transição sistêmica dos CSA é a composição de um ciclo dicotômico entre EUA e China, o que os dois autores denominam de ciclo sino-americano. Logo, a anomalia citada por Arrighi e Silver (2012), que representa um padrão de recorrência dos ciclos passados em que os centros econômicos e militares se concentram no centro de acumulação, explica o atual caso da economia-mundo em que o centro econômico está localizado na China e o militar ainda nos EUA, não havendo previsão para uma alternância dessa estrutura. Devido a isso, os autores afirmam estar surgindo um ciclo em que não há uma hegemonia formada, em razão do enfraquecimento da liderança estadunidense, a não busca por hegemonia pela China. Esse ciclo seria caracterizado por ser multipolar, pela ascensão de diversos países que representam uma nova fase para o sistema-mundo moderno, e pelo compartilhamento das funções globais de domínio.

Apesar dos inúmeros debates acerca das perspectivas sistêmicas e as diversas bifurcações que existem dentro das sobreposições dos CSA, esse trabalho focar-se-á em observar o comportamento chinês por meio de seus mecanismos econômicos de projeção para entender como o dragão vermelho pode estar agindo diante da alternância dos polos de poder.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho não se baseia em tentar trabalhar com a possibilidade de um novo CSA chinês, mas sim, analisar os índices da E.E. que influenciaram na posição internacional da China no sistema-mundo moderno como um *player* factível para assumir o centro do novo CSA. Ou melhor, pensar como a E.E. chinesa tem atuado para projetar internacionalmente a China dentro da transição atual dos CSA, considerando as questões sistêmicas envolvendo a expansão financeira norte-americana e a expansão material chinesa, para que, prospectivamente, esse trabalho científico auxilie os debates envolvendo a ascensão chinesa nesse momento histórico do século XXI.

Para os objetivos específicos, abranger-se-á: i) Compreender o declínio dos EUA e a

ascensão da China no sistema-mundo moderno, abordando os aspectos históricos e político-econômicos a partir dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação; ii) Conceituar *Economic Statecraft* por meio de uma comparação entre os dados de E.E. entre EUA-China; e, iii) Discutir a posição chinesa no CSA por meio dos dados de sua E.E.

Desse modo, a problemática que surge a ser respondida nesta pesquisa e que norteia a mesma é: de que modo a *Economic Statecraft* Chinesa é utilizada como uma variável para a projeção internacional da China como factível centro do Ciclo Sistêmico de Acumulação?

A hipótese central para corroboração ou refutação da problemática é que a *Economic Statecraft* chinesa não atua como um mecanismo isolado para consolidar a projeção internacional da China no centro de um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação devido ao fato de que o que estabelece novos centros sistêmicos são fatores do próprio sistema-histórico. Porém, a E.E. auxiliou através de suas estratégias de desenvolvimento, como IED's e comércio internacional com o resto do mundo, em sua ascensão ao status de potência no sistema-mundo moderno, o que, por consequência, intensificou o processo de transição dos polos de poder e riquezas para o Leste Asiático. E assim, como resultado, a posição da China como unidade política e econômica na economia-mundo capitalista se torna de grande relevância para a alteração dos modelos globais de funcionamento dentro dos regimes de acumulação.

Assim, as consequências da reascensão chinesa são grandiosas para as Relações Internacionais, de modo que seus imensos índices de crescimento caminham para substituir os EUA como principal centro da expansão comercial e econômico, não somente na Ásia oriental, como também no restante do globo (ARRIGHI, 2008). O modelo chinês é o único dos países em desenvolvimento que se encontra no núcleo orgânico da economia mundial moderna, apresentando pretensões de projeção de sua política externa autônoma, além de sua imensa capacidade de dissuasão econômica, militar, nuclear, industrial e tecnológica (VISENTINI, 2011). Desse modo, abordar sobre a questão do dragão asiático e seus aspectos internacionais se fazem de grande relevância para as Ciências Sociais aplicadas e para os demais setores da sociedade civil.

Em termos metodológicos, essa pesquisa se caracteriza como básica e foca na abordagem qualitativa para explicar profundamente os termos e conceitos, sem depender das análises quantitativas para observar os fenômenos. O trabalho parte de um método histórico e comparativo para entender os fatos do sistema-histórico a partir de uma abordagem teórica que foca em sobreposições sistêmicas, ou seja, comparando os CSA entre si para analisar o comportamento dos EUA e da China na atual conjuntura do sistema-mundo moderno (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Dessa maneira, o estudo se baseia em dados comparativos

de longa duração entre os centros de acumulação e seus complexos de funcionamento. Para além, utilizar-se-á de um método hipotético-dedutivo para metodizar um problema e, sequencialmente, uma hipótese para testar o fenômeno, o qual será corroborado ao final da monografia ou não (GIL, 2002).

Ainda, na intenção de apresentar maior sistematização dos conceitos teóricos e históricos da ascensão chinesa e sua projeção no sistema-mundo moderno, propõe-se para os objetivos dessa pesquisa o caráter exploratório e explicativo, de forma que o exploratório se foca em constituir maior familiaridade com o problema criado a partir da hipótese formulada, ou seja, o objetivo da pesquisa exploratória é o desenvolvimento e evolução das ideias propostas (GIL, 2002). A pesquisa de caráter explicativo se atenta em explicar e destacar o porquê da influência das variáveis na realização dos fenômenos, de tal modo que Gil (2002) salienta que a pesquisa explicativa é a que mais se aprofunda nos conhecimentos da realidade.

Utiliza-se uma análise de conteúdo que usa da técnica bibliográfica e documental para a coleta de dados para evidenciar a hipótese. As duas técnicas se diferenciam, pois, a primeira parte de materiais já estudados e elaborados, tais como livros e artigos científicos físicos e/ou publicados em revistas e periódicos. A segunda, documental, faz-se presente logo que aborda materiais que ainda não foram analisados, ou seja, o atual trabalho utilizará de documentos oficiais e de dados estatísticos de sites nacionais e internacionais que ainda não foram sistematizados (GIL, 2002).

De tal maneira, a pesquisa em si é teórica-conceitual, logo que utiliza das visões sistêmicas de longa duração para analisar as variáveis. Assim, a variável independente se estrutura nos índices selecionados da *Economic Statecraft* dos EUA e China em recortes temporais diferentes, considerando a expansão material de cada um. Tal qual os IED's e as relações comerciais após 1945 dos EUA e após 2008 da China. Contudo, a presente pesquisa objetiva focar o recorte temporal de análise conclusiva a partir do ano 2009 para apresentar a possível expansão material chinesa na economia-mundo capitalista.

Tendo em vista a análise destes dados supracitados, far-se-á utilização dos meios documentais através de sites oficiais de governos e de organismos internacionais, tais como o *US Department of Commerce*; *National Bureau of Statistics of China*; *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico* e o *United Nations Conference on Trade and Development*, além dos critérios de comparação provenientes do *Lowy Institute Asia Power Index* (2021). Para a variável dependente, constituir-se-á a projeção da China em se tornar potência na economia-mundo capitalista e na atual transição dos CSA, de modo que tais fatos basear-se-ão além da análise da variável independente, como também das teorias e conceitos

da perspectiva sistêmica já apresentadas acima.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro focado em explicitar sobre as perspectivas teóricas sistêmicas em conjunto de uma análise da ascensão chinesa e o declínio do ciclo norte-americano desde suas fases de expansão. Logo após, no segundo capítulo, conceitua-se o Estatismo Econômico e, com isso, analisa-se comparativamente os índices de IED's e Comércio Internacional das fases de DM' dos EUA e da China. E, por último, no terceiro capítulo se debate acerca da China como centro de acumulação de capital, apresentando dados e análises prospectivas para o comportamento do gigante asiático dentro dos apontamentos de Arrighi e Silver (2012) quanto à um novo CSA baseado na acomodação dos novos problemas mundiais, tais como a questão ambiental, a participação nos fóruns de política internacional e a nova forma de projeção econômica que deve moldar as futuras relações da EM-C.

2. A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO E A ASCENSÃO CHINESA

A análise dos sistemas-mundo (SM) se originou a partir dos anos 1970 como uma nova perspectiva de interpretação da realidade social, seguindo intrinsecamente o desenvolvimento das estruturas do saber e do SM-M que teve origem no século XVI. Essa análise alterou o objeto de referência das Ciências Sociais tradicionais que é o Estado nacional e focou no sistema-histórico como centro de observação. Ou seja, esse objeto se baseia em explicar todas as estruturas sistêmicas que se desenvolveram sob vastas regiões do globo durante longos períodos de tempo. Para melhor exemplificar, dentro do sistema-histórico, explicar-se-á sobre os sistemas-mundo que se subdivide em economias-mundo e impérios-mundo - sendo este último correspondente aos antigos impérios da Idade Medieval e que não serão o ponto fulcral dessa análise (WALLERSTEIN, 2005).

Wallerstein (2005, p. 17) expôs que os sistemas-mundo funcionam como “uma zona integrada de atividades e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas”¹, de maneira que possuem uma ampla divisão internacional do trabalho, atravessando múltiplas unidades políticas e culturais no seu interior. Nogueira (2008) exemplifica as duas variações dos sistemas-mundo, tais como sendo o primeiro, o império-mundo que representou as grandes civilizações pré-modernas em que as lideranças políticas eram descentralizadas e uniformes. E a segunda, a economia-mundo que surgiu, em um primeiro momento, como a economia-mundo europeia - que se transformou na economia-mundo capitalista - no início do século XVI, na qual uma multiplicidade de Estados estão abarcados dentro de uma mesma região econômica. Desde o século XVI com a expansão, prosperidade e consolidação do sistema econômico capitalista, a economia-mundo se baseou em sua totalidade na unidade de análise do capitalismo como o sistema-mundo moderno (NOGUEIRA, 2008).

Wallerstein (2012) expressou que um dos elementos para compreender a análise dos SM é a percepção de que eles possuem uma vida, portanto, possuem uma origem, passam a existir, seguem os padrões tendenciais históricos do conjunto de regras do sistema em execução, até que fogem do equilíbrio e entram em fase terminal, ou seja, de declínio. Ou, até mesmo como Wallerstein (2012, p. 23) denominou de “crise estrutural terminal”.

Para além disso, salienta-se sobre a superestrutura política da economia-mundo capitalista que se caracteriza por ser interestatal, ou seja, possui como premissa a interação

¹ Texto original “una zona integrada de actividad e instituciones que obedecen a ciertas reglas sistêmicas” (WALLERSTEIN, 2005, p.17).

constante dos Estados nacionais e suas diferentes capacidades de poder no sistema. Desse modo, há a ascensão e declínio de países hegemônicos² no sistema, tal como ocorreu desde o século XVI com as seguintes hegemônias: genovesa, holandesa, britânica e no tocante da atual hegemonia estadunidense, os analistas dos sistemas-mundo afirmam seu declínio desde a década de 1970 (HUNG, 2013). Silver e Arrighi (2012) em seu artigo “O fim do século XX” apontaram que mesmo com os debates acerca de um segundo século americano após a década de 1990 - devido principalmente ao intenso crescimento estadunidense e a crise que abalou o Leste Asiático - as previsões mudaram com a crise de 2000 e 2001 nos EUA pela queda das ações da bolha “*dot.com*” e os diversos conflitos fracassados no Sul Global encabeçados pelo *hegemon* norte-americano. E em consonância, percebeu-se a constante recuperação do Leste Asiático e o crescimento desenfreado da China nesse período.

Nesse sentido, considerando o declínio do CSA focado nos EUA e a inevitável formação de uma nova hegemonia, o rápido crescimento chinês no sistema-mundo moderno tem levantado tópicos de discussão relevantes para dentro das teorias que analisam a ascensão e queda das potências nas estruturas do capitalismo. Por consequência, formulou-se o início de debates acerca de um Século Chinês (SILVER, ARRIGHI, 2012). O país asiático apresentou um crescimento de 10% nos últimos 30 anos (CINTRA, PINTO, 2017), o que tem o apresentado como um *player* na economia-mundo capitalista. Tal como Cintra e Pinto (2017, p. 381) expressam: “a economia mundial e o sistema interestatal tem apresentado profundas transformações com a ascensão econômica e política da China nas últimas décadas”.

Silver e Arrighi (2012, p. 91) levantaram a questão sobre a possibilidade da China em se tornar centro de uma nova expansão e ascensão do capitalismo no século XXI, considerando que é pouco provável essa mesma ascensão por um Estado ocidental sob a hegemonia atual dos EUA. Assim, faz-se necessário compreender as condicionantes que o Estado chinês aplicou para se inserir na economia-mundo capitalista de forma promissora, principalmente através de uma pragmática abertura no final da década de 1970 em conjunto das políticas de Estado que estão sendo aplicadas desde então nas áreas agrícola, industrial e de comércio exterior, com vistas ainda ao desenvolvimento de sua posição já de destaque na economia mundial (RIBEIRO, 2008).

² Considerando nesse momento, o conceito de hegemonia que Wallerstein (1980, p. 23) estabeleceu como “um atributo que um Estado pode ter no sistema interestatal da economia-mundo”.

2.1. A análise dos Sistemas-Mundo e a formação de hegemonias

A economia-mundo capitalista surgiu a partir do século XVI, expandiu-se e se consolidou com base em “recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos” (ARRIGHI, 1996, p. 31), ou seja, essas reestruturações são essenciais para entender o moderno sistema interestatal que emergiu diante da queda do sistema medieval burocrático de impérios-mundo. Wallerstein (1980) afirmou que a economia-mundo não se formulou a partir de um sistema burocrático de impostos, tal como o sistema de governos medievais, e sim a partir deste sistema interestatal composto por Estados soberanos.

O sistema interestatal se originou como um conjunto de atores soberanos que evoluiu de uma estrutura política descentralizada e de instâncias jurídicas espalhadas territorialmente diante da ausência de um regramento estabelecido por um governo central, para um sistema de governo institucionalizado juridicamente e com fronteiras estabelecidas. De modo que os governos políticos, agora centralizados, partem para polos exclusivos e demarcados de influência (ARRIGHI, 1996). Fiori (2007, p. 24) escreveu sobre a formação desse sistema, o autor mencionou que a Guerra dos Trinta Anos³ (1618-1648) como “primeira guerra mundial europeia” é o que reuniu esses sistemas políticos, antes descentralizados no sistema medieval, em um conjunto bélico que se originou com a Paz de Westphalia⁴ (1648) e sua consequente estruturação interestatal.

Foi assim que nasceu o sistema interestatal europeu que se transformaria, um século depois, no núcleo dominante do “sistema político mundial”. Mas mesmo depois de Westfália, e do século XVIII, as guerras seguiriam sendo o motor fundamental deste sistema, sua verdadeira força expansiva e “integradora”, o seu instrumento preferencial de acumulação e centralização do poder político, nos séculos seguintes (FIORI, 2007, p. 240).

De tal modo, o sistema interestatal que possuiu ao longo de sua trajetória alguns Estados que detinham, segundo Wallerstein (1980), relativamente mais poder que outros e por isso, estabeleceu-se períodos de hegemonia e outros momentos de equilíbrio de poder, têm associação direta com a formação do sistema capitalista e seu fator primordial de acumulação de capital. Wallerstein (1974, p. 338) cita que “O capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos”.

³ Conflito armado “multidimensional” entre os Habsburgos da Áustria e Espanha, contra diversos outros estados, perdurando de 1618 até a Paz de Westphalia em 1648 (KENNEDY, 1989).

⁴ Marcou o fim da Guerra dos 30 anos e deu origem ao sistema interestatal com a formação dos Estados nacionais.

Para Kennedy (1989), o amadurecimento desse sistema de Estados-nação a partir do século XVI está inteiramente interligado com a formação de um aparelho burocrático e monopolizador do poder militar pelo próprio Estado em conjunto de um aparelho de crédito que eleva o poder econômico de seu detentor. Ou seja, a ascensão e queda das potências, segundo o autor, é influenciada diretamente pelas capacidades conjuntas econômicas e militares. Em comum, Arrighi (1996) expressará essa dualidade necessária dentro de sua perspectiva de ascensão dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), a qual também serve como análise para compreensão da expansão e declínio das hegemonias mundiais.

Ainda, sobre a relação intrínseca da formação dos Estados e do capitalismo e seu sistema de acumulação, os grupos capitalistas e governantes direcionam, cada um, para uma posição maior lucrativa no sistema (ARRIGHI, 1996). E, para se chegar nessa posição diante das divergentes capacidades de cada Estado, fundamentou-se a competitividade interestatal como outra característica para compreender a formação de períodos hegemônicos e de equilíbrio de poder. Abaixo, esclarecer-se-á outras ideias sobre o conceito de hegemonia dentro do sistema interestatal, ou melhor, do sistema-mundo moderno. De maneira a entender a ascensão e queda de *hegemons* segundo Kennedy (1989), ou em outros termos segundo Arrighi (1996), entender as recorrências sistêmicas lideradas por sucessivos Estados hegemônicos.

Na visão de Robert Cox (2007), o termo hegemonia é frequentemente utilizado para determinar temáticas envolvendo os Estados e o sistema mundial, o que por sua vez limita o entendimento de que essas hegemonias alcançam esse patamar por conta de internas revoluções sociais e econômicas:

Portanto, uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante [...] a hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados. [...] A hegemonia mundial pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas estruturas: tem de ser todas as três ao mesmo tempo (COX, 2007, p. 118).

De acordo com Arrighi (1996) o conceito de hegemonia mundial, também baseado nos escritos de Antônio Gramsci, partem da ideia da capacidade estatal de aplicar suas atribuições de liderança sobre os demais Estados. Ademais, essas atribuições envolvem não apenas a gestão de dominação, mas sim, funções de poder ligadas com a postura moral da hegemonia. Arrighi (1996, p. 29) expõe que “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera

o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral”. Além disso, um Estado também pode liderar contra a vontade de outros Estados, na forma apenas de atrair os demais para sua via de pensamento. Para mais, Arrighi (1996) destacou a dificuldade em se estabelecer um plano de interesse mundial advindo de uma hegemonia para o coletivo do sistema interestatal, de modo que nesse caso, o poder se insere como fator preponderante para se estabelecer esse interesse para com os demais.

[...] um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 1996, p. 30).

Para Wallerstein (1980, p. 23), que serviu como base para as obras de Arrighi, salientou que uma hegemonia se baseia, também, nas capacidades de um Estado em impor seus regramentos no sistema interestatal e, assim, formar um “sistema político mundial”. Para o autor de *The Modern World-System*⁵, as hegemonias não devem ser interpretadas como uma estrutura e sim como processos que se desenvolvem no tempo não de forma dual, ascendendo e declinando, mas sim a partir de ciclos capitalistas de longa duração. Portanto, será discutido sobre tal arcabouço teórico de longa duração, o qual Arrighi (1996) desenvolveu e denominou CSA, baseados em autores como Nikolai Kondratieff e Fernand Braudel, de uma forma a facilitar o entendimento do funcionamento da economia-mundo capitalista e os regimes de acumulação que projetam os Estados ao status de hegemonia.

2.1.1. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação: De Gênova aos EUA.

Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização - ou seja, de mudanças com descontinuidade - têm sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida, como a que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960. No passado, esses longos períodos de mudança com descontinuidade terminaram em reorganizações da economia capitalista mundial sobre bases novas e mais amplas. Nossa investigação tem como meta primordial identificar as condições sistêmicas em que uma reorganização desse tipo pode ocorrer e, caso ela ocorra, como ela pode se dar (ARRIGHI, 1996, p. 1).

É dessa forma que Giovanni Arrighi (1996) inicia a obra “O longo século XX” em uma tentativa de explicitar os ciclos de expansão, consolidação e declínio das hegemonias dentro da economia-mundo capitalista. O autor baseou-se nas conceituações primordiais das análises de

⁵ O Moderno Sistema-mundo (tradução própria).

sistema-mundo já desenvolvidas acima, como as perspectivas de Braudel de longa duração e as de Wallerstein e suas conceituações envolvendo o sistema-mundo moderno.

Wallerstein (1980) citou que as hegemônias são engrenagens necessárias para o funcionamento da economia-mundo capitalista, os ciclos que se expandiram e declinaram é o que bloqueou a transformação da economia-mundo em um império-mundo, de tal forma que os diferentes ciclos acabaram por alterar os complexos sistêmicos e jamais permitir a permanência de um só Estado mundial. Portanto, compreender essas expansões hegemônicas é fundamental para perceber como o capitalismo apenas sobreviveu como sistema por conta dessas fases recorrentes hegemônicas.

O capitalismo, como sistema moderno de funcionamento da economia-mundo, é apenas identificado como tal quando atua com o poder estatal. Braudel (1987) identificou que os quatro principais centros de acumulação presentes no sistema-mundo moderno apenas triunfaram devido à conjunção das elites econômicas com o aparelho estatal de poder, visto que os Estados acabam por estabelecer seus interesses nacionais baseados nas diretrizes de negócios dos grupos capitalistas. Ou seja, a própria origem do sistema, que se deu a partir do século XVI nas cidades-estados italianas, é construída por grupos empresariais e comerciais que tem como princípio de funcionalidade a busca pelo lucro, ou melhor, a acumulação de capital. Arrighi (1996, p. 87-88) citou que nas condições de busca por lucro, fez-se necessário que essas empresas comerciais se tornassem aparelhos estatais detentores dos meios de poder, tal como as oligarquias capitalistas que surgiram em Gênova e Veneza. Esses organismos precisam se especializar não somente na acumulação de poder, visto a conjuntura de constante expansão de capital, mas sim em processos de poder e gestão.

Para Wallerstein, segundo Chase-Dunn e Kwon (2012), o capitalismo se expandiu através de ciclos até o ponto de se tornar global. Porém, sua teoria a respeito desse processo evolutivo do sistema se diferencia da teoria de Arrighi (1996) que observou os processos de expansão da economia-mundo a partir de “sucessivos (e sobrepostos)” ciclos de acumulação, diferente de Wallerstein e seu foco nos processos de crescimento e/ou evolução (CHASE-DUNN, KWON, 2012, p. 107).

Desde já, Arrighi (1997) destacou que todas as hegemônias do SM-M também assumiram as lideranças dos processos mundiais de acumulação de capital, o que por sua vez, as determinou como principais Estados capitalistas de seu momento histórico. Porém, sempre seguindo recorrências semelhantes e divergentes, jamais seguindo um padrão cíclico explicativo. As recorrências são o que transformam, a cada século longo, os complexos da economia capitalista mundial e as estruturas de sua hegemonia. É por meio, principalmente, de

uma fase de expansão material seguida de uma fase de expansão financeira que se constitui os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (ARRIGHI, 1996).

Arienti e Filomeno (2007) expuseram que Arrighi (1996) conseguiu formular uma perspectiva que percebe os momentos de transição sistêmica, através das hegemonias, como consequências do deslocamento dos agentes capitalistas, líderes de acumulação, para outro polo de poder. Brevemente, segundo os autores, os ciclos se baseiam em explicar a:

[...] ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas. Trata-se, portanto, de um novo conceito proposto na abordagem para analisar a dinâmica e a mudança de dinâmica da economia- -mundo capitalista e da hegemonia no sistema interestatal. Em cada estágio do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados (“complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais” ou aliança capital e Estado) estão na liderança do “andar superior” da economia. O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista (ARIENTI, FILOMENO, 2007, p. 119).

Os CSA se baseiam, portanto, nos ciclos capitalistas de Nikolai Kondratieff⁶ que estabeleceu que a estrutura do capitalismo se constitui de fases móveis de aproximadamente 40 a 60 anos, e que se divide em uma fase expansionista, determinada como fase A, e, uma fase B que seria o período de declínio. Ou seja, é uma ideia de que o capitalismo passa por mobilidades de longo prazo de ascensão e queda (PENNAFORTE, 2011). O ponto fulcral dos CSA é a expansão financeira do século XIII e XIV em que o capitalismo está começando a se estabelecer com as grandes viagens comerciais europeias ao “Novo Mundo”. Nesse período de crescimento comercial, os principais polos que lucraram com isso foram as, já citadas acima, cidades-estados italianas de Veneza e Gênova - essa última assumindo mais tarde o centro do primeiro CSA. Dessa forma, não se pode afirmar que essa expansão financeira, consequente do período comercial, seja estabelecida como um CSA, logo que cada ciclo, segundo Arrighi (1996), é precedido de uma expansão material e após, uma expansão financeira. Diferentemente dessa expansão comercial que se iniciou por um desenvolvimento das finanças, como mostrado

⁶ “Economista russo que elaborou, nos anos 1930, os ciclos econômicos que explicam as crises endêmicas do capitalismo sob uma perspectiva estrutural” (PENNAFORTE, 2011).

acima.

Arienti e Filomeno (2007) sintetizam a formulação marxista DMD'⁷ que Arrighi (1996) utilizou como premissa de funcionamento do CSA para explicar sobre o deslocamento de capital que define as expansões materiais; de aplicação de capital bruto por parte dos grupos capitalistas em setores comerciais e produtivos na intuição de lucro e que por consequência os ascende ao status de polo de acumulação em um ciclo e, as expansões financeiras; que se definem pela realocação deste mesmo capital para as áreas líquidas devido ao esgotamento de lucro no setor produtivo, ou seja, há uma aplicação do capital no setor financeiro flexível, para que haja uma maior valorização visto a linearidade contínua do lucro material.

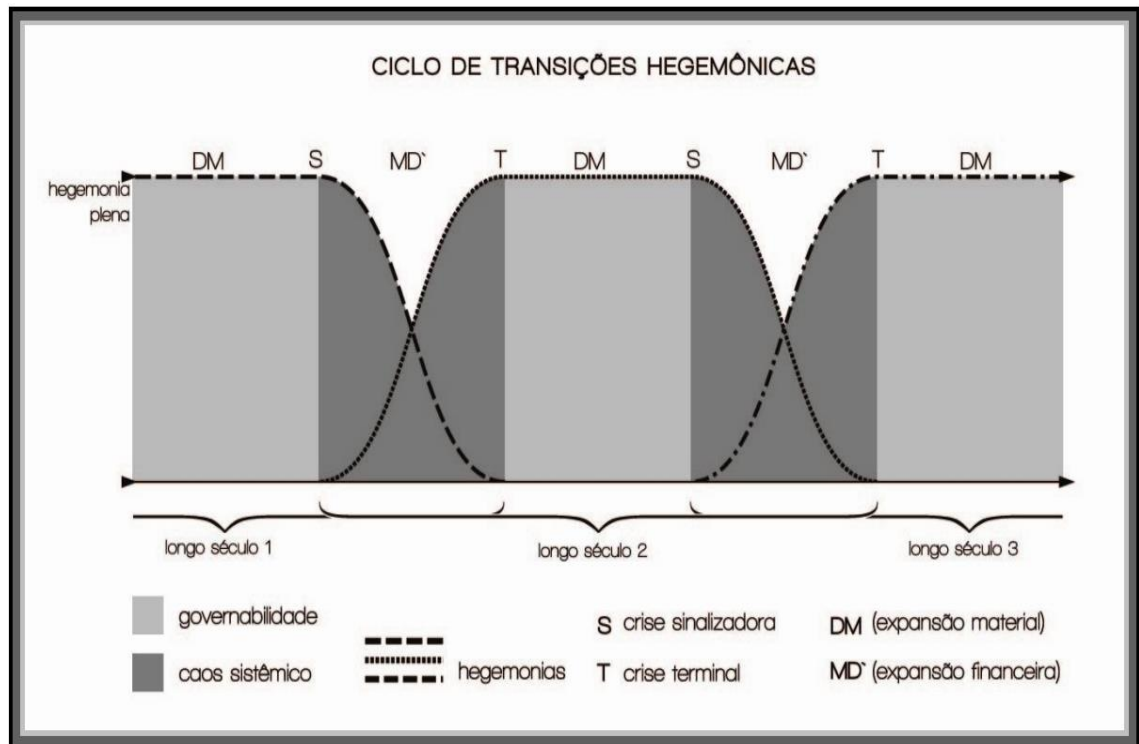
Os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados com a utilização da formulação marxista DMD': a fase de expansão material é uma fase DM, enquanto a fase de expansão financeira é uma fase MD'. Nas fases de expansão financeira, observa-se não só o deslocamento de capital da forma produtiva para a forma financeira, mas também se constata uma abreviação da fórmula DMD' para DD': o capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir, concentrando as atividades centrais, isto é, aquelas que geram uma maior transferência de valor para seus capitais, na valorização na esfera financeira. A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas. Um volume crescente de capital, na sua forma líquida e mais flexível, vai procurar sua valorização na esfera financeira. É um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação da crise financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, com transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. Essa é a crise terminal de um dado ciclo sistêmico de acumulação (ARIENTI, FILOMENO, 2007, p. 121).

A figura 1 demonstra o que Arrighi (1996) tenta afirmar diante dos CSA, que durante um século longo ocorre a expansão material (DM) caracterizada já pelo investimento produtivo do capital. Durante DM, há o período de governabilidade em que a hegemonia atua como líder influenciando o cenário do sistema-mundo, e após isso, ocorre uma crise sinalizadora que é marcada por uma intensa competitividade interestatal e/ou intercapitalista. Com a crise sinalizadora do aumento da competição internacional, entra-se em um período de caos sistêmico - momento em que, por exemplo, houve os intensos conflitos armados no ciclo genovês da Guerra dos Trinta Anos. Porém, ainda diante do período de caos sistêmico, ocorreu o surgimento da expansão financeira (MD') em que o país se especializa nas finanças devido às

⁷ É o que Mandel (1972) traduzindo as obras de Marx sobre teoria econômica, resumiu que DMD' é a fórmula que se utilizou para explicitar o ato de comprar para vender no intuito de revender. Diferentemente da lógica tradicional MDM em que se vende por dinheiro, e com dinheiro se compra, tal qual, (M) é a mercadoria e (D) o dinheiro. Na lógica da expansão do capital comercial, contudo, houve a entrada de (D') que representa o capital nas lógicas de crescimento produtivo, uma forma de dinheiro que possui em si a plusvalia.

melhores oportunidades de crédito causadas pelos conflitos, e por resultado, outro centro se especializa no setor produtivo (MD), inicia-se assim, o período de crise terminal de um ciclo sistêmico para dar espaço à expansão material de outra nação.

Figura 1. CICLOS DE TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS



Fonte: Reis e Hendler (2010)

Portanto, a expansão inicial de comércio no século XIV, serviu como base não somente do desenvolvimento do primeiro ciclo nas cidades-estados italianas centros de acumulação, mas também, através da competitividade intercapitalista, para a intensificação da busca por lucro e poder, que uniu as forças estatais de poder e guerra com os agentes capitalistas do comércio (ARRIGHI, 1996).

Assim, para compreender em específico o primeiro CSA, o Genovês, salienta-se que este foi influenciado diretamente pelo contexto sistêmico de comércio e competitividade entre os grupos capitalistas. O ciclo genovês se caracterizou por assumir uma postura diferenciada das demais cidades-estados italianas em relação às finanças que se constituíram após o término do lucro excedente no comércio e transformado em estado de liquidez devido às guerras regionais da concorrência intercapitalista (ARRIGHI, 1996). Há diversos fatores para compreender como o primeiro ciclo se originou com o bloco genovês, destaca-se que o

capitalismo genovês agiu de formas muito flexíveis diante dos acontecimentos sistêmicos. Ou seja, houve a construção de mercados e estratégias de mercado para facilitar a acumulação de capital, tais políticas marcaram a formação de uma classe burguesa pragmática em Gênova. Além do desenvolvimento de um capital único que a diferenciou das práticas tradicionais de gestão financeira da época. Tais como a reforma monetária que se estabeleceu, ainda em 1447, e deu início à uma padronização de moeda forte e que auxiliou no que Arrighi (1996, p. 117) chamou de “virtuosismo técnico do capitalismo genovês no século XV”.

Arrighi (1996) trouxe que todas as técnicas de consolidação do capital genovês se deram com base nas rotas comerciais que ligavam a Europa e a Ásia. Ou melhor, foi a monopolização genovesa em regiões estratégicas, por exemplo no Mar Negro, que fizeram com que o comércio genovês prosperasse e engrandecesse como centro de acumulação na Europa. Porém, Genova usufruiu até um limite estipulado dessas rotas, visto que a ascensão do poder otomano sobre o Mar Negro destituiu o poderio genovês. Contudo, em solução a esses acontecimentos, determinadas políticas de contorno à crise foram aplicadas e os banqueiros genoveses vieram a se manter como a mais “poderosa classe capitalista da Europa do século XVI” (ARRIGHI, 1996, p. 119).

Todavia, ainda com uma expansão dessa classe poderosa na Europa, o capital genovês chegou à impasses no século XV, logo que a abundância de capital no território exigiu com que os capitalistas realizassem expedições ultramarinas em busca de mão de obra, territórios e recursos para acolher as redes comerciais lucrativas que haviam construído. Desse modo, freou-se por um momento a expansão material com a necessidade de altos custos e, iniciou-se as premissas para uma especialização em setores mais moldáveis, como o financeiro. Assim, logo percebeu-se o surgimento das origens de um possível deslocamento do centro de acumulação para o território holandês - o segundo ciclo.

Menciona-se dois fatores para expressar o declínio do CSA genovês diante de um processo de financeirização. Um dos motivos se focou na ausência de oportunidades comerciais das expedições ultramarinas passadas, o que por consequência gerou uma espécie de competitividade interna entre os grupos capitalistas e uma restrição de lucros devido a isso. O outro fator é o cálculo de riscos, ou seja, a possibilidade de novas oportunidades comerciais se mostrava irracional devido aos altos riscos lucrativos, e dessa forma, o lucro genovês estagnou, até, contudo, ao estabelecimento de uma parceria que Arrighi (1996, p. 125) denominou de “intercâmbio político” com o poder ibérico territorialista. Característica importante desse ciclo.

Foi o conjunto do capital genovês com o poder territorialista que permitiu que houvesse essa união entre a busca por novos mercados e um lucro vis-à-vis, engrandecendo novamente o

poderio comercial genovês ao alto status. Esse domínio ibero-genovês sob, por exemplo as finanças europeias, foi constante durante 70 anos, segundo Arrighi (1996), e foi marcado por uma administração sofisticada. Todavia, mais uma vez, após uma série de crises durante o século XVI, o domínio sob as finanças chegou ao fim na Europa e se modificou diante outras estratégias de atuação, atuações essas que não contornaram um retorno significativo para a manutenção de sua acumulação. A parceria com a península ibérica cessou com crises imensas na Espanha Imperial e, a incessante luta intercapitalista se potencializou ao ponto de surgir um novo centro de acumulação sistêmica de capital, o holandês.

O poder que emergiu para a Holanda em fins do século XVI surgiu a partir do controle de abastecimento de suprimentos com foco na região do Báltico, para toda a Europa. As imensas guerras intercapitalistas impuseram condições escassas aos países europeus, de maneira que a alternativa se deu com o comércio marítimo advindo do Báltico e, nesse sentido, a região se caracterizou como “matriz de comércio das fortunas comerciais holandesas” (ARRIGHI, 1996, p. 136). Foi a primazia holandesa nessa região que indiciou as origens do capitalismo holandês.

Desde 1566, quando os espanhóis tentaram invadir os Países Baixos objetivando a imposição de tributos, os holandeses se jogaram ao mar para se defender e, por consequência desenvolveram práticas de pirataria que impediram a invasão espanhola e, ainda, impuseram para a Espanha determinados déficits fiscais com a prática rebelde marítima. Foi esses déficits que se constituem como outro fator para o desenvolvimento do capitalismo holandês, uma espécie de arrocho fiscal com os espanhóis que permitiu com que certas finanças fossem direcionadas para o território holandês. Assim, os holandeses assumiram, além de posto do maior mercado lucrativo do sistema-mundo no século XVI, que foi o de reposição de cereais e suprimentos, a posição de credor de diversos países europeus com a acumulação de capital incessante. De tal maneira que quanto mais as nações adentraram nos conflitos europeus, mais os holandeses se beneficiaram com a venda de suprimentos e medidas de créditos (ARRIGHI, 1996).

Ademais, sobre as estratégias de acumulação que foram utilizadas pelos holandeses, estas se estabeleceram como uma união das duas políticas formuladas nas cidades-estados de Veneza e Gênova, as quais foram: a consolidação regional baseada na autossuficiência na gestão do Estado e da guerra; e, expansão mundial focada no intercâmbio político com grupos estrangeiros. Foram essas medidas adotadas que definiram a imagem central do ciclo holandês, logo que se compôs um mecanismo de intercâmbio político que possibilitou a internalização dos custos de proteção, ou seja, a Holanda se constituiu autossuficiente nas atividades de Estado e de guerra sem depender inteiramente das atividades externas de outros grupos.

Para mais, Arrighi (1996, p. 141-143) destacou esse deslanche holandês dos âmbitos regionais para os mundiais em três práticas desenvolvidas e aplicadas pela nação dos Países Baixos, são elas; 1) A transformação de Amsterdam no entreposto comercial não somente da Europa, mas do mundo, através do armazenamento de suprimentos estratégicos e necessários para o comércio mundial; 2) A consolidação de Amsterdam como polo financeiro, não ficando limitado às questões comerciais, pois logo se criou a bolsa de valores de Amsterdam no objetivo de estabelecer um centro financeiro de moeda e capital; e, 3) A construção das companhias de comércio e navegação que, respaldadas pelo governo holandês, tinham como intuito gerar lucros, dividendos e atuar para com as gestões do Estado e guerra. Tais foram os fatores que o autor desenvolveu como primordiais para entender a atuação e expansão holandesa em pleno momento de conflitos e crises europeias.

Nesse sentido, a *Verenigde Oost-Indische Compagnie*⁸ (VOC), principal companhia holandesa que logrou acumular capital para o governo holandês e de modo que, por mais de um século, os grupos holandeses se mantiveram como líderes e organizadores das ferramentas do capitalismo europeu. Nesse caso também, através da Bolsa de Amsterdam que serviu como base da engrenagem dos processos financeiros do século XVII e XVIII (ARRIGHI, 1996):

[...] o capital era redirecionado para novos empreendimentos comerciais. Alguns desses empreendimentos eram diretamente controlados pelo círculo mais central da classe capitalista holandesa, mas a maioria deles podia ser deixado, em segurança e com lucro, nas mãos de empresas holandesas e estrangeiras (sobretudo inglesas) de menor parte. Através da bolsa, o capital era reciclado de linhas de comércio lucrativas, mas estagnadas ou em contração, como o comércio do báltico, para linhas comerciais novas, porém promissoras, e continuamente remanejado entre governos e organizações empresariais, de acordo com as perspectivas de lucro e os riscos (ARRIGHI, 1996, p. 144).

Apesar disso, a própria expansão holandesa condicionou o surgimento de forças limitantes à sua própria esfera, visto nesse contexto, as forças mercantilistas que surgem entre os séculos XVII e XVIII foi uma resposta imediata dos governos territorialistas após perceberem as capacidades internas de gestão estatal e de guerra advinda dos próprios mecanismos de comércio. De forma que, segundo Arrighi (1996), os demais Estados europeus começaram a observar e reproduzir o sistema capitalista holandês na medida em que este foi logrando ascender e influenciar no sistema político mundial por meio de suas condições econômicas. Assim, não houve caminhos para contornar a inevitável expansão de ideais mercantilistas pelos outros países, e por resultado, a própria expansão holandesa reduziu ao ponto de entrar em declínio. Logo que, investir o capital no setor comercial já não se encontrava

⁸ Companhia Holandesa das Índias Orientais (tradução própria).

mais viável, a alternativa foi investir em setores mais flexíveis, tal qual, o setor financeiro.

Mais uma vez, seguindo as recorrências do primeiro ciclo, houve um acirramento dos conflitos intercapitalistas por territórios e, por conseguinte, exigiu-se a obtenção de capital e crédito para financiar as batalhas. Nesse viés, os holandeses se aproveitaram da oportunidade logo que se encontravam ainda na posição de centro de acumulação de capital do início do século XVIII. Percebeu-se assim, a especialização e a realocação do capital produtivo da expansão material holandesa para a expansão financeira, gerada principalmente pelo aumento da demanda mundial por créditos. Arrighi (1996) expõe que as lutas territorialistas acabaram por chegar na Holanda também. Ainda que o país estivesse se aproveitando do clima de tensões para se expandir diante das finanças, as próprias expansões dos demais países, agora mercantis, chegaram às fronteiras de um dos países mais relevantes no cenário internacional da época. Como resultado imediato, a Holanda entra em conflito armado direto, junto da França, contra a Grã-Bretanha, O que mais tarde resultou em uma retaliação pesada contra os holandeses nos fins do século XVIII pelo Estado britânico. E, nesse contexto, a Holanda está devastada e o centro de acumulação se voltou a partir desse período para Londres. Iniciou-se assim, o terceiro ciclo sistêmico de acumulação.

O terceiro ciclo, britânico, é decorrente de uma série de conflitos que perduraram durante mais de duas décadas, as principais batalhas que influenciaram na posição do país em se tornar a potência hegemônica mundial foram as de Napoleão. Kennedy (1989) afirmou que em uma das últimas batalhas de Napoleão, reforçou-se um sentimento de alianças que estruturou a posição britânica na Europa, devido aos argumentos da necessidade de um equilíbrio de poder após mais de anos de conflitos resultantes do territorialismo do general francês. Percebe-se que, no mesmo contexto dos outros ciclos de constante disputa entre os agentes capitalistas e governamentais, emergiu-se oportunidades de expansão material em um centro de acumulação. A Grã-Bretanha nesse contexto especializou-se nas finanças e conseguiu constituir um sistema de créditos quase ilimitado, o qual serviu como boom para que houvesse um intenso investimento público na indústria do país, principalmente no setor de bens de capital (ARRIGHI, 1996)

Salienta-se como que as diferentes indústrias britânicas conseguiram se expandir nesse período. Arrighi (1996, p. 164) mencionou que durante o século XIX, o país expandiu suas exportações e produção de bens em escala mundial, de tal modo que exportações de ferro e aço aumentaram mais de três vezes entre o período de 1845-1875 e, as exportações para o Sul Global aumentaram seis vezes, criando assim uma rede comércio mundial em que o centro era a própria Grã-Bretanha. O autor citou:

No início da década de 1840, tornaram-se rapidamente decrescentes os lucros obtidos na produção dos novos bens de capital para o mercado interno. Mas a contínua liberalização unilateral do comércio britânico criou condições para uma grande expansão do comércio e da produção mundiais. Os bens de capital britânicos encontraram uma demanda imediata entre as organizações governamentais e empresariais do mundo inteiro. E essas organizações, por sua vez, aumentaram sua produção de insumos primários para venda na Grã-Bretanha, a fim de obter os recursos necessários para pagar pelos bens de capital ou amortizar as dívidas contraídas quando de sua aquisição (ARRIGHI, 1996, P. 165).

Uma das características que marcou não somente a hegemonia britânica nesse período, mas também a economia-mundo capitalista, foi a globalização da própria em termos de crescimento mundial. Viu-se o crescimento de rotas comerciais transoceânicas, redes de troca de tecnologias, transporte e comunicação, de tal forma que emergiu uma nova ordem centrada no livre comércio - fator chave para entender o ciclo britânico e sua expansão material. O crescimento destas ideias de livre comércio, baseados nas reduções tarifárias, nos acordos comerciais e de investimentos industriais, levou o Concerto Europeu a iniciar um processo de alternar para um equilíbrio de poder de fato, diferente do concerto do Antigo Regime. A Revolução Industrial que nasceu na Inglaterra e possibilitou a ascensão de modificações técnicas, militares e navais, impactou diretamente no desenvolvimento material e econômico britânico (KENNEDY, 1989).

Eichengreen (2000) analisou as formações dos padrões monetários em sua obra e percebeu desde já que além do alvorecer industrial, o país britânico possuía o padrão ouro como sistema monetário desde 1854. O que por sua vez, em 1870, os restantes dos países europeus se encaminharam em adotar o mesmo segmento, de modo que se fortaleceu assim a hegemonia britânica por meio de um sistema financeiro centrado em seu próprio território. O autor ainda citou que a industrialização foi o principal motivo para essa decisão semelhante entre os demais países na adoção do padrão ouro, o que por consequência transformou a Grã-Bretanha como a mais “importante potência econômica do mundo e na principal fonte de financiamentos externos” (EICHENGREEN, 2000, p. 42). Desse modo, alternou-se o centro do mercado monetário de Amsterdam para Londres, formou-se o terceiro ciclo de acumulação e seu processo de expansão material.

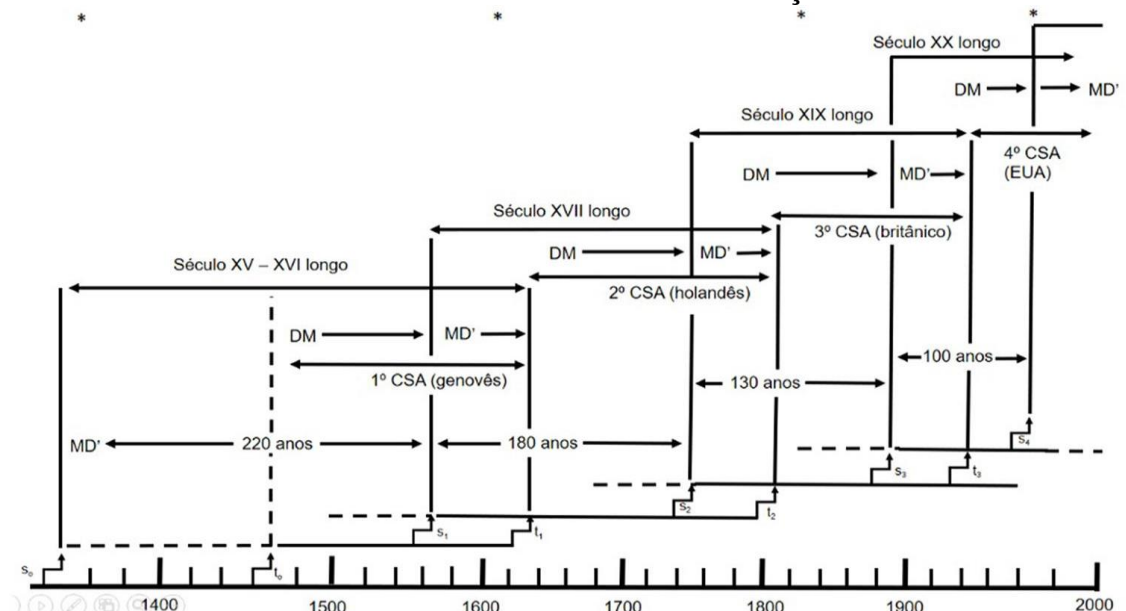
Arrighi (1996) trouxe sobre o imperialismo e o livre comércio como chaves para compreender o Reino Unido no centro do mundo do século XIX. Quanto ao imperialismo, este atuou como um mecanismo de consolidação da Grã-Bretanha sob a égide da dominação da Índia, território rico em recursos naturais, humanos e militares, de forma que nenhuma outra nação poderia ameaçar tamanho poderio conjunto. E, sobre o livre comércio, este atuou como ponto de partida para a já mencionada globalização do regime britânico na economia-mundo

capitalista, através dos mercados e das intensas competições intercapitalistas. Esse conflito intercapitalista, agora marcado por uma competição de negócios comerciais entre os países - diferente das competições armadas dos ciclos anteriores- é o que garantiu à expansão material os lucros mercantis, e à expansão financeira a transferência de recursos monetários sob a forma de créditos para outras nações.

Entretanto, diante dessa concorrência especulativa de negócios, houve a retirada de capital produtivo do comércio devido aos altos riscos lucrativos e as nações iniciaram a investida de dinheiro em formas líquidas, ou melhor, de crédito. Mais uma vez, a crise sinalizadora deu seus indícios. Dessa maneira, Arrighi (1996) mencionou que com isso, os países começaram a investir duramente nos meios militares devido ao acirramento competitivo ao ponto da Grande Depressão de 1873-1896 representar uma crise dos próprios bancários e burgueses. Mesmo assim, esses últimos se aliviaram com o investimento flexível nas finanças, diante de baixas lucrativas na produção.

Contudo, a entrada nesse setor financeiro mais uma vez inseriu uma hegemonia em um declínio sem volta, havendo assim, a ascensão de outro centro. Segundo Kennedy (1989, p. 224), a partir da década de 1860, a industrialização antes limitada à Grã-Bretanha começou a se constituir em outras regiões: “De 1870 a 1970 a história da Grã-Bretanha foi de declínio constante e quase ininterrupto, econômica, militar e politicamente, em relação às outras nações, desde o auge da prosperidade e poder que a sua revolução industrial proporcionou em meado do século XIX”.

FIGURA 2. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO



Fonte: Arrighi (1996).

De igual a todos os séculos longos passados, representados na figura 2, os ciclos perpassam por eventos semelhantes e padrões que os assemelham e os divergem. De tal maneira que o século XX, preâmbulo para a ascensão da atual hegemonia estadunidense com a queda do regime britânico, compõe-se, segundo Arrighi (1996), de três momentos fulcrais. O primeiro é a crise sinalizadora de 1870 do ciclo britânico até sua crise terminal com o entre guerras em 1930. O segundo é a crise terminal britânica até a crise sinalizadora do quarto ciclo, que o autor afirmou que ocorreu em 1970. E, por último, o segmento de 1970 que demonstrou a crise sinalizadora do atual regime até uma crise terminal que ainda não aconteceu. Essa sequência histórica inicial se faz importante para que se analise nos próximos capítulos a plena expansão material do quarto CSA, baseado em forças transnacionais e continentais,

2.2. A hegemonia norte-americana no sistema-mundo moderno

Apesar de todos os ciclos sistêmicos possuírem como características a expansão e a contração em um período de aproximadamente cem anos, como mostra a figura 2, outro fator de entendimento é o crescimento do tamanho da complexidade organizacional que cada ciclo tem sustentado. Percebe-se que dos três Estados que abrigaram o centro de acumulação, Gênova, Holanda e Grã-Bretanha, cada um evoluiu de uma maneira seu complexo de organização a partir dos seus agentes capitalistas (ARRIGHI, 1996).

Durante a expansão material do ciclo genovês, a cidade-estado italiana era um centro comercial de pequeno porte, de dimensões e estruturas de gestão pouco desenvolvidas, de maneira que logrou utilizar do seu capital para se expandir nesses aspectos. A Holanda, ao contrário, ainda que possuiu alguns traços das cidades-estados de pequeno porte, obtinha um aparato de organização muito maior e mais complexo a ponto de utilizar, também, de seu capital como motor de expansão. A diferença com o ciclo passado foi que o país conseguiu internalizar os custos de proteção, ou seja, não dependeu de comprar de outros Estados sua própria segurança. O ciclo britânico, também, foi muito mais evoluído que a Holanda em complexo organizacional e de Estado, possuindo uma classe capitalista que alcançou a internalização dos custos de produção, não dependendo mais de outros Estados estrangeiros para as atividades comerciais (ARRIGHI, 1996).

FIGURA 3. PADRÕES EVOLUCIONÁRIOS DOS CSA

Organização governamental líder	Tipo de regime/ciclo		Custos internalizados			
	Extensivo	Intensivo	Proteção	Produção	Transação	Reprodução
Estado-Mundo			Sim	Sim	Sim	Não
Estado-Nação			Sim	Sim	Não	Não
			Sim	Não	Não	Não
Cidade-Estado			Não	Não	Não	Não

Fonte: Silver e Arrighi (2012).

Já o quarto ciclo, o estadunidense, como menciona Arrighi (1996, p. 223), “era um complexo militar-industrial de dimensões continentais”, de modo mais desenvolvido do que os demais ciclos passados. No caso dos EUA, a internalização de custos ocorreu, não somente diante dos custos de proteção e produção, mas sim de transação, de maneira que se logrou desenvolver em seu ambiente doméstico os mercados que seu próprio capital dependia para se expandir. Desse modo, vê-se o seguimento de um padrão de evolução diante do declínio e ascensão dos centros, em que cada novo ciclo assume a internalização de custos já precedidos e implementa um novo, evoluindo assim padrões dentro dos complexos organizacionais.

Assim, diante da iminente queda britânica após o início do século XX com o acirramento das disputas intercapitalistas que mais uma vez colocam em xeque os riscos de lucro do centro comercial europeu, através principalmente dos custos de proteção que foram potencializados com as Guerras Mundiais e não foi mais possível manter um investimento interno sob esse setor. O capital britânico começou a externalizar os custos e a investir em países que eram mais lucrativos, como foi o caso dos EUA, que absorveu esses investimentos e fortaleceu sua infraestrutura doméstica ainda no século XIX (ARRIGHI, 1996). É importante ressaltar essa transferência de capital já iniciada em meados do século XIX como sinal de deslocamento incipiente do centro de acumulação. Foi devido à relação “complementar, funcional e

privilegiada com a economia inglesa” que definiu os primórdios da ascensão de um capital financeiro no território estadunidense. Segundo Fiori (2007, p. 71), o investimento direto britânico chegou a 60%, do total investido na época, somente nos EUA. Desse modo, em fins do século XIX, já estavam formulados os agentes capitalistas nos EUA que possuíam laços diretos com os meios governamentais, logo que o Estado criou políticas de investimento que garantiram a ascensão destes (FIORI, 2007).

Eichengreen (2000) levantou sobre o deslocamento do centro de gravidade da economia-mundo para os EUA logo que, em sua análise sobre o sistema monetário internacional, antes da Primeira Guerra Mundial houve uma adaptação do comércio internacional com o padrão ouro que beneficiou tanto o Reino Unido quanto os EUA. Porém, após o fim da Primeira Grande Guerra, o eixo do capital financeiro já não se encontrava mais em Londres, de maneira que o gigante norte-americano ultrapassou a Grã-Bretanha e se tornou o líder dos meios comerciais e financeiros. Assim, as bases para acomodar o centro de um novo ciclo de acumulação já estavam em construção.

2.2.1. Os EUA pós-1945

Do início até metade do século XX, mais especificamente entre 1914 e 1945, o sistema-mundo moderno passou uma fase caos sistêmico, em que fatores como, o declínio da hegemonia inglesa, o surgimento de novas potências na economia mundial e a deflagração de guerras mundiais, marcaram um período de instabilidade generalizada. A I Guerra Mundial (I GM) ocorreu diante já do estabelecimento de uma certa dominação estadunidense nos continentes americanos e asiáticos, de maneira que com o fim do conflito e a Europa devastada, o Reino Unido não deu conta de seguir regulando o sistema financeiro mundial (FIORI, 2007). Os EUA foi uma das únicas potências que se beneficiou enormemente da IGM se tornando o maior credor dos países europeus, em especial da Grã-Bretanha. Tornaram-se ainda, segundo Kennedy (1989), o país com maior estoque de ouro comparado a outros países, criou-se uma produção manufatureira e de alimentos que rendeu o florescimento de grandes empresas no mercado interno - devido também à exportação de suprimentos para o território europeu.

Belluzzo (2009) citou que a I GM promoveu intensas transformações na geopolítica mundial, cujos efeitos refletiram na entrada dos EUA no novo poder mundial, na ascensão de nacionalismos e em uma forte contração comercial na Europa, alternando o centro de observação para o continente americano. Kennedy (1989) escreveu sobre como os EUA se destacam perante esse caos sistêmico do período da I GM.

[..] os EUA estavam, naqueles anos, produzindo “muito mais do que as seis outras grandes potências tomadas em conjunto” e que “sua esmagadora força produtiva era ainda mais ressaltada pelo fato de que o valor bruto dos manufaturados per capita da população do país era quase duas vezes maior do que na Grã-Bretanha ou Alemanha, e mais do que 10 e 11 vezes mais alto do que na URSS ou Itália (KENNEDY, 1989, p. 316).

Durante o entreguerras, a hegemonia inglesa saiu de cena com o fim do seu poderio estruturado pelo imperialismo, livre-comércio e pelo padrão libra-ouro⁹. De modo que com a I GM, o protecionismo se difundiu entre os países, o padrão ouro apenas voltaria após 1945 e, as dívidas da guerra recaíram fortemente sobre o país (BELLUZZO, 2009). A crise de 1929 aprofundou a instabilidade mundial e o declínio definitivo do ciclo britânico, de tal forma que se ocasionou o corte dos empréstimos estadunidenses para a Europa com a quebra de *Wall Street*, o protecionismo ascendeu perante as moedas nacionais e o fim da conversibilidade da libra em ouro findou o centro financeiro de Londres (ARRIGHI, 1996). Com isso, foi iminente o surgimento da II Guerra Mundial (II GM) como momento para consolidar as bases hierárquicas organizacionais e comerciais do novo centro estadunidense no sistema-mundo moderno (FIORI, 2007).

A política do New Deal diante das crises de 1929 e 1937, representaram uma alavanca para a economia dos EUA que sofreu baixas significativas em diversos meios do comércio internacional. Entretanto, observa-se que os números dessa política implementada apenas surgem a partir da entrada do país na II GM, os autores (BELLUZZO, 2009; KENNEDY, 1989) salientam por exemplo que os gastos governamentais diretos no Produto Interno Bruto (PIB) representavam 8,2% em 1940, e diante da intensa mobilização para a produção de material bélico, a produção econômica disparou. Em 1944, os gastos da união já representavam 52,3% do PIB. Ocorreu um aumento de mais de oito vezes na produção americana de armas, de modo que se gerou um desequilíbrio de poder, muito bem destacado por Kennedy (1989) que colocou um ponto final na Grande Guerra.

Os EUA usufruíram inteiramente da crise terminal que intensificou a disputa intercapitalista e gerou conflitos que apenas lograram ascender o capital no novo centro financeiro (ARRIGHI, 1996). A entrada nesse conflito permitiu com que o Estado investisse maciçamente nas cadeias produtivas, aperfeiçoando os sistemas de transporte, comunicação e produção no geral. Estimulou-se, segundo Belluzzo (2009), um avanço tecnológico que reestruturou as capacidades estadunidenses de funcionamento.

Para além, estabeleceram-se o novo sistema monetário com Bretton Woods, os novos

⁹ Sistema monetário que vigorou desde o século XIX até a Primeira Guerra Mundial sob a hegemonia britânica.

meios de dominação militar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os novos regramentos mundiais através da Carta de San Francisco e a Organização das Nações Unidas (ONU). Foi a montagem desses aparelhos institucionais que auxiliou na consolidação da hegemonia estadunidense na economia-mundo capitalista, principalmente com o sistema de Bretton Woods e a fixação de taxas de câmbio no padrão câmbio-ouro, o que fez com que o comércio internacional fosse regido por uma moeda internacional afirmada pelos EUA:

Por ter sido uma das primeiras moedas a se tornar conversível, e por ocupar a posição privilegiada no sistema de Bretton Woods, o dólar norte-americano logo virou a principal moeda mundial após a guerra. [...] os importadores e exportadores mantinham estoques de dólares para suas transações. De fato, o dólar tornou-se uma moeda internacional - um meio universal de troca, unidade de conta e reserva de valor. Também contribuindo para o domínio do dólar estava a força da economia-norte americana em relação às economias devastadas da Europa e do Japão: os dólares eram atraentes porque podiam ser usados para comprar bens e serviços que apenas os Estados Unidos podiam ofertar (KRUGMAN, OBSTFELD, 2005, p. 410).

O sistema Bretton Woods, além disso, agiu revolucionando a forma de administração do capital internacional, a produção do dinheiro não mais era controlada pelos banqueiros ou financeiros, como Arrighi (1996) denominou, mas sim pelos organismos governamentais que estão ligados com os bancos centrais da economia mundial. O que por sua vez, une as gestões do Estado com a organização financeira mundial. Essa característica diferencia os projetos de hegemonia inglesa e estadunidense, na qual a primeira se portou como líder no SM-M e, a última, projetou-se como hegemonia dominante por meio dos mecanismos instituídos acima. Ou seja, a natureza do funcionamento dos EUA foi base para um processo de internalização das atividades econômicas, naquele sentido de levar para dentro o capital -e/ou as empresas- que sua base produtiva necessitava. Ao invés e diferente, de se integrar à economia mundial de forma complementar como fez a hegemonia britânica (ARRIGHI, 1996).

Apesar do medo dos demais países na estagnação da economia-mundo a partir do sistema monetário, por este último estar a cargo somente dos EUA e de sua moeda forte, o Plano Marshall que fomentou a reestruturação da Europa findou esse receio, logo que houve um intenso fluxo de capitais para a Europa. Ainda que o plano não solucionou o problema da liquidez internacional pós-guerra como era o esperado, essa estratégia norte-americana serviu para estimular o florescimento das economias capitalistas e por resultado se expandiu o comércio internacional, diferente do que se pensou na Europa com o receio no protecionismo americano (SERRANO, 2007) Ainda mais, o investimento militar intenso que ocorreu entre 1950 e 1958, segundo Arrighi (1996), resolveu significativamente o problema da liquidez de tal forma que os países receberam ajuda militar e econômica dos EUA com o despontar de

diversos conflitos interestatais para frear a ideologia comunista, tal como foi na Guerra das Coreias e no Vietnã. Marcou-se nesse período uma expansão material na economia-mundo capitalista com o ressurgimento do superávit americano e a retomada das rotas comerciais, de tal forma ficando conhecido esse momento de “a idade de ouro do capitalismo”. Arrighi (1996) citou sobre essa recorrência de expansão material:

[...] um período durante o qual o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar as condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia mundial capitalista. [...] a velocidade, a escala e o alcance da conversão do capital excedente em mercadorias foram maiores no ciclo norte-americano do que em qualquer outro ciclo anterior (ARRIGHI, 1996, p. 308).

Entretanto, diante desse padrão recorrente, a expansão material seguiu o mesmo caminho que os anteriores em relação à competitividade intercapitalista, de tal forma que as consequências se deram na inevitável realocação de capital das áreas produtivas e comerciais para o setor financeiro a partir de 1970.

2.2.2. A crise sinalizadora de 1970

A idade de Ouro da economia-mundo capitalista durou pouco diante da derrocada de intensas crises econômicas que abalaram a década de 1970, até um determinado reaquecimento em 1990. A instabilidade gerada desse período muito se assemelhou à Grande Depressão de 1930 e, por isso, gerou fortes reações aos países do SM-M, de tal forma que o termo cunhado durante um tempo foi somente o de “recessões”. Mesmo que as crises de 1970 não representaram as medidas e níveis, tal qual da Grande Depressão de 1930, sua abrangência abalou as estruturas retomadas do comércio internacional após 1960. De uma forma que se percebeu a queda novamente das produções industriais nas potências, freou-se o crescimento econômico, gerou-se miséria, pobreza e desemprego generalizado (HOBSBAWN, 1995).

Foi a partir dessa década que Wallerstein (2004) afirmou que a hegemonia estadunidense entrou em declínio e que não somente ela, mas o sistema-mundo moderno se encontra em uma estagnação econômica “relativa”. O desenvolvimento dos EUA após 1945, que se deu inteiramente por questões militares e econômicas, acabou por ser o fator para sua própria decaída. As questões que envolvem a Guerra do Vietnã, as Revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim e os ataques terroristas de 2001, foram incisivas quanto às capacidades de liderança da superpotência na economia-mundo capitalista.

A Guerra do Vietnã (1955-1975) que representou uma catástrofe política para os EUA, tinha como ideia por parte dos vietnamitas a liberdade das amarras imperialistas e coloniais das potências no território que ainda perduravam diante da Conferência de Yalta¹⁰ (WALLERSTEIN, 2004). Desse modo, os EUA investiram duramente em armamento bélico durante os anos de conflito na tentativa de, de fato, derrotar o governo comunista do líder Ho Chi Minh¹¹. Esses gastos foram estrondosos para a economia norte-americana, a partir de 1965 os gastos governamentais começaram a se apresentar incalculáveis, de tal maneira que além do custo bélico, o governo necessitou investir em setores sociais diante do projeto eleitoral do Great Society, e, nas indústrias manufatureiras que estavam ameaçadas pelo novo polo de manufaturas centrado no Leste Asiático. As consequências dessas decisões deslançaram uma crise fiscal que gerou déficit na balança de pagamentos dos EUA e o ouro se tornou escasso nos bancos federais (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. A formação do mercado do eurodólar e a contração do crédito no período 1966-1967 foram, na verdade, sinais prescientes da redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional (HARVEY, 2014, p. 135).

Para além, Arrighi (1996) também mencionou como o abandono do sistema de eurodólar, que regeu Bretton Woods, estabeleceu o regime flexível e com isso demonstrou a falta de manobra política e econômica dos EUA. O fim de Bretton Woods representou a insustentabilidade dos EUA como responsáveis do sistema monetário internacional, a exportação mundial da enorme inflação gerada pelos déficits na balança de pagamentos dos EUA e assim, a pressão dos países para que se abandonasse a política do eurodólar, guinaram a expansão financeira (KRUGMAN, OBSTFELD, 2014).

Portanto, diversos fatores influenciaram para a derrota dos EUA no Vietnã e por consequência de sua própria posição de regulador da economia-mundo capitalista. Além da própria posição ideológica dos EUA ter decaído após o fracasso contra os vietnamitas, a Revolução de 1968 que colocou em xeque as epistemologias adjacentes das Ciências Sociais, a ideologia das forças nacionais, os movimentos sociais e as correntes de pensamento dominantes, foi essencial para expor uma nova etapa no sistema-mundo moderno que não mais estava disposta a seguir diante da hegemonia ideológica estadunidense. A queda do Muro de

¹⁰ Conferência que reuniu os vencedores da II GM e ocorreu em 1945 para discussão sobre o futuro dos territórios europeus.

¹¹ Líder revolucionário e ex-presidente do Vietnã do Norte durante as lutas de libertação nacional contra o colonialismo britânico e estadunidense.

Berlim também atuou como um empecilho para o pensamento dominante liberal, logo que o colapso do regime soviético findou a necessidade da ideologia estadunidense como *hegemon* pois não existiu mais um “império do mal” para se conter. Por resultado, os olhos dos EUA se voltaram geopoliticamente para o Oriente Médio numa tentativa de criar um novo inimigo a conter para sua própria legitimação (Wallerstein, 2004).

Para Arrighi (1996), houve três outros pontos essenciais que se complementam com o que foi exposto acima a respeito da crise dos EUA sob seu declínio. Então, entre 1968 a 1973 ocorreu os indícios da entrada do ciclo americano no processo de financeirização, de modo que se destacam os setores que sinalizaram a inevitável derrocada, sendo eles: O meio militar, o qual por diversos motivos entrou em um processo de deslegitimação, o principal foi a derrota no Vietnã; O ideológico, de forma que, como já supracitada, houve a queda do regime soviético e comunista que foi o que levou a perda de coerência do regime estadunidense em manter as políticas mundiais liberais de contenção; E, o financeiro, o qual também já mencionado, corresponde à incapacidade dos EUA em gerenciar e manter os critérios de Bretton Woods.

Principalmente nesse CSA, a competitividade intercapitalista se mostrou monstruosa diante do crescimento dos investimentos nos setores produtivos e comerciais, de tal maneira que esses investimentos duplicaram de 1960 a 1970 (ARRIGHI, 1996). Os principais agentes capitalistas que usufruíram desta competição foram, além das próprias corporações transnacionais estadunidenses, as corporações europeias que entraram dispostas a ultrapassar e dificultar a mundialização das empresas americanas. E lograram frear a expansão destas até determinado momento, de modo que se observou, segundo Arrighi (1996), que de 1970 a 1978, as empresas europeias triplicaram o valor acumulado de IEDs, enquanto os norte-americanos apenas duplicaram. A exacerbação de capital estimulou a internacionalização de outros países diante de uma estagnação americana no sistema-mundo moderno. Harvey (2014) mencionou ainda sobre essas alternâncias de poder e riqueza da economia-mundo:

[...] a partir de 1972 [...] a dependência dos EUA do comércio exterior [...] dobrou no período de 1973-1980. As importações feitas em países em desenvolvimento aumentaram quase dez vezes, e as importações como um todo passaram a ocupar grande parcela dos mercados norte-americanos em áreas tão diversas [...] O balanço de pagamentos de bens e serviços dos EUA transformou rapidamente o país de credor global líquido em maior devedor do mundo (HARVEY, 2014, p. 158).

Belluzzo (2009) aborda que desde o fim de Bretton Woods, os EUA até logrou acumular reservas de maneira satisfatória até o ponto de sua economia voltar a crescer rapidamente, tal qual os agentes capitalistas em processo financeiro também se beneficiaram. Porém, ainda que os conflitos geopolíticos estivessem voltados para a Eurásia com o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a economia-mundo capitalista ainda sob a

hegemonia dos EUA, voltou-se para o Leste Asiático e seus aspectos de rápido crescimento. Ou seja, o processo iniciado de globalização, ou melhor, de internacionalização de capital mediante a liberalização após 1980 do comércio internacional e de investimentos diretos, abrangeu o rápido crescimento asiático com seus países membros.

2.3. A ascensão chinesa no sistema-mundo moderno

Diante de uma crise financeira de um ciclo sistêmico de acumulação, o que tende a ocorrer, e que ocorreu nos ciclos anteriores, é uma realocação espacial do centro de acumulação do capital da economia-mundo capitalista. Apesar das inúmeras literaturas acerca da crise sinalizadora dos EUA e sua constante perda de liderança no cenário mundial, ainda não é concreto que há desde 1970 uma troca hegemônica do Sistema Internacional. Porém, o que se percebeu desde os fins do século XX foi a ascensão de um epicentro de acumulação que se destacou no sistema-mundo moderno por seu rápido crescimento econômico, o caso do Leste Asiático (ARRIGHI, 1996).

O Japão, ator regional que se projetou como grande exemplo de crescimento excepcional econômico a partir de 1960, foi o que possibilitou através de uma cadeia de transferência de tecnologias, a ascensão dos demais países asiáticos a partir de 1970 e da crise sinalizadora estadunidense. Arrighi (1997) trouxe que o “milagre leste-asiático é fundamentalmente um milagre japonês”, o sistema de subcontratação de múltiplas camadas¹², é o que garantiu com que o capital excedente resultante da crise financeira de 1970 se voltasse para os países da região, principalmente Japão. E, em um certo momento, esse capital chegou na China, de tal forma que o país com suas dimensões continentais logrou acomodar esse capital, também por seus intensos recursos humanos.

[...] o crescimento econômico explosivo do Leste Asiático desde o final da Segunda Guerra Mundial se parece com um foguete de três estágios. No primeiro estágio, o principal agente de expansão foi o governo norte-americano, cujas estratégias de poder impulsionaram a melhoria da economia japonesa e criaram as condições políticas da subsequente expansão transfronteira do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas. No segundo, os próprios negócios japoneses tornaram-se o principal agente de expansão. [...] No incipiente terceiro estágio, é exatamente o governo chinês que, agindo em consonância com a diáspora capitalista chinesa, parece estar emergindo como o principal agente de expansão (ARRIGHI; IKEDA; IRWAN, 1997, p. 128).

É a partir desse momento que a China iniciou seu despoite no processo de

¹² Sistema que surgiu a partir da década de 1960 e se baseou em relações interempresas fornecendo transferência de tecnologias e serviços sob outros países, tendo como centro o Japão (ARRIGHI, 1997).

desenvolvimento e inserção internacional do sistema-mundo moderno. No contexto interno, o governo chinês, sob o comando de Zhou Enlai (1949-1976), tomava a dianteira para nomear o próximo líder da China. Realizou-se o Quarto Congresso Popular Nacional em 1974 e Deng Xiaoping (1978-1992) foi nomeado para suceder o então líder Zhou Enlai (GOLDMAN, 2008).

O programa de reformas e abertura de Deng denominado de “socialismo com características chinesas” proporcionou à China um feito sem precedentes na Ásia, de maneira que já em 1978, segundo Goldman (2008), as receitas per capita quadruplicaram e a nação obteve um crescimento de mais ou menos 9% ao ano até o início do século XXI. Essa configuração de riqueza e poder de rápida absorção garantiu uma projeção de destaque para a China diante dos atores da economia mundial.

Assim, faz-se necessário compreender os desdobramentos da década de 1970 da economia chinesa como novo *player* no cenário mundial, de maneira que o crescimento chinês tem representado um marco para a economia capitalista mundial, o que tem levantado debates acerca da factível substituição dos EUA no cargo de nação hegemônica. Goldman (2008) apresentou que o dragão asiático não tem apenas se projetado como uma nova potência no cenário internacional, mas sim experimentado o renascimento de todo o seu poder econômico que antecedeu séculos da economia moderna. As estratégias de desenvolvimento da China representam, ainda hoje, políticas únicas de gradual construção e avanço, o Estado direciona as mais diversas pautas envolvendo crescimento social, econômico, tecnológico e político, no intuito de tentar garantir melhorias para o povo chinês e para seu *status* pragmático no sistema-mundo (CINTRA; PINTO, 2017).

2.3.1. Abertura e reformas na China

A ascensão dos grupos reformistas de Deng Xiaoping em 1978 remodelou o funcionamento do Partido Comunista Chinês (PCC) que detinha desde 1949 uma ideologia forte quanto à integração na economia-mundo capitalista. Esse grupo conseguiu estabelecer não somente uma abertura econômica, mas sim uma gama de reformas que alterou a atuação do Estado nacional chinês perante a sociedade e o Sistema Internacional, de modo que se observou um dinamismo enorme nas novas relações entre o Estado e o capital estrangeiro que começou a adentrar no território asiático (LEÃO, 2012).

A modificação nas políticas de atuação do PCC se deu, segundo Vieira (2021), à uma mudança de pensamento de como o Estado deveria agir diante dos atrasos sociais e econômicos

da sociedade. Ou seja, para Deng, as diretrizes do partido que seguiam ainda um pensamento maoísta revolucionário não permitiram com que o capital estrangeiro entrasse como objeto de desenvolvimento para o país. Tal como entrou nos moldes do restante dos países do Leste Asiático nesse período. Assim, o governo adotou uma política de reforma dentro do próprio partido e lançou a proposta das Quatro Modernizações, objetivando absorver investimentos estrangeiros e aplicá-los nos setores industrial, agrícola, tecnológico e militar (RIBEIRO, 2008). Esse processo somente logrou devido uma coesa linha de pensamento que se uniu com o grupo de Deng, Leão (2012) citou que esse sucesso na adoção do pacote somente se deu pelos seguintes motivos;

A existência de um grupo político favorável à alteração de uma parte do Programa Econômico Socialista, a forte unicidade da elite partidária, o controle estatal das instituições econômicas e das instâncias de poder, a incipiente recuperação econômica, assim como o cenário externo favorável (LEÃO, 2012, p.156).

Essa transição de paradigmas dentro da China se caracterizou por ter sido gradual - tal como ainda é hoje - diferentemente do que ocorreu na URSS. Esse processo na China ocorreu sob uma legitimidade social, visto que uma abertura dessas ao capital estrangeiro jamais se daria na ausência de um poder nacional em conjunto da nação (LEÃO, 2012).

Vieira (2021) destacou muito bem ao se direcionar à inserção chinesa na economia-mundo capitalista como uma entrada voluntária e irreversível, visto que a principal característica que denomina o sistema-mundo moderno é a acumulação incessante de capital, ou seja, foi sob a abertura dessa prática para dentro do território que se garantiu as riquezas materiais necessárias para o desenvolvimento nacional. O autor ainda apontou que essa prática de adoção do capital estrangeiro é o que garantiu à China o sucesso de seu crescimento, tal como ele mencionou:

[...] é inegável o acerto da estratégia de integração total à economia-mundo através do comércio, da abertura aos investimentos externos, do estímulo à acumulação sem fim de capital, aos investimentos chineses nos quatro cantos do mundo, da assimilação das tecnologias ocidentais, e do aprofundamento das relações diplomáticas, científicas e culturais com o maior número possível de países (VIEIRA, 2021).

As principais mudanças perceptíveis foram no setor industrial com as políticas criadas das ZEE's que foram precursoras para a entrada de Investimentos Externos Diretos na China. Estas fizeram parte da necessidade de se atrair capital externo para garantir as políticas de fortalecimento de base industrial, o que nesse sentido estimulou as exportações a ganharem espaço na nova lógica de aquecimento econômico chinês (RIBEIRO, 2008).

Entre 1980 e 1983 houve a formação de um mercado primário de bens de consumo que liderou as boas taxas de crescimento do PIB chinês, o que engrandeceu o mercado de bens de capital à um nível em que entre 1984 e 1990 ocorreu uma intensa expansão de um mercado de produção de bens de consumo duráveis. A exportação se consolidou como grande escada para o crescimento do país, e as relações comerciais do dragão vermelho se consolidaram não somente nos âmbitos regionais, mas alcançaram uma relação de interdependência com os EUA muito benéfica. Além disso, os IED's tiveram sucesso a partir das ZEE's e das transformações regionais que modificaram as estruturas asiáticas durante a década de 1980 (RIBEIRO, 2008; MEDEIROS, 1999).

O Estado chinês foi o principal agente de imposição para a abertura e reformas. Além de um cenário favorável internacional de excedentes de capital advindos principalmente do Japão, o próprio PCC atuou para direcionar as imensas quantias que entravam para o setor produtivo na ideia de fortalecer as exportações. Leão (2012, p. 167) destacou que “o Estado nacional fortaleceu a estratégia de inserção externa diferenciada, cuja diretriz principal foi a permissão para a entrada do capital estrangeiro na estrutura produtiva”. Essas políticas resultaram, em que Medeiros (1999) expôs como programa maciço de importações, de maneira que a crescente acumulação de capital e o acesso à créditos estrangeiros permitiu a compra de maquinários e equipamentos fundamentais para constituir a indústria pesada que a China carecia.

A partir de 1990, ocorreu outro fator que favoreceu as linhas reformistas chinesas, o acirramento intercapitalista, de modo que esse último acelerou a transnacionalização de empresas de tal forma que se iniciou a instalação de diversas empresas estrangeiras na China. Nessa década, o país já se encontrava como segundo maior receptor de IED's, atrás apenas dos EUA, logo que as estratégias de abertura chinesas eram atrativas ao capital internacional (MEDEIROS, 1999). De tal maneira, objetivou-se também, através dos IEDs fortalecer intrinsecamente as estatais e a consolidação destas em setores pragmáticos da economia chinesa (LEÃO, 2012).

No início do século XXI, a China já se encontrava em um patamar estratégico na economia-mundo capitalista, os próprios EUA reconheceram a importância econômica do gigante asiático e os declararam como “competidor estratégico” no cenário mundial (GOLDMAN, 2008). Em 2001, o país entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC) e isso marcou a definitiva, irreversível e completa integração da nação à economia-mundo. Nesse período, sob a liderança de Jiang Zemin, a China manteve a consolidação das bases reformistas de Deng e fez com que a expansão material do país seguisse no decorrer do século mantendo

um crescimento do PIB nacional à 10% ao ano por três décadas (RIBEIRO, 2008; HENDLER, 2018).

Para Vieira (2021), portanto, a integração da China ao sistema-mundo moderno e sua estrutura capitalista resultou em determinadas exigências que o PCC implantou e terá que manter ao longo do século para garantir-se como *player* essencial do SI, como por exemplo: estimular a acumulação incessante de capital e suas devidas consequências no território nacional, tal como ele destacou, a desigualdade, degradação ambiental e do ser humano; garantir a competição interestatal e intercapitalista que é o que mantém na EC-M a liquidez mundial, a posição militar e de riquezas e, o status de liderança influente perante os demais; E, como resultado da acumulação de capital, desenvolver tecnologias que deem continuidade ao seu desenvolvimento científico.

2.3.2. A internacionalização chinesa: da estratégia *Going Global* à Crise de 2009

Os projetos de Deng Xiaoping conseguiram realocar a China novamente ao status grandioso no cenário internacional, o início do século XXI foi uma amostra de que a China estava novamente atuando como uma potência sem precedentes de crescimento econômico. Os EUA agora não mais consideram o dragão vermelho como um “competidor estratégico” e sim como uma “parceria estratégica”. Para Goldman (2008), a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista somada à contínua produção e desenvolvimento de tecnologias é o que significou a gradual alternância de poder mundial do Ocidente para a Ásia no atual século.

A China desde então tem apresentado diversos cenários na transformação dos centros de acumulação de poder e riqueza, o país se projetou internacionalmente a partir dos anos 2000 com a já mencionada atração de IED's e com o destaque voltado para suas exportações, de tal modo que as configurações do seu crescimento têm resultado em grandes debates na economia internacional (PAUTASSO, 2019). Uma das políticas discutidas e aprovadas para implantação, foi a estratégia *Going Global*, no 10º Plano Quinquenal¹³, que visou dar um fim às ideias revolucionárias maoístas de autossuficiência para dar início à transnacionalização e exportação de suas empresas estatais (CHINA POLICY, 2017). Para além disso, a proposta também previu, segundo Kotz e Ouriques (2020), três segmentos principais para a economia chinesa, sendo

¹³ Planos discutidos, aprovados e implantados pelo PCC desde 1949 que visam estabelecer metas econômicas e sociais com um prazo estabelecido.

elas: o aumento da entrada e saída de IED's; aperfeiçoar os projetos de internacionalização das empresas internas e; reduzir gradualmente os controles de capital.

A estratégia *Going Global* tinha como objetivos centrais, além dos mencionados acima de desenvolvimento de capacidades de exportação, o fortalecimento do multilateralismo - logo que no mesmo ano o país adentrou na OMC- como mecanismos de “segurança de recursos naturais, alimentares e energéticos” através de um controle de parcerias com outros países. Esse processo que se seguiu desde 1970 de abertura, aperfeiçoou-se no século XXI, do momento em que se uniu a necessidade de garantir os recursos naturais, fundamentais para o desenvolvimento econômico, com os planos de exportação das empresas chinesas. Adquiriu-se assim, possibilidades de integração, competitividade e aquisição de tecnologias, produtos e parcerias (PAUTASSO, 2019; KOTZ; OURIQUES, 2020).

O período de 2000 a 2008 representou um amadurecimento das estratégias chinesas de ampliação do seu mercado interno, da internacionalização de empresas, do investimento externo em países do Sul Global, da coexistência pacífica como premissa de desenvolvimento e do aperfeiçoamento da base industrial e tecnológica interna. Esses são apenas algumas das gamas de projeção chinesa no início do século. Belluzzo (2009) expressou de forma clara como que desde 1970, o país asiático tem logrado rapidamente as altas taxas de crescimento, além de ter melhorado os seus canais multilaterais tanto no Leste Asiático, tanto com os EUA e sua parceria interdependente, até um ponto em que os desdobramentos de sua posição internacional se tornaram relevantes para todos em sua volta:

A posição chinesa na economia mundial melhorou rapidamente a partir de alta de crescimento interno, de absorção de IDE e de crescimento das exportações, a qual se manteve a mais estável e vigorosa desde 1970 em relação ao resto do mundo, antes mesmo das reformas liberais. É o segundo maior absorvedor de investimento direto depois dos EUA e mantém com este país uma relação especial de competição e complementaridade. [...] Qualquer diminuição acentuada no comércio e no investimento da China afetaria dramaticamente a economia do Leste Asiático - do qual a expansão chinesa é hoje o principal motor- e poderia provocar um “enfarte” numa das artérias mais importantes da globalização americana (BELLUZZO, 2009, p. 198).

Em meados de 2007 explodiu uma crise financeira, que pela primeira vez em anos do SM-M, atingiu os países em níveis mundiais. A redução de ativos financeiros no mercado gerou um déficit nos investidores e, nos EUA, a crise do *subprime*¹⁴ destoou a partir da falência de um dos maiores bancos do país, o Lehman Brothers. Acioly, Chernavsky e Leão (2010) definem a crise em cinco estágios para melhor compreensão:

¹⁴ São as denominadas hipotecas de alto risco que eram feitas nos EUA diante do boom de especulação imobiliária nos planos de habitação.

Segundo o Bank for International Settlements (BIS, 2009), a crise passou por cinco estágios, os quais variaram em intensidade. A primeira fase começou com a crise das hipotecas subprime entre junho de 2007 e março de 2008. O que inicialmente pareceu ser um problema relativo a uma pequena parte do sistema financeiro americano rapidamente se espalhou para outros mercados de crédito. Naquele momento, o foco principal dos governos foi a liquidez do sistema de financiamento, dos preços dos ativos e as dificuldades de renovação de créditos. O segundo estágio deu-se entre março e meados de setembro de 2008, quando as preocupações voltaram-se para a solvência do sistema, que deu origem ao risco de falências bancárias. A quebra do Lehman Brothers, em 15 de setembro daquele ano, provocou a terceira e a mais intensa fase da crise: uma perda global de confiança, com uma intervenção política mais ampla e sem precedentes. O quarto estágio ocorreu do final de outubro de 2008 a meados de março de 2009, quando os mercados se ajustaram às perspectivas cada vez mais sombrias de crescimento global, em meio às incertezas sobre os efeitos das intervenções dos governos nos mercados financeiros e na economia. O quinto estágio, iniciado em meados de março de 2009, foi marcado por sinais de que os mercados financeiros começavam a mostrar algum otimismo, em uma situação macroeconômica ainda bastante negativa (ACIOLY, CHERNAVSKY, LEÃO, 2010, p.7).

A China, nesse contexto de crise financeira, desencadeada sistematicamente já pelas crises sinalizadoras da atual hegemonia, também sofreu com as consequências desse acontecimento. Houve uma intensa desaceleração no ritmo do crescimento chinês, o qual despontava há décadas. Ciseski (2012) apontou que houve quedas significativas nas importações e exportações de/para países desenvolvidos nesse período, ocorreu a redução da entrada de IED's no país, de forma que em 2007 a porcentagem era 4,6% e, em 2009 caiu para 2,3%. Isso gerou diversas contrações para as políticas de desenvolvimento da China, as quais são os vetores desde 1980 do PCC e seus planos. Com isso, o partido logo se atentou a agir.

A China rapidamente conseguiu alavancar novamente à economia-mundo após grandes investimentos por parte do partido que liberou investimentos públicos enormes para frear os resultados da crise. Ciseski (2012) abordou a implantação de pacotes de gastos públicos que favoreceram diretamente as exportações, a infraestrutura e os investimentos a reaquecer: “a desaceleração só não foi maior porque o pacote de gastos públicos de US\$ 586 bilhões elevou o dispêndio com investimento para 48% do PIB em 2009, ante 42% em 2007” (CISESKI, 2012, p. 82).

Morais (2009) afirmou que a Crise de 2009, em sua essência, é apenas mais um resultado da expansão financeira do capitalismo, de tal modo que ela surgiu a partir do modo em que a atual hegemonia, os EUA, atua no sistema-mundo moderno. Para o autor, a crise somente veio para demonstrar as inúmeras fragilidades que o país hegemôn tem enfrentado para se manter na posição de líder:

Uma potência hegemônica com forte posição de liderança pode fazer uma diferença positiva na trajetória de uma crise capitalista, absorvendo parte desses custos e arbitrando sua distribuição dentro do sistema interestatal. Esse não parece ser o caso atual, o que se demonstra por dois fatores inerentes à atual crise: a dificuldade dos EUA de arbitrar perdas ou impor ônus a seus principais parceiros (União Européia,

Japão e a China); e a quebra do paradigma teórico e de políticas macroeconômicas que sustentou a expansão econômica e de poder nacional dos EUA desde o final da década de 1970 (MORAIS, 2009, p.47).

Da mesma forma, para Arrighi (2008), em sua obra “Adam Smith em Pequim”, a expansão financeira do ciclo estadunidense tem gerado constantemente uma deslocação do epicentro de poder e riquezas do Ocidente para o Oriente, em especial para a China. O autor estabeleceu que a China pode utilizar de três estratégias para usufruir dessas fraquezas inerentes à atual hegemonia em seu processo de financeirização. Por exemplo, em primeiro lugar, a China em sua posição de potência harmônica no cenário internacional, está aguardando os EUA se exaurir em termos militares e econômicos a partir de seus próprios conflitos, como no Oriente Médio. Em segundo lugar, utilizar de seu status de credor dos EUA e enriquecer este com mais bens e créditos, superacumulando seu sistema financeiro já instável. E, por último, o que já se percebe, é a China utilizando de seu mercado em constante expansão para conquistar aliados ao redor do globo, em uma maneira de centralizar uma nova ordem mundial, segundo Arrighi (2008), na China - porém não em termos militares essencialmente.

Ou seja, após esse despoje de sucesso que a China vivenciou com a Crise de 2009, diversos autores projetaram o dragão vermelho em uma posição nova na economia-mundo capitalista. Posição essa que pode ser interpretada como o início da expansão material chinesa de fato para assumir um novo CSA. Hung (2018) menciona que o país se postulou como o “motor principal do capitalismo global” visto o baixo desempenho dos EUA frente ao mesmo contexto.

Ressalta-se que a China tem logrado alcançar estes postos por inúmeras políticas e fatores externos e internos que não cabem em sua totalidade nessa pesquisa, entretanto, entender algumas estratégias de desenvolvimento que projetaram o país a ser uma potência na economia-mundo se faz necessário.

O país asiático possui um aparato estatal singular que garantiu sua estabilidade e inserção pragmática no Sistema Internacional desde 1970, haja vista que o PCC conseguiu alinhar os interesses burocráticos, necessários para sua legitimação perante a população, com os interesses nacionais comuns ao próprio corpo social. Ou melhor, o Estado chinês dispõe de uma estrutura voltada inteiramente ao desenvolvimento econômico que considera como fulcral o objetivo de garantir melhores condições sociais para o povo. Cintra e Pinto (2017) analisam que as decisões tomadas dentro do aparelho estatal chinês são, na maioria das vezes, graduais e sensatas no sentido de estabelecer uma visão de longo prazo que permita o amadurecimento das políticas e reformas constantemente. O que demonstra contínuas fases de adaptação e reformulações, sempre considerando a harmonia que rege os princípios do PCC.

Para verificar as decisões estratégicas que a China tomou a partir de 2009 e que inaugurou uma nova fase para sua projeção internacional, verificar-se-á no próximo capítulo os conceitos de *Economic Statecraft* - Ou Estatismo Econômico- e seu uso positivo dentro das políticas de desenvolvimento, desde o comércio internacional com os outros países até os IED's, sendo estes últimos fundamentais para entender o processo de crescimento do Estado chinês. Principalmente, realizando uma comparação entre o Estatismo Econômico estadunidense em seu período de expansão material após 1945 e o da China após a crise financeira de 2009, no intuito de verificar possíveis convergências e divergências em suas bases.

Dessa maneira, portanto, o que se conclui é que com o acirramento da Crise de 2009, mais vem se corroborando a ideia do possível declínio da hegemonia dos EUA perante uma inevitável mudança do CSA, o qual desde os fins da década de 1970 tem se voltado para a Ásia. Qualquer que seja o desenrolar dos EUA nessa fase de financeirização, o que fica claro é que a China tem se lançado e assumido um papel, a partir das suas políticas de desenvolvimento estruturadas em uma expansão material visível desde o fim do longo século XX, importante e decisivo na economia-mundo capitalista. Para Silver e Arrighi (2012), a mudança na distribuição de poder e riquezas é apenas uma das premissas para o rearranjo de um novo complexo sistêmico de acumulação.

3. *ECONOMIC STATECRAFT*: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ÍNDICES DOS EUA E CHINA

O termo "*Economic Statecraft*", ou traduzido, Estatismo Econômico (E.E.), ainda é jovem dentro dos debates acadêmicos envolvendo a Economia Política e a Política Externa e, sua conceituação ainda é discutida entre os autores. Dessa forma, a partir dessa parte da pesquisa, trabalhar-se-á de início com dois autores chaves para que se entenda o significado do Estatismo Econômico e sua utilização por parte dos Estados nacionais, sendo eles: David A. Baldwin, cientista político que possui uma das mais reconhecidas bagagens escritas sobre o tema, e, James Reilly, professor da Universidade de Sydney e pesquisador sobre o tema aplicado à República Popular da China. Além disso, abordar-se-á outros autores que reforçam o conteúdo da temática.

A conceituação de E.E. se faz necessária para facilitar o entendimento dentro dos estudos de EPI das principais técnicas que os atores, nesse caso, os Estados, utilizam para fins políticos. Então, para isso, precisa-se antes compreender o termo *Statecraft* para que se

contemple posteriormente a E.E. e seus usos. Baldwin (2020) desde já ressalta que os pesquisadores de política acabam por negligenciar os estudos envolvendo os meios de influência que os Estados utilizam, a qual caracteriza o termo *Statecraft* nesse caso. Este último pode ser definido, segundo o autor, como os instrumentos usados pelos tomadores de decisão em suas tentativas de exercer sua influência de poder perante os demais (BALDWIN, 2020, p. 7). Apesar do enorme debate em torno de analistas das mais diversas áreas que estudam essas capacidades de projeção de influência dos Estados, tais como os pesquisadores de Política Externa e a Ciência Política, o autor aborda que muito se perde os estudos sobre os instrumentos de influência dentro dessas práticas dos Estados, logo que as pesquisas apenas se focam na formulação de políticas e não nas técnicas de uso delas.

Há, portanto, para os tomadores de decisão, uma gama de técnicas que podem ser, dependendo da corrente teórica, classificadas para melhor compreensão. No caso dos realistas clássicos como Raymond Aron e Morgenthau, segundo Baldwin (2020), os instrumentos de influência externa de um país apenas se baseiam em diplomacia e guerra. Contudo, para não simplificar de forma abrupta as utilizações de *Statecraft*, o autor definiu quatro meios que podem dividir de maneira aceitável as técnicas que os Estados mais utilizam:

1.Propaganda: refere-se a tentativas de influência que dependem principalmente da manipulação deliberada de símbolos verbais; 2.Diplomacia: refere-se a tentativas de influência que dependem principalmente da negociação; 3.Estatismo Econômico: refere-se a tentativas de influência que dependem principalmente de recursos que têm uma aparência razoável de um preço de mercado em termos de dinheiro. (Esta categoria será desenvolvida no capítulo 3.); 4.Estatismo Militar: refere-se a tentativas de influência que dependem principalmente de violência, armas ou força (tradução própria)¹⁵

Portanto, *Statecraft* se conclui como as técnicas que o Estado possui para alcançar objetivos específicos de sua política externa, especialmente a partir de instrumentos de influência para que os demais atendam às suas vontades, seja por todos os meios mencionados acima. Todos estes utilizando como premissa o poder de cada Estado, o qual é fonte para sua projeção no ambiente internacional.

Dessa forma, abaixo tratar-se-á sobre a E.E. e seus significados por meio de seu uso positivo logo que essa pesquisa possui como objetivo analisar de que forma determinados índices utilizados pela RPC a projetaram nos últimos anos como potência e foco de atenção

¹⁵ 1. Propaganda refers to influence attempts relying primarily on the deliberate manipulation of verbal symbols. 2. Diplomacy refers to influence attempts relying primarily on negotiation. 3. Economic statecraft refers to influence attempts relying primarily on resources which have a reasonable semblance of a market price in terms of money. (This category will be developed in chapter 3.) 4. Military statecraft refers to influence attempts relying primarily on violence, weapons, or force (BALDWIN, 2020, p. 12).

para um factível novo centro de um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação. Para isso, realizar-se-á uma comparação entre dois índices que indicam uma expansão material da China após 2008 com a expansão material dos EUA após 1945, no intuito de apresentar semelhanças nos padrões de recorrência.

3.1. O conceito de *Economic Statecraft* e sua utilização positiva;

O *statecraft*, como abordado acima, corresponde às técnicas econômicas utilizadas pelos Estados para exercerem uma determinada influência sobre os demais. A partir daqui, delinear-se-á sobre definições básicas sobre a terminologia apresentada pelos autores de *Economic Statecraft* e de que forma ela é usada pelas unidades estatais. Ainda mais, necessita-se problematizar adiante esse termo e seu significado para com o caso da China, pois, segundo Hendler (2019), a realidade político econômica da China é mais complexa do que apenas o que o termo abarca.

Dessa forma, Baldwin (2020) trouxe três tipos de caracterizações iniciais para entender a E.E. A primeira e mais básica afirma que o tipo de instrumento político predominante - *statecraft*- nesse caso será o econômico - pois existem outras técnicas que os Estados usam, tal como supracitado acima-. A segunda premissa parte de que a E.E. deve possuir o domínio da tentativa de influência, ou seja, a capacidade de coerção do ator a outras unidades estatais sujeitas. E, por último, a E.E. abrange um escopo maior das tentativas de influência, pois ainda que os meios sejam econômicos nesse caso, a dimensão de influência pode abarcar outros fatores de controle e poder nos Estados, tais como crenças e atitudes da população.

Baldwin (2020) ressalta enormemente que a E.E. se diferencia de outros termos relacionais dentro de outras áreas envolvendo a economia. Por exemplo, a política externa econômica tendo como definição “ações governamentais destinadas a afetar o ambiente econômico internacional” (tradução própria)¹⁶ deixa a entender que há a possibilidade das ações governamentais ultrapassarem os campos somente econômicos, o que não é a proposta do E.E. Outro exemplo é a política econômica internacional que pode ser confundida com Estatismo Econômico, entretanto, sua definição abrange, segundo o autor, mais um fenômeno em si e um espaço separado do que uma ferramenta que pode ser utilizada nos âmbitos de política externa, que é o que a E.E. propõe.

Portanto, seguindo a linha de Baldwin (2016), dessa vez utilizando sua definição a partir

¹⁶Governmental actions intended to affect the international economic environment (COHEN, 1968 apud BALDWIN, 2020, p. 32).

da Encyclopedia Britannica, uma definição concreta para E.E. seria:

o uso de meios econômicos para perseguir objetivos de política externa. A ajuda externa, o comércio e as políticas que regem o fluxo internacional de capital podem ser usados como ferramentas de política externa e são consideradas as formas mais comuns de Estatismo Econômico (tradução própria).¹⁷

Dessa forma, entende-se E.E. como o uso de técnicas econômicas que são utilizadas pelos Estados e que possuem um grau de intenção no intuito de cumprir com metas de sua política externa. E, com uma economia-mundo globalizada e interdependente como a atual, a necessidade que os Estados possuem de se aplicar essas técnicas perante os demais atores é fundamental para se projetarem como *players* proativos (GUERRA, 2020).

A E.E. pode ser utilizada de maneira unilateral e multilateral, ou seja, as técnicas aplicadas através de um só governo e/ou Estado ou pode ser usada por diversos governos para se alcançar determinados objetivos. Além disso, o autor cita que se pode dividir a E.E. em seu uso positivo e negativo, de forma que a primeira se baseia nas relações comuns corriqueiras da economia mundial, como as relações bilaterais de comércio exterior, por exemplo. É positiva desde que haja uma recompensa ou incentivos para as unidades estatais. O uso negativo da E.E. é muito aplicável em casos da atual economia-mundo em que existem técnicas de coerção e sanções econômicas sobre Estados, que tem como objetivo ameaçar ou punir outros para que sigam uma cartilha mundial normativa (MASTANDUNO, 2012, p. 222-223).

O autor menciona sobre a atual economia mundial e como o estreitamento interdependente tem gerado maiores usos da E.E. sob os Estados para que estes possam se portar no cenário internacional de forma mais assertiva:

Os estudantes de política externa devem notar que o Estatismo Econômico foi usado com frequência crescente durante o século XX, à medida que os países do sistema internacional tornaram-se mais interdependentes e formou-se uma economia global. Ao desenhar países e seus cidadãos em redes econômicas mais estreitas através das fronteiras, a economia mundial liberal forneceu um ambiente estrutural acomodatório, abrindo mais oportunidades para os governos empregarem o Estatismo Econômico, tanto positivo quanto negativamente (tradução própria).¹⁸

No caso da China, nos últimos anos, principalmente a partir do início do século XXI, tem-se visto uma utilização recorrente de técnicas econômicas que possuem o objetivo de incentivar uma maior relação multilateral entre os países da economia global. James Reilly

¹⁷ the use of economic means to pursue foreign policy goals. Foreign aid, trade, and policies governing the international flow of capital can be used as foreign policy tools and are considered the most common forms of economic statecraft (BALDWIN, 2016).

¹⁸ Foreign policy students should note that economic statecraft was used with increasing frequency during the twentieth century, as countries in the international system became more interdependent and a global economy formed. By drawing countries and their citizens into tighter economic networks across borders, the liberal world economy has provided an accommodating structural environment, opening more opportunities for governments to employ economic statecraft, both positively and negatively (MASTANDUNO, 2012, p. 223).

(2013) ressalta que pela importância que a China tem ocupado em termos de gigante econômico, quaisquer que sejam suas decisões envolvendo suas redes de comércio, investimentos ou auxílios externos, podem gerar dimensões profundas em países menores. Para o autor, o dragão asiático desde 1949 tem utilizado pragmaticamente seu poder econômico constantemente crescente a favor de seus objetivos de política externa.

Estabelece-se três técnicas que Reilly (2013) mencionou serem as principais e estratégicas dentro do Estatismo Econômico e que mais tarde serão apresentadas durante o capítulo sobre os países, sendo:

fornecer capital através de [...] investimento direto; expandir o comércio através de acordos comerciais preferenciais ou aquisições estatais; e alterar políticas monetárias como a compra de obrigações estrangeiras ou a intervenção nos mercados cambiais (tradução própria).¹⁹

Cada uma das técnicas utilizadas acima pode ser utilizada tanto para o uso negativo, tal como a imposição de sanções por meio de restrições de acordos de comércio internacional, por exemplo, ou, por uso positivo por meio dos IED's em áreas estratégicas tal como a China vem realizando há anos.

A seguir delinear-se-á sobre os EUA e China nos âmbitos da atual economia-mundo capitalista e de que forma cada país tem se portado na utilização do Estatismo Econômico, caracterizando as técnicas de cada país para que mais tarde se apresente os dados empíricos de Comércio Internacional e de IED's comparativamente entre eles em sua expansão material.

3.1.1. EUA x China: o estatismo econômico no sistema-mundo moderno;

Para compreender a atuação de grandes potências na atual economia-mundo capitalista, deve-se levantar alguns pontos históricos que demonstram a ligação entre a economia e a política externa, e de que maneira isso tem gerado resultados de projeção para cada Estado.

Desde o fim da Guerra Fria, a EM-C se tornou intensamente globalizada ao ponto de as unidades estatais ficarem dependentes economicamente, gerando uma interdependência não vista anteriormente na história. Mastanduno (2012) menciona que o fim da Guerra Fria trouxe uma nova agenda no cenário global de globalização, em que o E.E. positivo assumiu um papel protagonista. A relação bilateral entre URSS e EUA, por exemplo, durante a Guerra Fria foi marcada por uma competição bélica e político ideológica, diferentemente das relações que

¹⁹ providing capital through [...] direct investment; expanding trade via preferential trade agreements or state procurements; and altering monetary policies such as purchasing foreign bonds or intervening in currency markets (REILLY, 2013, p. 2).

assumiram os países após a década de 1990, em que questões envolvendo reformas econômicas, políticas cambiais e comerciais se encaixaram na pauta principal destes.

O E.E. tem representado um ponto estratégico desde então para com a política externa de inserção internacional dos países. Os Estados membros da União Europeia (UE) têm utilizado o engajamento econômico como ferramenta para moldar as relações de países fracos a seu favor. Os EUA por outro lado possuem maior afinidade na prática da contenção econômica e seus usos negativos, o que por exemplo é claro no caso das relações EUA-Cuba. Sob outro viés, os EUA possuem maior pragmatismo quanto seu E.E. em relação à China, ao invés de contenções econômicas, os norte-americanos utilizam do engajamento econômico para se relacionar com os chineses.

Mastanduno (2012, p. 237) ressalta que os EUA, no caso da China, esperam uma resposta à altura logo que o sucesso econômico chinês muito se deu por conta do E.E. positivo estadunidense por meio da abertura comercial aos seus mercados. A China teria uma responsabilidade de fortalecer essa ordem liberal que a favoreceu tanto, segundo a citação:

Em 2005, o então vice-secretário de Estado, Robert Zoellick, fez um discurso amplamente citado em Nova York, no qual conclamou a China a se tornar uma *“responsible stakeholder”* nas relações internacionais (Zoellick 2005). A China, argumentou Zoellick, beneficiou-se substancialmente de uma Economic Statecraft positiva, em particular sua participação na economia mundial liberal e seu acesso preferencial ao grande mercado dos EUA para suas exportações. Em troca desses benefícios econômicos, a China deve reorientar sua política externa em uma direção de efeito mais *“responsável”*, em uma direção mais compatível com as prioridades e interesses dos EUA. Zoellick pediu que a China coopere mais plenamente com os EUA sobre o Irã, a Coreia do Norte e a proliferação nuclear, se torne mais responsável perante seu próprio povo e torne seus planos de modernização militar mais transparentes. Em suma, 'a China tem a responsabilidade de fortalecer o sistema internacional que possibilitou seu sucesso'. Embora as autoridades chinesas se esforçassem para encontrar uma tradução precisa de *“responsible stakeholder”*, a intenção de Zoellick era clara - uma China em ascensão deveria retribuir pelos benefícios econômicos que obteve da ordem mundial centrada nos EUA, ajudando os Estados Unidos a administrar essa ordem. Dez anos após o discurso de Zoellick, os Estados Unidos pareciam estar reconsiderando sua abordagem em relação à China. O ex-vice-conselheiro de segurança nacional Robert Blackwill chefou uma força-tarefa no influente Conselho de Relações Exteriores que concluiu que a China não havia evoluído para uma parte interessada responsável e, em resposta, os Estados Unidos deveriam adotar 'uma nova grande estratégia em relação à China que se concentra em equilibrar a ascensão do poder chinês em vez de continuar a auxiliar sua ascensão' (Blackwill e Tellis 201 S: 4). (tradução própria).²⁰

²⁰ In 2005, then Deputy Secretary of State Robert Zoellick gave a widely cited speech in New York in which he called on China to become a 'responsible stakeholder' in international relations (Zoellick 2005). China, Zoellick argued, benefitted substantially from positive economic statecraft, in particular its participation in the liberal world economy and its preferential access to the large US market for its exports. In exchange for those economic benefits, China should reorient its foreign policy in a more 'responsible' direction-in effect, in a direction more compatible with US priorities and interests. Zoellick urged that China cooperate more fully with the US over Iran, North Korea, and nuclear proliferation, become more accountable to its own people, and make its plans for military modernization more transparent. In short, 'China has a responsibility to strengthen the international system that has enabled its success'. Although Chinese officials scrambled to find a precise translation of 'responsible stakeholder', Zoellick's intent was clear-a rising China should reciprocate for the economic benefits it gathered

A maneira como os EUA e a China utilizam seus E.E. geram ainda consequências relevantes para a economia-mundo por conta de seus pesos econômicos globais, visto que o mercado interno de cada um influencia diretamente as principais dinâmicas no mundo. Em específico, relações não somente econômicas, mas militares e de alianças sob regiões estratégicas atualmente, que é o caso da Europa e da Ásia. Chivvis e Kapstein (2022) afirmam que os debates que envolvem a E.E. estadunidense geralmente são superestimados, onde não se é reconhecida as consequências que um planejamento estratégico dessas políticas pode acabar resultando no globo. No caso da China, Reilly (2012) menciona que a busca pelo dragão asiático em alcançar determinadas metas através de ferramentas econômicas não a diferencia estrondosamente dos demais países que praticam isso há anos. A China apenas tem intensificado o poderio desses recursos de E.E. em consonância com seu desenvolvimento de poder.

A partir disso, após Reilly (2012) estabelecer o comércio internacional e os auxílios por IED's como os principais mecanismos do Estatismo Econômico, estabelecer-se-á nos próximos capítulos a conceituação de cada ferramenta e de que forma cada uma delas foi aplicada durante sua respectiva expansão material, no caso dos EUA após 1945, e no caso da China após 2008 diante da crise sinalizadora do CSA norte-americano.

3.2 Investimentos Externos Diretos (IED's);

Uma parte do processo de movimentos internacionais de capitais são os IED's que se constituem como:

fluxos internacionais de capitais [...] A característica que diferencia esse tipo de investimento é que ele não envolve somente uma transferência de recursos, mas também a aquisição do controle. Isto é, a filial não tem simplesmente uma obrigação financeira com a matriz; ela é parte da mesma estrutura organizacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 126).

Os movimentos internacionais de capitais podem ser entendidos por meio de IED's, os quais se baseiam quando indivíduos ou instituições compram ativos de governos estrangeiros, em muitos casos no objetivo de garantir um controle acionário mínimo. Já os IED's se baseiam na ideia de controle de firmas por meios das transnacionais, logo que implicam um controle

from the US-centred world order by assisting the United States in managing that order. Ten years after Zoellick's speech, the United States seemed to be reconsidering its approach to China. Former Deputy National Security Advisor Robert Blackwill headed a task force at the influential Council on Foreign Relations that concluded China had not evolved into a responsible stakeholder and, in response, the United States should adopt 'a new grand strategy toward China that centers on balancing the rise of Chinese power rather than continuing to assist its ascendancy' (Blackwill and Tellis 201, S:4) (MASTANDUNO, 2012, p. 237).

sobre aquele que toma o empréstimo ou do investimento (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001).

Segundo Arrighi (1996), os centros de acumulação de capital em suas expansões financeiras -ou seja, em declínio- demonstraram uma transferência de capital intensa para os novos centros em ascensão, no intuito de se usufruir de uma parcela do excedente desse novo processo de acumulação que se formara. Portanto, Caves, Frankel e Jones (2001) citam que o capital irá para o exterior logo que avistar a possibilidade de lucro. Tal como entre 1870 a 1913 em que os IED's britânicos em sua maior parte foram para o exterior objetivando complementar a mão-de-obra europeia que já havia emigrado para os países periféricos a fim de desenvolver as novas terras e recursos naturais. Em especial, o capital britânico se moveu para os EUA, principalmente para setores de infraestrutura ferroviários.

Ainda, Carbaugh (2004) estabelece que as empresas transnacionais utilizam dos IED's como ferramentas para adquirir controle acionário no exterior, na intenção de abrir os mercados e tornar as economias mais competitivas, gerando fatores de produção e tecnologia mais eficientes. Caves, Frankel e Jones (2001) citam sobre os IED's e suas ligações com as multinacionais:

Os investimentos diretos são uma forma singular de fluxo internacional de capital, por afetarem tanto o estoque nacional de fatores produtivos como as condições competitivas da nação nos mercados em que atua. Seu caráter singular decorre de duas peculiaridades: 1) os investimentos diretos correspondem a movimentos de capitais, mas o fornecedor do empréstimo transfere recursos e, ao mesmo tempo, assume o controle do projeto. A maioria dos investimentos diretos passa por empresas multinacionais, EMNs, ou as origina - multinacionais são empresas que operam unidades comerciais em mais de uma nação. 2) a multinacional, presumivelmente, faz investimentos no exterior para aumentar seus lucros. Ela estabelece uma unidade de distribuição no exterior para comercializar suas exportações, uma fábrica para suprir seus clientes estrangeiros com bens produzidos domesticamente, ou uma mina, ou uma fábrica de bens intermediários, para fornecer insumos para suas operações no país sede. Os fatores que explicam os investimentos estrangeiros diretos são, portanto, condições específicas às indústrias em mercados particulares (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001, p.159).

Portanto, o que se percebe é que os IED's são uma forte ferramenta da E.E. de um país. Ainda mais em sua plena expansão, tal como Hendler (2021) menciona que a exportação de capital é fator importante para o desenvolvimento econômico de um país que está em seu pleno crescimento na economia-mundo capitalista. Como muito se percebeu diante nos CSA passados. No caso do atual CSA, os EUA lograram abranger mundialmente seu capital, projetando seu domínio até atingir sua hegemonia.

Abaixo será apresentado alguns dados dos IED's após 1945 em plena expansão material dos EUA para que logo se verifique uma possível semelhança com a expansão material da China no século XXI após 2008.

3.2.1. IED's dos EUA pós-1945;

Após o fim da II Guerra Mundial, após 1945, ocorreu uma reorganização das bases internacionais, estruturando dessa forma uma nova ordem política mundial que alocou os EUA como hegemonia econômica e militar na economia-mundo capitalista (FIORI, 2007). Mais especificamente, foi desde o fim da I Guerra Mundial que o domínio do sistema econômico focado na Grã-Bretanha decaiu. As empresas familiares britânicas²¹ sofreram um impacto que as retirou da centralidade da EM-C, estabelecendo um vácuo de poder que mais tarde após 1945 foi preenchido pelo sistema norte-americano do capitalismo de corporações²² (ARRIGHI; SILVER, 2001).

A Crise de 1929 gerou fortes repercussões para os EUA segundo Hendler (2021), pois se formou um excesso de oferta e especulação que exigiu com que os norte-americanos buscassem novas maneiras de contornar esses efeitos por meio da reprodução do capital. Nesse sentido, houve uma enorme reorganização do complexo capitalista estadunidense que adotou uma estrutura organizacional dividida em múltiplas camadas. Ou melhor, criou-se o capitalismo de corporações em que o foco central era a diversificação de mercados e produtos no exterior (ARRIGHI; SILVER, 2001).

Dessa forma, para conseguir alcançar os objetivos de internacionalização de mercados e produtos, além de internalizar as empresas necessárias para sua base produtiva, os EUA precisavam atravessar fronteiras. Assim, as empresas transnacionais desempenharam um papel fulcral nesse objetivo, elas se dirigem para outras localidades do globo em busca de lucros e suas formas de atuação se diversificam entre a integração vertical, horizontal e na formação de conglomerados (CARBAUGH, 2004). Entre 1945 a 1970, durante a idade de ouro do capitalismo, percebeu-se um investimento intenso no comércio e na produção de mercadorias por meio do capital lucro destas empresas multinacionais via investimentos externos diretos. Tendo estes últimos desempenhado papel fundamental também durante essa fase que marcou a expansão material do CSA norte-americano (HENDLER, 2021).

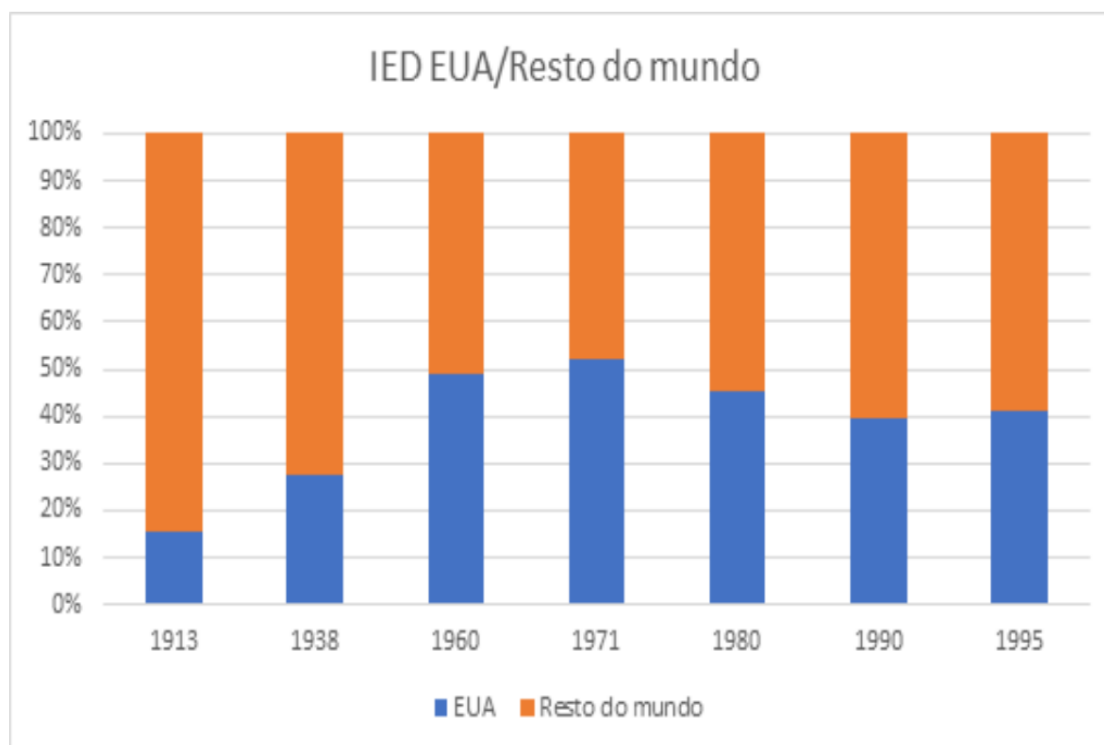
Segundo Jeffrey Frieden (2010, p. 142-143), a maioria dos IED's que existiam antes da I Guerra Mundial, eram voltados somente para os setores agrícola e de matérias-primas. No caso dos EUA no início do século XX, era voltado para a produção primária na América Latina.

²¹ Modelo de produção capitalista do ciclo britânico.

²² Modelo de produção capitalista do ciclo norte-americano.

Segundo o autor, esses IED's dos EUA em 1900 eram de 2% de toda a riqueza agrícola e industrial do país, e em 1929 chegou a 5%, correspondendo aproximadamente a US \$7,9 bilhões. Entretanto, no pós-guerra, o foco desses IED's se voltou para a construção de fábricas na Europa e no Japão.

FIGURA 4. IED'S DOS EUA EM COMPARAÇÃO AO RESTO DO MUNDO



Fonte: Twomey (2002, p. 33) apud Hendler (2021, p. 5).

O que se percebe na figura acima é um crescimento significativo dos movimentos internacionais da capital estadunidense. No início do século XX os EUA direcionaram seus IED's em grande parcela para setores primários da América Latina, e a partir de 1960, já com o fim das Grandes Guerras, os norte-americanos alcançaram quase metade da transferência de capital do mundo, ultrapassando 50% em 1971. Em especial, desde 1920 se observou um crescimento exponencial dos EUA que assumiu o centro de acumulação de capital da economia mundial com investimentos diretos massivos no exterior, em específico na reconstrução da Europa, além da Ásia e América Latina. Frieden (2010) menciona que na década de 1920 o país norte-americano conseguiu acumular uma carteira de investimentos semelhante à do Reino Unido em 1913 que obteve todo o século XIX para se constituir.

Ressalta-se que Nova York surgiu como enorme credor de empréstimos internacionais, alcançando a marca de US\$1 bilhão por ano entre 1920 a 1929. Nessa mesma década de ouro

para o capitalismo de corporações estadunidenses, os bancos norte-americanos competiam para poder enviar seus investimentos para áreas estratégicas no estrangeiro. De fato, os EUA se tornaram responsáveis por mais da metade dos empréstimos internacionais que estavam direcionados para a recuperação do sistema econômico mundial (FRIEDEN, 2010).

[...] esse crescimento envolveu uma retomada das condições anteriores aos tempos de guerra. Mas ele também contou com uma dinâmica própria poderosa, e os Estados Unidos eram o seu centro. O capital e os mercados norte-americanos alimentaram o crescimento econômico da Europa à Ásia e também da América Latina. Bancos e empresas norte-americanas inundaram o mundo com dinheiro e tecnologia. Wall Street substituiu Londres como o centro financeiro internacional, enquanto empresas norte-americanas estabeleciam milhares de filiais ao redor do mundo. Em 1929, os Estados Unidos já haviam acumulado mais de US\$15 bilhões em investimentos estrangeiros, dos quais metade eram empréstimos e a outra parte eram investimentos direto das multinacionais – e esse montante não incluía os muitos bilhões de dólares que os estrangeiros deviam a Washington (FRIEDEN, 2010, p. 122).

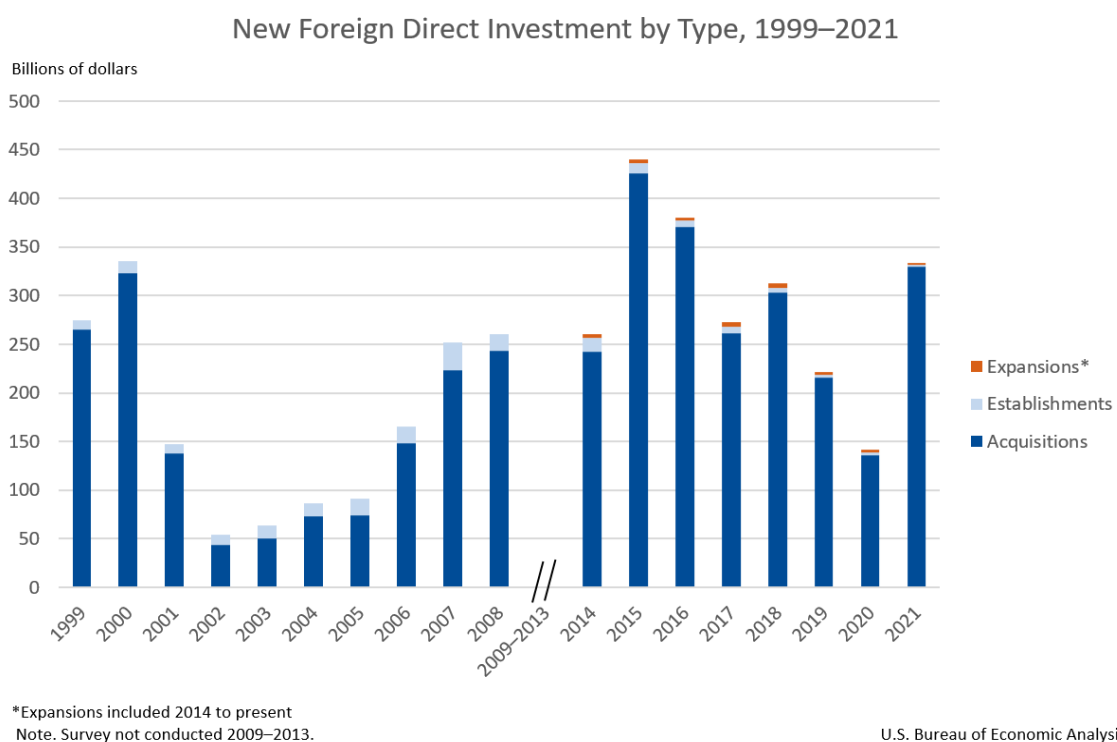
A característica de internalização dos custos de transação dos EUA possui forte influência para sua posição como hegemonia após 1945 a partir do crescimento abrupto das multinacionais. Considerando a ligação direta entre as EMN's e os IED's, salienta-se uma estimativa citada por Arrighi (1996, p. 74) em que afirma que os norte-americanos em 1980 já possuíam mais de 10 mil empresas transnacionais e mais de 90 mil no exterior. O autor trouxe que essa característica comercial e produtiva dos EUA é o que centralizou sua hegemonia baseada em investimentos externos para a reconstrução da EM-C. Para além, essa nova reorganização de forças globais voltadas às EMN'S norte-americanas apresentou um novo paradigma no funcionamento do sistema-mundo moderno:

As empresas multinacionais do século XX, em contraste, são organizações estritamente comerciais, que se especializam funcionalmente em linhas de produção e distribuição específicas, em múltiplos territórios e jurisdições, em cooperação e em concorrência com outras organizações similares. [...] A emergência desse sistema de livre iniciativa [...] foi o resultado mais característico da hegemonia norte-americana. Ela marcou um novo momento decisivo no processo de expansão e superação do Sistema de Vestfália, e é bem possível que tenha dado início à decadência do moderno sistema interestatal como locus primário do poder mundial (ARRIGHI, 1996, p. 73-74).

Diante disso, o que se precisa analisar são as proximidades dessa expansão material estadunidense após as Grandes Guerras que marcou uma nova fase para o capitalismo moderno com a expansão material chinesa que tem despontado desde o fim do século XX como centro de acumulação de capital, além da internacionalização de capital por meio dos IED's tal como os EUA. As semelhanças entre os dois países talvez se divirjam em termos de tamanho e abrangência de poder global, entretanto é o que será verificado adiante.

Em termos de tipos de IED's, o Departamento de Comércio dos EUA divulgou dados de 1999 a 2021 em que demonstra que os IED's por aquisição têm sido majoritários. Os gastos totais para adquirir, expandir ou estabilizar as EMN's por meio dos IED's chegaram a US\$333,6 bilhões em 2021. Sendo deste valor, US\$330,2 bilhões somente para as aquisições tal como demonstra a figura abaixo.

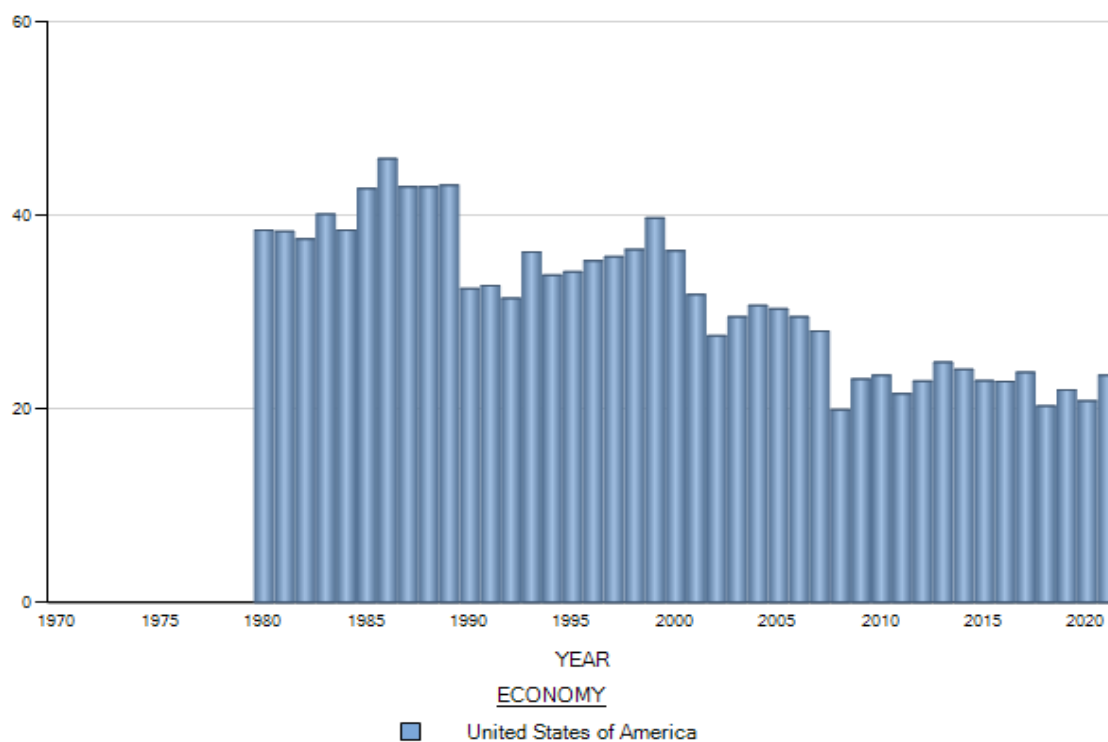
FIGURA 5. IED'S DOS EUA POR TIPO EM US\$.



Fonte: U.S. Department of Commerce (2022).

Para fins deste subcapítulo, observa-se os fluxos de saída de IED's EUA-China entre 2006 a 2020 para entender prospectivamente como tem se dado esses termos contemporaneamente. O que se pode perceber é que o Estatismo Econômico dos EUA após as Grande Guerras se deu de forma estratégica e reformulou o complexo da economia-mundo capitalista potencialmente, como nenhum outro CSA havia alterado. Os investimentos por meios das EMN's reorganizaram os mecanismos de funcionamento da economia mundial a favor da centralidade do novo hegemônico.

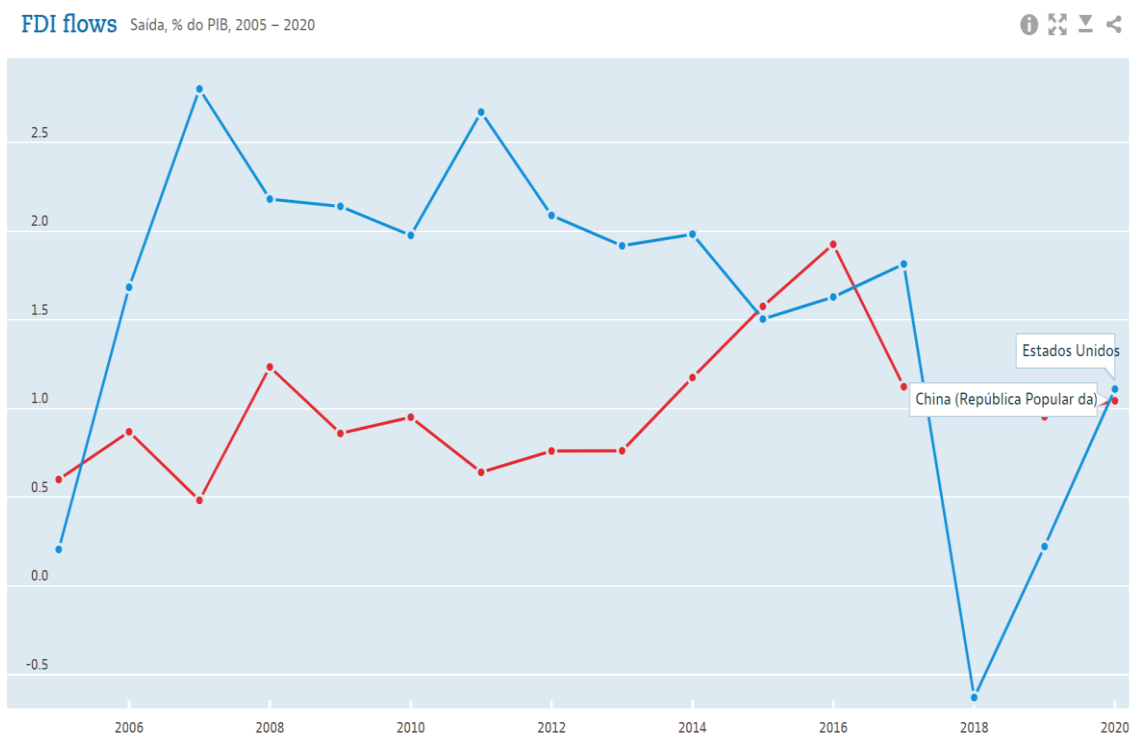
FIGURA 6. ESTOQUE DE IED'S DOS EUA PARA O EXTERIOR EM % RESTO DO MUNDO



Fonte: Estatísticas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTADSTAT, 2022).

Assim, o que se percebe desde 1980 é que os EUA mantiveram uma média ultrapassando 40% em comparação ao resto do mundo em termos de estoque - que correspondem ao acumulado de fluxos passados, desde parcela de capitais até reservas - de investimento direto. O que vai ao encontro, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980 da idade de ouro do capitalismo. Entretanto, durante a Crise Asiática de 1990, houve uma retração destes estoques que apenas voltaram a quase a se aproximar a 40% após 1999, não passando dessa marca até 2020.

FIGURA 7. FLUXOS PARA O EXTERIOR DE IED'S EM % DO PIB



Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2022).

Na figura acima, vê-se que a China passou a frente em termos de IED's para o exterior somente entre 2015 e 2016. Os EUA alcançaram 2,5% do PIB logo em 2007, enquanto a China não chegou a 2% em meados de 2017. Hendler (2021) menciona que apesar da maior abrangência de setores e regiões por parte da China na economia mundial em sua expansão material, os EUA lideraram como *player* global durante sua expansão de forma mais significativa do que a China. E, ainda hoje, em termos de abrangência, os EUA têm liderado muitos vetores de crescimento econômico.

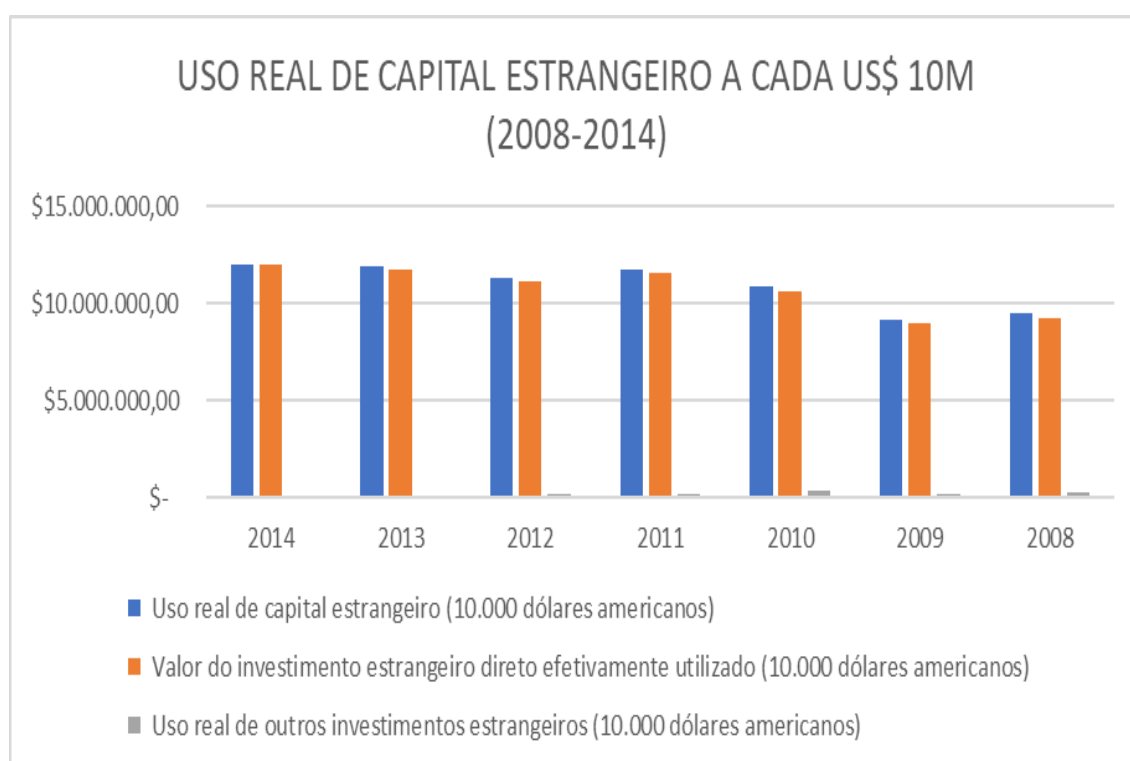
3.2.2. IED's da China pós-2009;

Desde a década de 1970 com o enfraquecimento da hegemonia estadunidense, a EM-C tem visto uma nova alternância de poder e riquezas, particularmente a partir de 2008 com a crise terminal dos EUA. Wallerstein (2004) trouxe que o sucesso dos norte-americanos no pós-guerras é o que minou sua própria liderança no sistema-mundo moderno, haja vista que cada um dos acontecimentos já citados acima, que abrangem desde o Vietnã até os ataques de 2001, escancararam os EUA como uma “superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar.” (WALLERSTEIN, 2004, p. 25).

Nesse contexto do século XXI em que a hegemonia esta crise, a China iniciou uma reconfiguração da economia mundial a partir de suas pautas exportadoras, de bens de alto valor agregado para países do núcleo orgânico e, de produtos baratos para países da periferia que demandam tais mercadorias. Quanto às importações, a China importa grandes quantidades de matérias primas para as demandas de suas indústrias. Visentini (2015, p. 55-56) escreveu que isso deu um novo “conteúdo à Cooperação Sul-Sul e ao desenvolvimento dos países da periferia do sistema mundial, originando uma nova geografia econômica mundial”.

Assim como os EUA em sua fase de expansão material, a internacionalização de capital tem sido uma característica da China em termos de IED's, em que se percebe que a após a Crise de 2009 a política externa chinesa se tornou cada vez mais complexa e devido isso, a utilização de seu estatismo econômico em uma gama cada vez maior de ferramentas se transformou em um recurso essencial de sua projeção. Abaixo se vê o uso real da China de capital estrangeiro, ou seja, o montante total que é aprovado no contrato e pago pelo investidor para se investir dentro da China por meio de empresas ou desenvolvimento de outros recursos. No qual se percebe que o valor de IED's efetivamente usados no país por investidores estrangeiros aumentou desde 2008 chegando a aproximadamente US\$ 13 milhões em 2014.

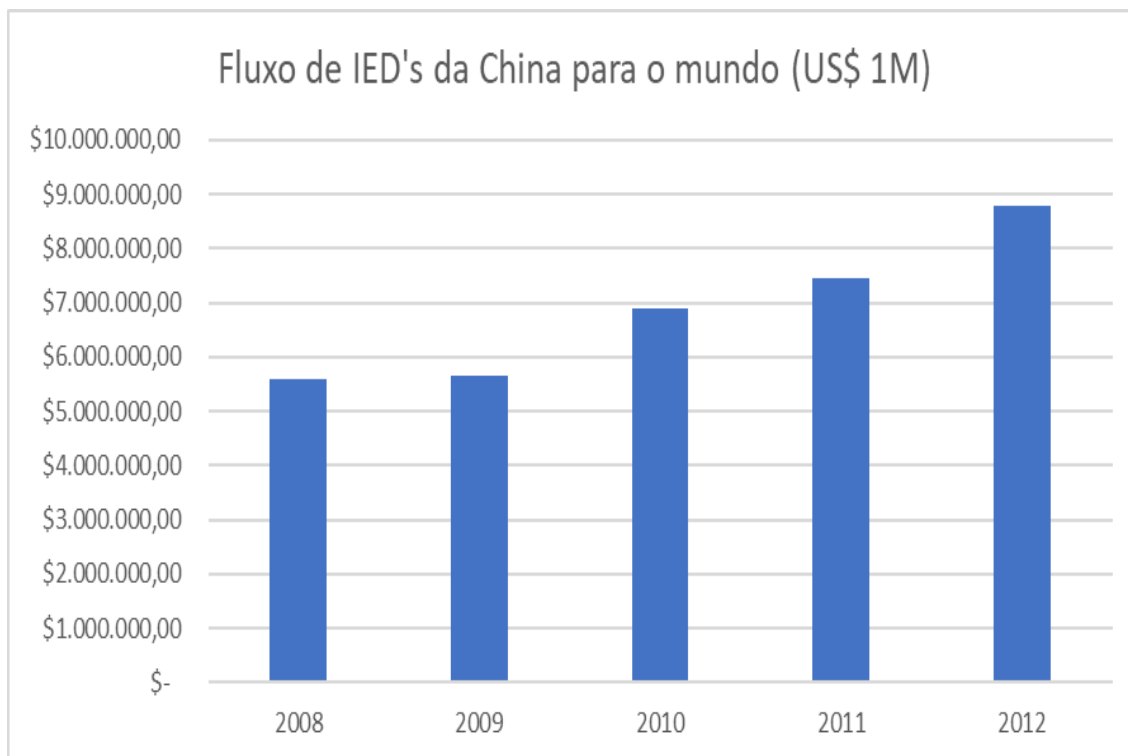
FIGURA 8. USO REAL DE CAPITAL ESTRANGEIRO PELA CHINA A CADA US\$ 10M.



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2022).

No caso de IED's para o exterior, Hendler (2021) ressalta que não há majoritariamente uma região em que a China utiliza como centro para seus investimentos, pois a abrangência de suas políticas econômicas chega a quase todas as regiões do globo de forma pragmática. Destaca-se abaixo os fluxos, ou seja, o valor líquido direto, de IED's para o exterior da China a cada US\$ 1 milhão, salientando que a partir de 2008 apesar do desaceleramento da economia chinesa, os empréstimos que os bancos estatais chineses disponibilizaram para frear as consequências da crise, impactaram para a retomada das atividades econômicas. De um valor de mais ou menos US\$ 5 milhões de IED's para o exterior, em 2012 a China quase dobrou os fluxos, chegando a quase US\$ 9 milhões investidos para o mundo se comparado aos quase US\$ 6 milhões em 2009.

FIGURA 9. FLUXOS PARA O EXTERIOR DE IED'S CHINA A CADA US\$ 1M (2008-2012)



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2022).

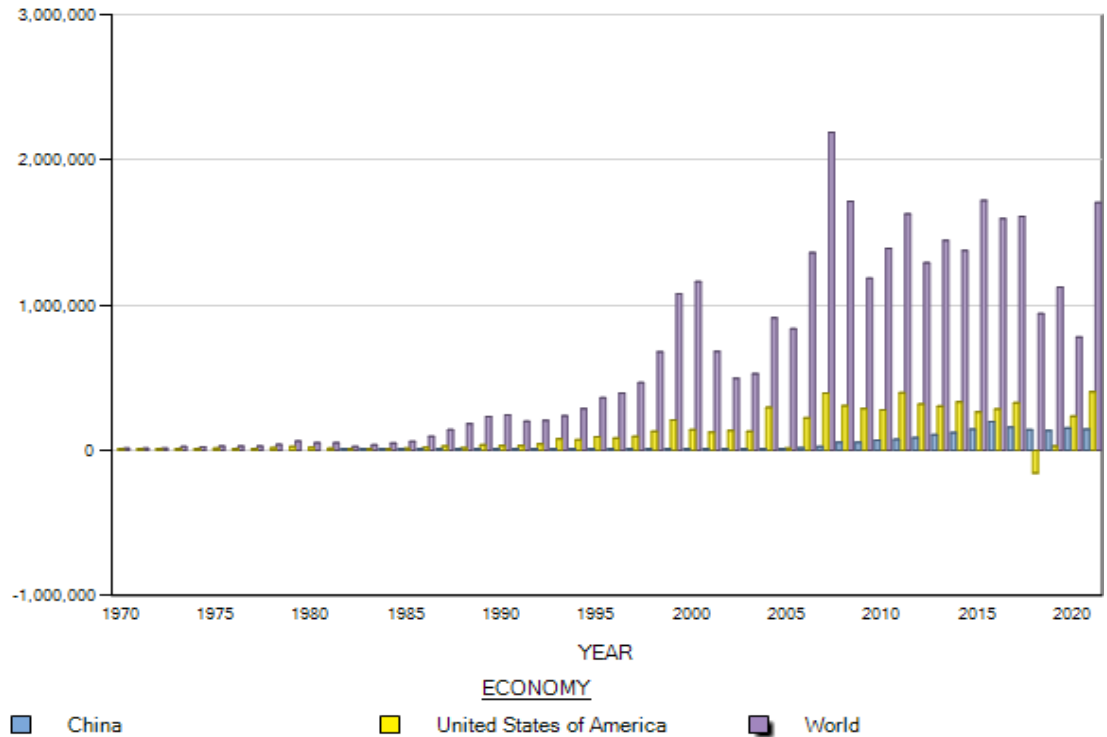
Na maioria dos casos, os IED's chineses no exterior estão voltados para áreas de energia e transporte, em especial para países do Terceiro Mundo. Porém, como já mencionado, sendo um país semiperiférico, a China mantém relações mútuas tanto com países do centro e da periferia da economia mundial. Reilly (2013) escreve que a ajuda econômica chinesa no exterior após 2009 tem representado um aparato para a construção de um Estado econômico consolidado internamente, como também uma maneira de consolidar a diplomacia chinesa como mecanismo de projeção internacionalmente. O autor trouxe que:

Ao proporcionar benefícios econômicos, os líderes chineses prestam atenção cuidadosa ao timing. Enviar carvão no meio de uma tempestade de neve, como diz o ditado chinês, maximiza os benefícios políticos. A crise financeira global foi uma grande tempestade de neve - uma oportunidade para Pequim comprar capital político a baixo custo. Em abril de 2009, a primeira-ministra Wen Jiabao anunciou um fundo de investimento de US\$ 10 bilhões para infraestrutura regional no sudeste asiático, juntamente com uma linha de crédito de US\$ 15 bilhões para os estados mais pobres da ASEAN e US\$ 40 milhões em "ajuda especial" para Camboja, Laos e Mianmar.²⁹ Em Atenas, em outubro seguinte, Wen prometeu comprar títulos do governo grego, incentivar o investimento e o turismo e estabelecer um fundo de 5 milhões de dólares para ajudar as companhias de navegação gregas a comprar navios chineses. Em troca, Wen explicou: "esperamos que a UE reconheça o mais rápido possível o status de economia de mercado da China e relaxe as restrições às exportações de alta tecnologia para a China e se oponha ao protecionismo comercial". Para as nações mais ricas, os líderes chineses dependem da atração do seu mercado interno e do potencial dos investimentos chineses para influenciar os líderes relutantes (tradução própria).²³

Abaixo se percebeu que apesar da China ter expandido seus fluxos significativamente a partir de 2008 e logrado abarcar diversas conexões econômicas com países da economia mundial a partir de projetos de investimento, os EUA permaneceu até 2017 com maiores números de fluxos de IED's para o exterior. Apenas em 2018 que a China ultrapassou os EUA nesses termos por um curto período de tempo até os norte-americanos retomarem o posto em 2020.

FIGURA 10. FLUXOS PARA O EXTERIOR DE IED'S CHINA/EUA EM MILHÕES DE US\$ (2008-2012).

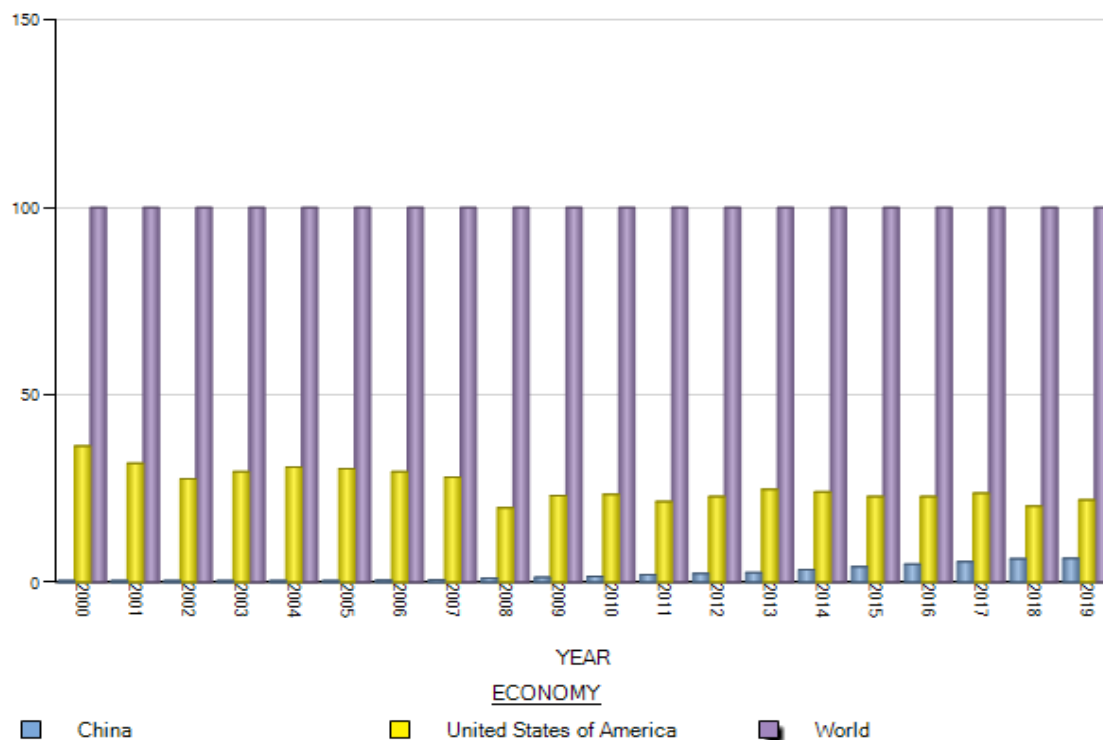
²³ In delivering economic benefits, Chinese leaders pay careful attention to timing. 'Sending coal in the midst of a snowstorm', as the Chinese saying goes, maximises political benefits. The global financial crisis was a major snowstorm – an opportunity for Beijing to purchase political capital cheaply. In April 2009, Premier Wen Jiabao announced a US\$10 billion investment fund for regional infrastructure in Southeast Asia, along with a US\$15 billion line of credit for poorer ASEAN states and US\$40 million in 'special aid' for Cambodia, Laos and Myanmar.²⁹ In Athens the following October, Wen promised to purchase Greek government bonds, encourage investment and tourism, and establish a US\$5 billion fund to help Greek shipping companies buy Chinese ships. In exchange, Wen explained, 'we hope the EU recognizes as soon as possible China's full market-economy status, and will relax restriction on high-technology exports to China and oppose trade protectionism.'³⁰ For wealthier nations, China's leaders rely upon the lure of their domestic market and the potential of Chinese investment to sway reluctant leaders (REILLY, 2013, p. 9).



Fonte: UNCTADSTAT (2022).

Quanto ao estoque de IED's, vê-se que este aumentou de forma propositiva desde 2008 demonstrando que anteriormente a esse período o estoque era praticamente nulo. Contudo, ainda que tenha ocorrido esse crescimento de acumulado de capital, os EUA permanecem na frente como da China também nesse indicador. Hendler (2021) indicou que enquanto os EUA ficaram entre 20-25% na última década, a China ficou entre 2-6% na mesma década.

FIGURA 11. ESTOQUE DE IED'S DA CHINA E EUA PARA O EXTERIOR EM % RESTO DO MUNDO.



Fonte: UNCTADSTAT (2022).

De forma geral, a China tem investido duramente em projetos internacionais nas mais diversas regiões do globo, perpassando áreas de infraestrutura, energia, transportes, agricultura e etc. O dragão asiático utiliza do que Reilly (2013) chama de "purchasing diplomacy", ou seja, diplomacia de compra. Mecanismo em que as estatais chinesas utilizam para comprar ou renunciar à bens de outros países conforme a situação e o tratamento que os Estados aplicam à China. É uma técnica de estatismo econômico que usa dos IED's e do Comércio Internacional para usufruir de benefícios além-fronteiras.

A ajuda externa é um recurso fundamental para a construção do estado econômico da China. Por sua própria conta, a China havia distribuído ajuda a 161 países até o final de 2009, incluindo 123 países em desenvolvimento: 30 na Ásia, 51 na África, 18 na América Latina e no Caribe, 12 na Oceania e 12 na Europa Oriental. Como todos os doadores, a ajuda da China é utilizada para ajudar a reforçar importantes relações diplomáticas, particularmente na África e no Sudeste Asiático. Aproximadamente 80% de toda a ajuda da China vai para a Ásia e África (tradução própria).²⁴

Por fim, o que tem se visto é que a China não tem buscado alcançar um status de hegemonia como muitos prevêm. Apesar de seu rápido crescimento, que tem reorganizado

²⁴ Foreign aid is a key resource for China's economic statecraft. By its own account, China had distributed aid to 161 countries by the end of 2009, including 123 developing countries: 30 in Asia, 51 in Africa, 18 in Latin America and the Caribbean, 12 in Oceania and 12 in Eastern Europe. Like all donors, China's aid is used to help bolster important diplomatic relationships, particularly in Africa and Southeast Asia. Approximately 80 per cent of all China's aid goes to Asia and Africa (REILLY, 2013, p. 5).

mundialmente as forças e o funcionamento da EM-C, o PCC não tem demonstrado o interesse de assumir o posto atual dos EUA. O país asiático tem estreitado aos poucos as relações *win-win* com os países do sistema-mundo e tem se projetado de maneira estável, oficialmente apenas buscando alcançar um sistema multipolar que garanta o seu elevado desenvolvimento (VISENTINI, 2015).

3.3. Comércio Internacional

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial a economia internacional tem visto uma expansão constante do comércio mundial em que a produção se tornou um laço de interdependência entre os países. Carbaugh (2008) traz que a fronteira de bens e serviços comercializáveis foi ampliada consideravelmente a partir das mudanças profundas tecnológicas que vieram com as Revoluções Industriais da história. Para o autor, a liberalização econômica tem resultado em um processo contínuo de estreitamento das relações entre as nações por meio do comércio e investimento.

Os ganhos do comércio internacional, entretanto, não se limitam apenas aos bens e mercadorias, Krugman e Obstfeld (2005) afirmam que os empréstimos internacionais e migrações também se encaixam como bens comerciáveis com a promessa de ganhos futuros. Para os autores, “o comércio internacional também permite que os países se especializem na produção de uma gama mais restrita de bens, dando a eles maior eficiência na produção em larga escala (KRUGMAN, OBSTFELD, 2005, p. 3).

As economias do mundo têm experimentado uma integração cada vez maior dentro da EM-C, as exportações e importações vem alcançando números altíssimos e gerado, na maioria das vezes, benefícios mútuos entre os países. Carbaugh (2008) ressalta que a comunidade econômica global tem visto um interesse por parte dos países em desenvolvimento de fazerem parte das instituições internacionais em busca de melhores ganhos e condições de cooperação comercial. A interdependência entre as unidades econômicas é o que vem potencializando essa vontade da periferia que se vê injustiçada por políticas que beneficiam os industrializados. Destarte, tem ocorrido um processo constante de liberalização e desregulamentação do comércio internacional que é o que tem garantido aos países da periferia com que internacionalizem suas produções e mercados, favorecendo suas estruturas nacionais de desenvolvimento - por meio também de investimentos estrangeiros.

Segundo Caves, Frankel e Jones (2001), o comércio possui alguns benefícios que valem ser destacados e que têm servido como justificativa sobremaneira para a economia mundial:

1. a produção pode percorrer uma série de estágios, fazendo uso de matérias-primas e produtos intermediários para produzir alimentos e vestimentas. Se além dos produtos finais, houver comércio internacional desses insumos, novos ganhos estarão disponíveis [...] 2. o comércio internacional permite que um país aprenda com o resto do mundo - sobre novas tecnologias e sobre as possibilidades dos mercados no exterior. De fato, esses contatos podem desencadear mudanças dinâmicas pelas quais as possibilidades de comércio com outros países estimulam os investimentos em capital humano e físico, talvez ajudados por investimentos estrangeiros e por fluxos internacionais de mão-de-obra; 3. a abertura de mercados locais para o comércio internacional tende a torná-los mais competitivos: as empresas nacionais, em resposta à concorrência das empresas estrangeiras, são pressionadas a se tornarem mais produtivas e indústrias antes monopolistas (ou quase) ficam mais competitivas, com ganhos resultantes para os produtores locais (Caves, Frankel e Jones, 2001, p. 38-39).

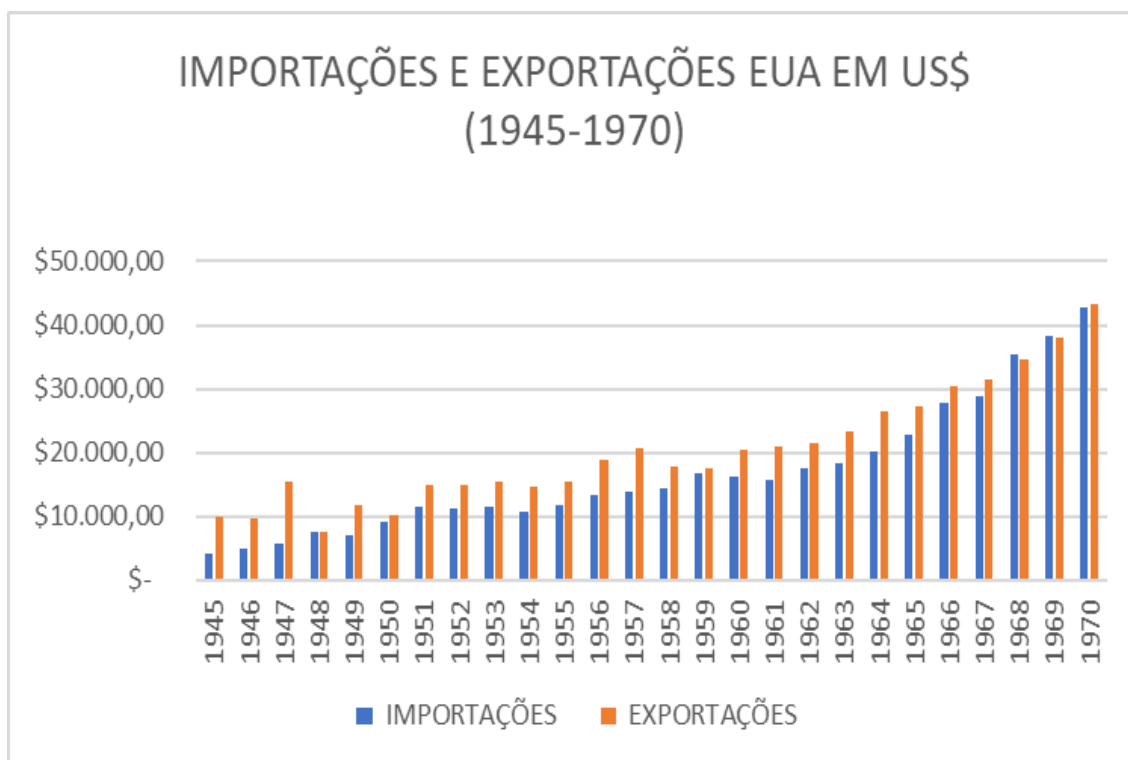
Logo, para esse trabalho, necessita-se apresentar esse indicador como uma variável de um país na sua posição no sistema-mundo, Hendler (2021) escreveu que a importância relativa e a posição de um país na economia mundial são fatores de caracterização de uma hegemonia em sua fase de expansão. Para isso, apresentar-se-á alguns dados para entender a posição dos EUA e China no comércio internacional em suas fases DM’.

3.3.1. Relações comerciais EUA pós-1945

Durante o decorrer da II Grande Guerra, os EUA já haviam traçado determinados objetivos para se projetar em um pós-guerra como líder da economia mundial. Frieden (2010, p. 213) afirmou que o governo em conjunto dos grupos empresariais norte-americanos estabeleceu três linhas de atuação para se concentrar logo após o fim da guerra mundial, sendo eles: “um comércio mais livre; uma estabilidade monetária internacional e a recuperação dos investimentos internacionais.” Segundo o autor, logo com o fim dos conflitos os interesses por um comércio de trocas de mercadorias, focado nas empresas norte-americanas tecnologicamente mais desenvolvidas, no exterior já era uma realidade quase universal.

O que se percebe logo após 1945 uma alternância constante das variáveis de exportações e importações, chegando às exportações a alcançarem US\$ 15 milhões em 1947, mas já sofrendo uma diminuição em 1948. Em 1957 as exportações ultrapassaram US\$ 20 milhões e a partir de então houve um aumento significativo até 1968 iniciar os déficits da balança de pagamentos dos EUA.

FIGURA 12. IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS EUA EM US\$.



Fonte: Correlates of War (2022).

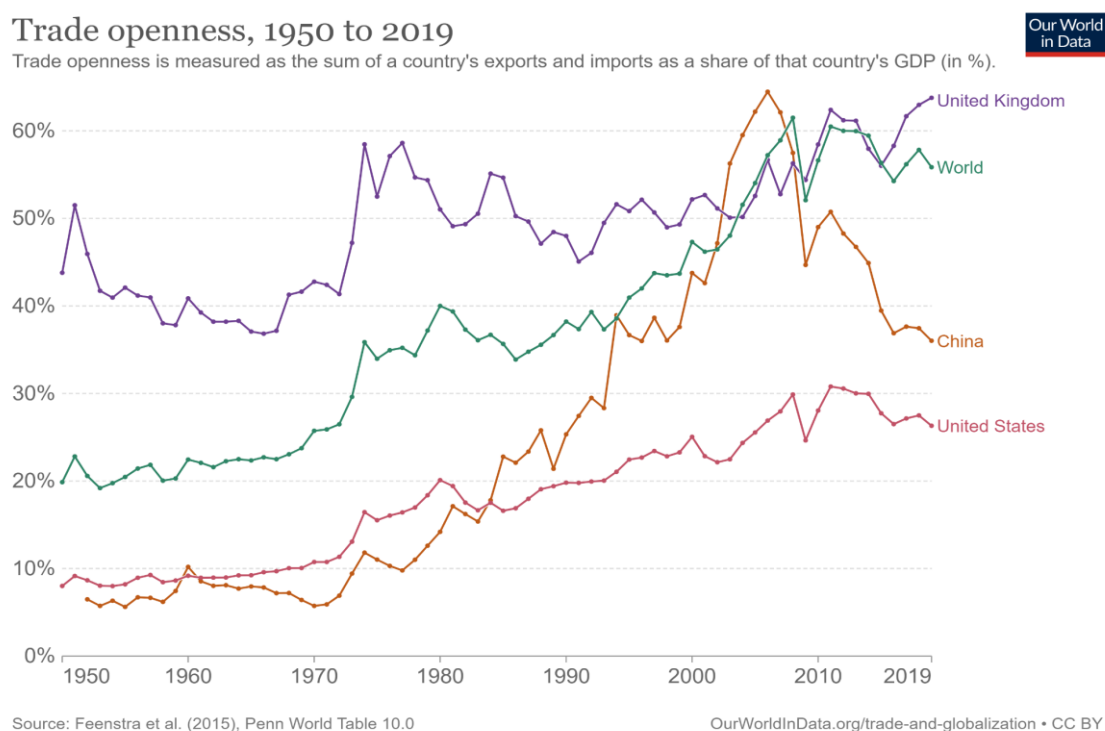
Para Frieden (2010), logo no pós-guerra os norte-americanos desfrutavam de uma prosperidade econômica muito distante das recessões que a Europa e o Japão passavam. De 1939 a 1946, segundo o autor, a economia estadunidense cresceu cerca de 50% considerando os ajustes inflacionários. A hegemonia norte-americana se consolidou na EM-C e a busca por novos mercados emergentes para dar conta de sua demanda produtiva se internacionalizou.

Os mercados norte-americanos eram outro recurso utilizado pelo Japão e pela Europa ocidental para estimular a reconstrução. Os europeus estavam desesperados pelos alimentos, matérias-primas e equipamentos tecnológicos dos Estados Unidos. A ajuda e os empréstimos norte-americanos não eram suficientes e, em algum momento, os europeus iriam ter de pagar pelas importações com os produtos que vendiam. Pela primeira vez que se tem notícia, os mercados norte-americanos estavam relativamente abertos aos europeus. As exportações europeias voltaram a crescer quando a Guerra da Coreia estourou em 1950, uma vez que a necessidade por aparatos de guerra aumentou a demanda norte-americana. A Europa e o Japão embarcaram em um boom exportador tendo como base os Estados Unidos, o que continuou ao longo da década de 1950. As exportações da Europa ocidental em 1946 podiam ser comparadas às vendas internacionais sob as condições autárquicas de 1938, e rendiam US\$8 bilhões. Em 1948, o valor dobrou e, em 1951, passou a ser de US\$27 bilhões (FRIEDEN, 2010, p. 224).

No gráfico abaixo se nota que o Reino Unido necessitou abrir seu comércio abruptamente a partir do fim das Grandes Guerras para que recebesse o Plano Marshall. A partir desse período de ouro do capitalismo, os EUA lograram alcançar superávits econômicos com

sua abertura comercial, transferindo capital intensamente para a reconstrução de novos Estados capitalistas europeus centralizados no comércio norte-americano. A China ultrapassou o nível de abertura comercial dos EUA apenas na década de 1980 com suas políticas de abertura econômica e, na década de 2000 despontou se expandindo pela economia-mundo representando a mesma intensidade que se viu no pós-1945 na expansão material dos EUA em que “o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais (ARRIGHI, 1996, p. 308).

FIGURA 13. ABERTURA COMERCIAL DE 1950-2019 EM PARCELA DO PIB (%)

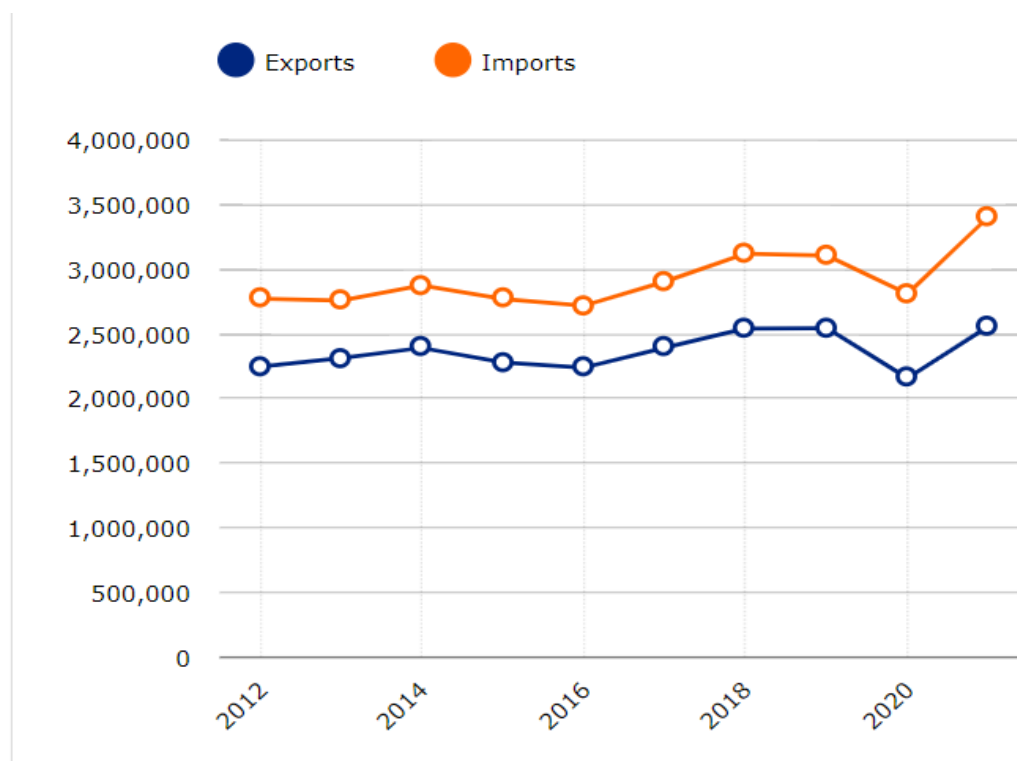


Fonte: Our World in Data (2022).

Quanto às exportações e importações dos EUA para o mundo a partir da crise terminal de 2008, percebe-se que as importações continuam sendo o principal mecanismo que ocasiona o déficit comercial estadunidense. Logo em 1945 o país havia despontado de devedor como o maior credor de empréstimos no sistema-mundo, obtendo uma margem de liderança sem igual vista antes na história. Abaixo, percebe-se na figura 14, que os EUA têm mantido um ritmo de

altos e baixos na sua balança de pagamentos, em que as importações se mantiveram entre 2012 e 2017 na casa de US\$ 2,500,00 e US\$ 3,000,00 enquanto as exportações se mantiveram em valores menores. Reproduzindo o déficit econômico atualmente.

FIGURA 14. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DOS EUA PARA O MUNDO EM MILHÕES DE US\$.



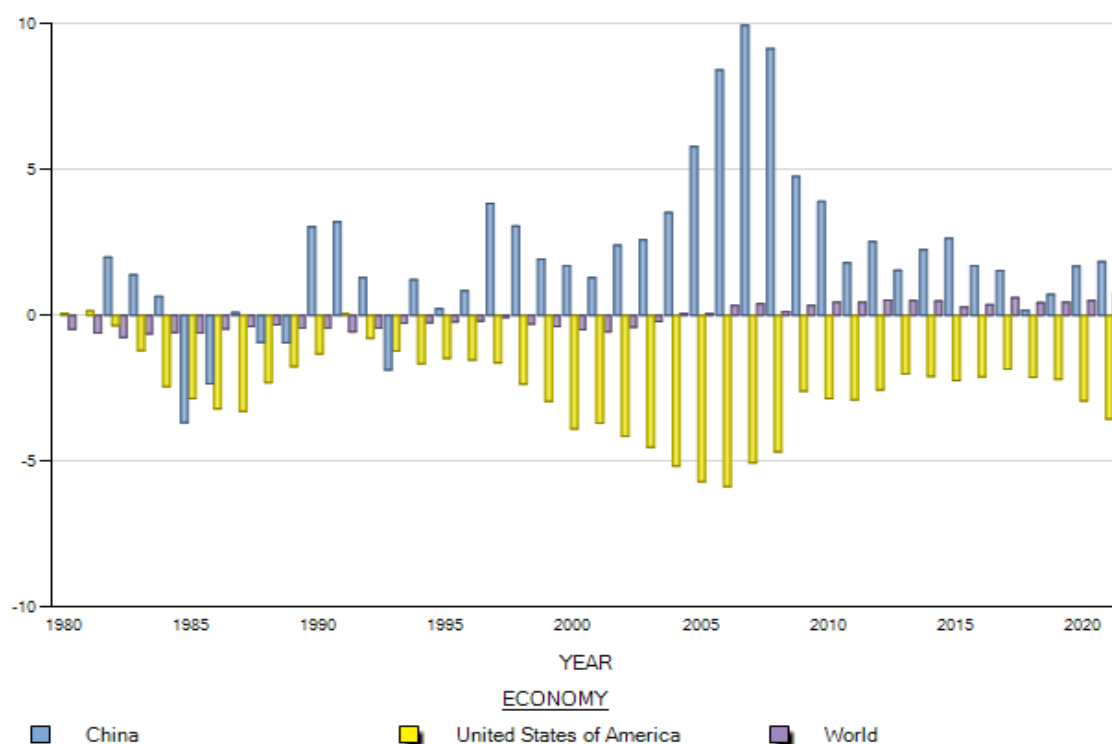
Fonte: Bureau of Economic Analysis (2022).

Entretanto, desde a crise sinalizadora de 1970, os EUA têm gerado um desequilíbrio enorme nas contas nacionais devido essa particularidade de sua economia que iniciou com as crises do petróleo que geraram uma recessão para os norte-americanos. Arrighi (1996) explicou que a fase de expansão financeira iniciada na década de 1970, após a DM' das décadas de 1950 e 1960, teve como origem o mercado de eurodólares, ou seja, os bancos centrais norte-americanos que controlavam o regime internacional monetário fracassaram diante da enorme especulação que se criou com o explosivo depósito de eurodólares por parte dos países comunistas e, também das empresas multinacionais que chegavam à Europa, nos bancos estrangeiros.

O autor citou que essa estrutura que fugiu do controle organizacional dos bancos estadunidenses acabou gerando benefícios a curto prazo para a liderança dos EUA, ou seja,

fortaleceu o dólar como moeda internacional e expandiu a internacionalização das multinacionais norte-americanas. Entretanto, esse fator dos eurodólares se chocou com os interesses dos grupos capitalistas nacionais pois apesar que esses fatores terem gerado um internacionalismo passivo para aperfeiçoar a projeção econômica dos EUA, esse mesmo internacionalismo começou a desgastar as reservas de ouro nacionais com as imensas dívidas públicas que emergiram em constância com o crescimento econômico.

FIGURA 15. BALANÇA DE PAGAMENTO DOS EUA/CHINA/MUNDO EM PORCENTAGEM %.



Fonte: UNCTADSTAT (2022).

Assim, gerou-se uma crise que solapou o crescimento material dos CSA norte-americano como se demonstra acima em que a balança de pagamentos dos EUA permanece deficitária desde a década de 1980. Enquanto isso, a balança chinesa tem despontado, e denota-se isso especialmente a partir de 2003 com uma intensa expansão material do país na EM-C.

3.3.2. Relações comerciais China pós-2009

A China, desde o início do século XXI, tem moldado sua postura na EM-C a partir de duas transformações específicas que podem ser citadas, como: I) a política externa voltada ao desenvolvimento harmonioso e II) um novo padrão de acumulação a partir da governança de Xi Jinping (GOLDMAN, 2008; HENDLER, 2019). Primeiramente, a política externa chinesa voltada ao desenvolvimento pacífico como impulsionador de sua influência mundial, partindo de ferramentas de estatismo econômico, por exemplo, é mecanismo que tem configurado a China hoje no sistema-mundo moderno como um player significativo para uma reorganização de forças econômicas internas e externas. Em um segundo momento, o novo padrão de acumulação adotado pelo governo Xi e que se percebeu logo no fim do governo Hu Jintao, apresentou uma maneira nova não somente de frear um desaceleramento econômico, mas também de alterar a dinâmica de impacto ambiental e de reduzir as desigualdades sociais por meio de uma atuação mais assertiva no ambiente internacional.

O estatismo econômico da China foi reforçado por uma unidade simbólico-institucional, que pode ser definida como o conjunto de ações de entidades governamentais responsáveis pela construção de uma imagem pacífica e responsável da China no exterior (HENDLER, 2019, p. 426).

No último capítulo serão debatidos mais tópicos a respeito da atuação chinesa no Sistema Internacional, para agora, ainda se analisar-se-á as relações comerciais chinesas e alguns dados para entender como o país tem se destacado a partir de sua expansão material despontada em 2008. Ferchen (2016) trouxe que a própria ideia de desenvolvimento atrelado à estabilidade nacional - a qual é prática histórica da China - tem servido como um pano de fundo para que o dragão asiático se beneficie de suas práticas de E.E. no exterior por meio de suas empresas privadas e estatais. Abaixo se demonstra o volume de projetos chineses em todo o mundo²⁵ em US\$ 10 milhões, ressaltando um crescimento exponencial desde 2008 em que se percebeu apenas em três anos um crescimento de US\$ 6 milhões.

FIGURA 16. VOLUME DE NEGÓCIOS DOS PROJETOS DA CHINA NO MUNDO EM US\$ 10 MILHÕES.

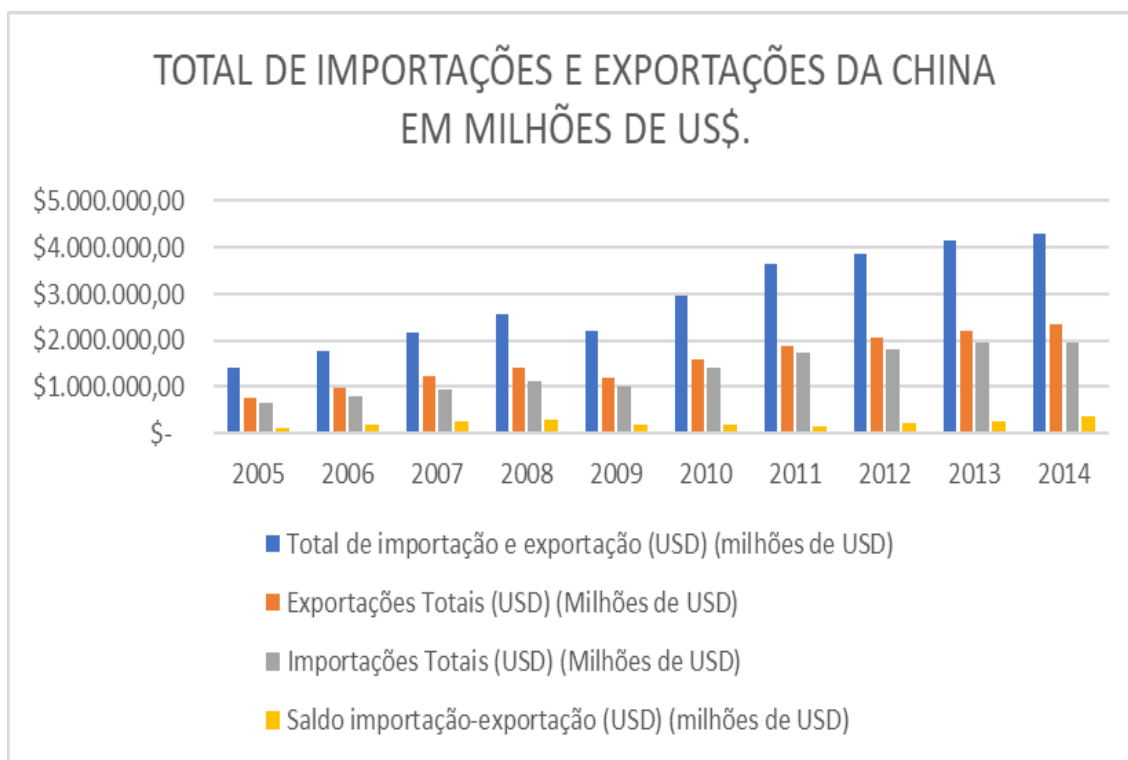
²⁵ Referem-se às atividades de empresas chinesas ou outras unidades que contratam projetos de construção no exterior. O volume de negócios concluído refere-se à quantidade de trabalho realizado por uma empresa em forma monetária durante o período de relatório (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, 2022).



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2022).

Quanto ao total de importações e exportações da China em US\$ milhões, percebe-se que a crise mundial de 2009 de fato gerou um desaceleramento na China, entretanto, já em 2010 a China ultrapassou a Alemanha e se tornou o maior país exportador do mundo a partir dos pacotes de infraestrutura que o PCC adquiriu para retomar gradualmente o crescimento, gerando superávits em sua economia (CISESKI, 2012). Quanto às importações, a China se mantém em segunda posição atrás apenas dos EUA desde 2011, focando suas importações em produtos de alto e baixo valor agregado, tais como matéria-prima para poder utilizar em sua demanda produtiva interna e, produtos tecnológicos para sua estrutura produtiva interna que vem se desenvolvendo nos últimos anos, além de importar serviços de maneira significativa (HENDLER, 2021).

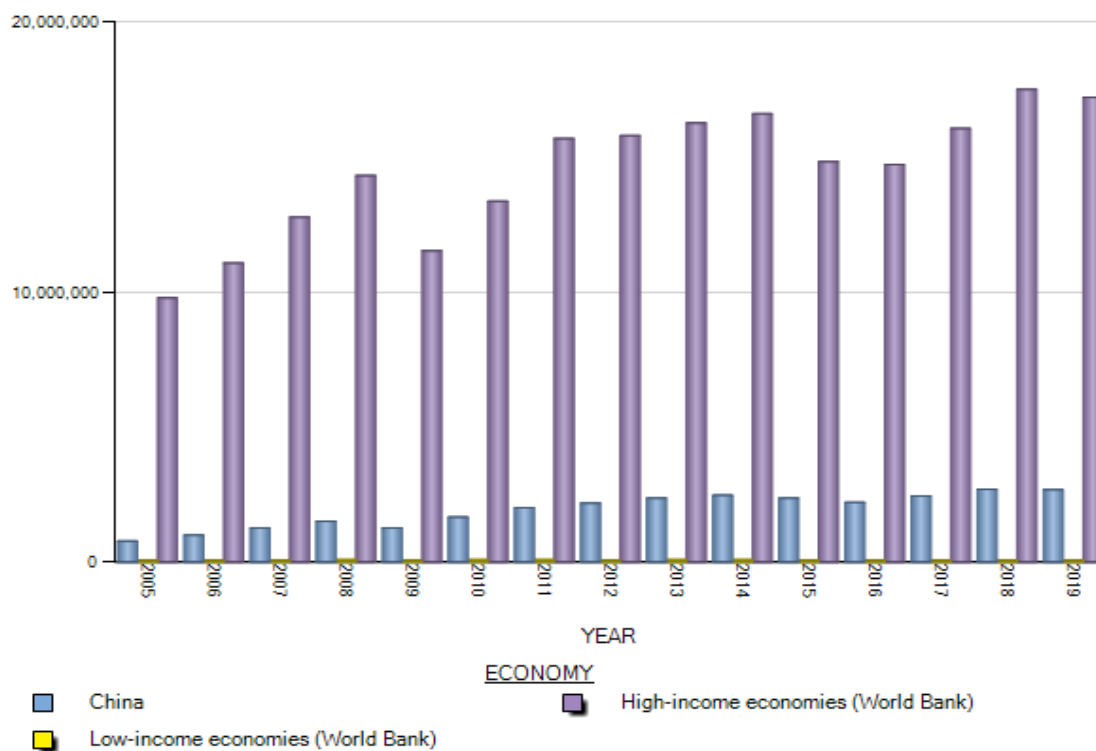
FIGURA 17. TOTAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DA CHINA EM MILHÕES DE US\$



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2022).

A China como país semiperiférico se encontra em uma posição intermediária na economia-mundo, isso se percebe no gráfico abaixo em que o valor total das importações e exportações da China se encontra em um “meio-termo” entre as economias de alta renda e as de baixa renda. Ou seja, a China permanece como país que transpassa relações com o centro orgânico e a periferia do sistema-mundo, haja vista que os bens e serviços exportados por suas empresas necessitam de mercados dos mais diversos, tanto para a importação de produtos de baixo valor agregado quanto para produtos de alta tecnologia.

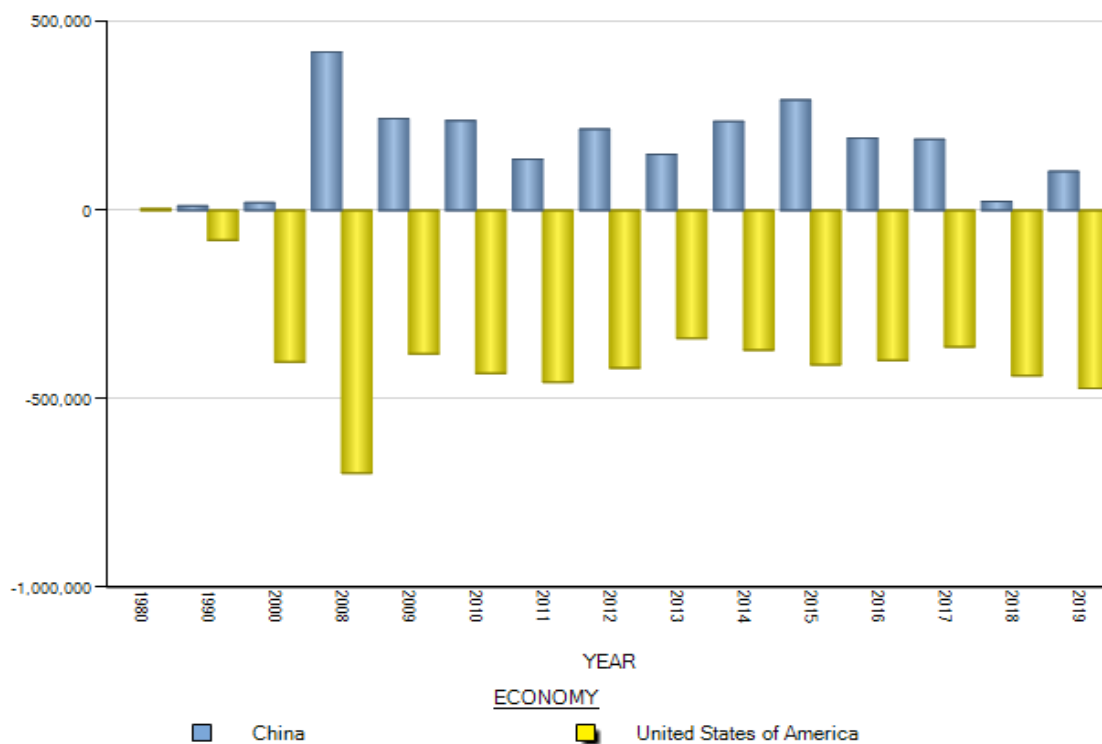
FIGURA 18. EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS CHINA/ ALTAS ECONOMIAS/ BAIXAS ECONOMIAS EM US\$ MILHÕES.



Fonte: UNCTADSTAT, (2022).

Por último, o que se nota na balança de pagamentos dos EUA e China é novamente o déficit estadunidense que tem a China como maior credora de seus juros. Ou seja, como muito se assemelhou aos EUA com o Reino Unido no pós-1945. Entretanto, o que se questiona é se esses indicadores são suficientes para apresentar a expansão material chinesa do século XXI como precursora para uma factível transição para um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação. Para fins deste capítulo apenas, o que se destaca é que o estatismo econômico estadunidense e chinês em suas plenas expansões materiais atuou de forma intensa para centralizar esses países no centro da economia-mundo capitalista, fortalecendo e consolidando uma posição estratégica para tais.

FIGURA 19. BALANÇA DE PAGAMENTOS DA CHINA E DOS EUA DE 1980 A 2019 EM MILHÕES DE US\$.



Fonte: UNCTADSTAT (2022).

4. A CHINA COMO CENTRO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A ascensão da Ásia Oriental como centro de acumulação de capital se deu a partir da década de 1970 sob o início do declínio da hegemonia estadunidense. Wallerstein (2002) apresenta que essa ascensão se deu durante uma fase B dentro dos Ciclos Kondratieff, ou nesse caso, podemos mencionar que foi durante a expansão financeira do ciclo sistêmico norte-americano. Em um primeiro momento, o Japão assume o papel junto com os Tigres Asiáticos de economias de rápida industrialização na região, de um certo modo beneficiados pela Guerra da Coréia e dos auxílios estadunidenses durante o período.

Nesse contexto, a economia-mundo capitalista sofre uma reorganização no seu funcionamento desde 1945 em que os EUA despontaram como principal centro de acumulação de capital da economia mundial. Ainda na sequência, logo em 1960, a Europa já voltou a se tornar um grande centro, seguida em 1970 do Japão, o que diversificou o capital internacional e configurou assim, uma descentralização da figura do capital nos EUA (WALLERSTEIN, 2001).

Contudo, ainda na década de 1970, a China se caracterizou dentro da Ásia por sua abertura comercial estruturada no comércio exterior e na ampliação e recepção dos IED's de

capital internacional como apresentado durante o terceiro capítulo. Cunha e Accioly (2009) expuseram que essas políticas chinesas de modernização foram aplicadas sob graus de gradualismo e experimentação, pois a economia ainda revolucionária de planejamento centralizado sofreria dificuldades para se agregar à economia-mundo capitalista e seu funcionamento. Os autores citam que:

Antes de 1979, a corrente de comércio como proporção do PIB nunca atingiu níveis superiores a 10% (medida a taxas de câmbio correntes). Entre 1970 e 1971, enquanto o país ainda tentava se recuperar da Revolução Cultural, este indicador atingiu seu piso de cerca de 5% do PIB. Naquele momento, a participação da China nos fluxos mundiais de comércio atingia cerca de um terço do seu peso relativo no final dos anos 1950 (Wu Jiglian, 2005). No começo dos anos 1990, a abertura comercial do país, ainda medida pela soma de exportações e importações sobre a renda, já convergia para a média mundial. Depois da entrada para a OMC, este indicador superou a marca de 60% do PIB (média de 2002-2008). Naughton (2007) destaca o fato de que a abertura comercial chinesa é, neste começo de milênio, superior àquela verificada em “economias grandes”, como EUA, Japão, Índia e Brasil – com indicadores em torno de 25% do PIB –, e maior do que a experimentada em outras economias emergentes com elevada extroversão, quando estas tinham níveis de renda per capita equivalentes aos da China contemporânea (CUNHA, ACCIOLY, 2009, p. 358).

A China de fato se formulou como país destaque para a recepção de investimentos estrangeiros no território, tornando-se um lugar atrativo a partir de fatores internos únicos. Para Arrighi (2008), a elevada qualidade dessa reserva de IED's que foram investidos nas mais diversas áreas estratégicas do país atrelada à expansão da oferta e demanda para a capacidade produtiva desses investimentos é o que definiu o processo rápido de desenvolvimento chinês. O dragão asiático se transformou de somente centro fabril a ponto central para novas fabricações e vendas de produtos de alta tecnologia, haja visto que a entrada de capital internacional e a alta repentina das exportações foram fundamentais para o posicionar como novo centro de acumulação de capital (ARRIGHI, 2008).

Esse rápido processo de integração à EM-C se deu por conta que o novo grupo que ascendeu à liderança do PCC, pós-Mao, juntamente com Deng Xiaoping detinha outros objetivos para os caminhos da China. Para Vieira (2021), essa nova ala do PCC se espelhou nas experiências do Japão e dos Tigres Asiáticos que conseguiram alcançar altos índices econômicos por meio da entrada do capital estrangeiro, ou seja, adotando a acumulação incessante de capital como método de geração de riquezas. O autor citou os resultados que essa integração da China gerou:

[...] o país tirou 800 milhões de pessoas da pobreza desde que começou o processo de reformas e abertura em 1978; a renda per capita passou de US\$ 1.744 no ano de 1978 para US\$ 13.102 em 2018 a preços de 2011. A China agora é um país de renda média, com uma população de 1,4 bilhão de pessoas; o PIB chinês representava 5,9 % do PIB mundial em 1980 e 16% 40 anos depois; a China já enviou uma nave à lua e suas

empresas lideram ramos das tecnologias mais avançadas, como o 5G e a inteligência artificial (VIEIRA, 2021).

Essa integração da China tem se aprofundado cada vez mais ao longo dos anos a partir das decisões tomadas por seus líderes. Pode-se apresentar a integração da China em quatro fases, segundo Vieira (2021), sendo a primeira voltada às práticas de reformas e aberturas iniciadas por Deng em 1989; a segunda em 1990 com a política *Going Global* de internacionalização de capital; a terceira em 2001 com o ingresso da China da OMC (Organização Mundial do Comércio) e por último, a quarta em 2013 com o projeto arquitetônico da Nova Rota da Seda. Para Cintra e Pinto (2017), esses dinamismos programáticos e estratégicos do governo interno têm aperfeiçoado a capacidade chinesa de projeção nos vários âmbitos da economia mundial, de maneira que suas relações internacionais têm gerado uma alteração interessante de se observar nas balanças de poder mundial. Isso, em conjunto, tem apresentado um processo de transição de poder no sistema-mundo moderno.

4.1. A transição dos polos no CSA

As expansões financeiras que caracterizam o início das transferências de poder e riquezas dentro dos CSA ocorrem desde o século XIV conseqüentemente pela expansão material que causa o aumento da competitividade intercapitalista entre as unidades da economia-mundo. A cada nova troca dos centros sistêmicos de acumulação há uma reorganização do complexo estatal e capitalista do sistema-mundo maior que os anteriores, como já escrito durante a primeira parte deste trabalho e, ocasionando também em transições hegemônicas. Para Arrighi (1996), “a escala, o âmbito e a sofisticação técnica” do atual MD’ do ciclo norte-americano são de níveis superiores devido à formação constante de novos blocos governamentais e capitalistas como acumuladores de capital de abrangência mundial.

A primeira onda de financeirização, como exposto acima, ocorreu no século XVI com o ciclo genovês se especializando nas finanças e abandonando o comércio. A segunda, no século XVIII ocorreu quando os holandeses se transformaram nos banqueiros da Europa e abandonaram o comércio. Na terceira onda, os britânicos sob uma acumulação excedente de capital devido a Revolução Industrial não foram exitosos em reinvestir esse lucro nas mesmas atividades, o que os levou para formas flexíveis e financeiras de investimento no século XIX. E a quarta e atual, que é abordada com maior ênfase nesta pesquisa, a norte-americana em que nos anos 1960 e 1970 iniciou seus investimentos nas finanças com a superabundância de capital,

advindo da era dourada do capitalismo, que limitou os lucros da indústria. Portanto, o que se destaca é a importância desse processo de financeirização para com o processo de transição dos ciclos e de hegemonias, logo que é fator recorrente para tais (ARRIGHI, SILVER, 2012).

A recorrência e sobreposição dos CSA os tornam comparáveis entre si, entretanto, a reorganização da complexidade de cada novo ciclo impossibilita uma sequência de fatos, logo que ocorre a formação de um padrão evolutivo. A emergência do ciclo britânico e a organização do complexo estatal e capitalista do século XVIII deram a ele a possibilidade de internalizar sua produção e projetar sua classe dominante em busca de recursos humanos e naturais a níveis globais. O ciclo norte-americano, por sua vez, já com as características evolutivas dos ciclos passados, conseguiu alcançar níveis não alcançados pelo complexo britânico, em termos setoriais.

De tal modo, o CSA estadunidense se tornou um complexo militar-industrial de níveis continentais com poderes de internacionalização de proteção, de internalização de transações comerciais - ou seja a nacionalização de mercados dos quais dependia - e militares a ponto de comandar ameaças e ações sem precedentes (ARRIGHI, SILVER, 2001). Portanto, o desenvolvimento dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, ou do próprio capitalismo histórico, se deu por meio da constante evolução de complexos estatais e capitalistas possuidores de capacidades funcionais do próprio sistema.

A principal observação e contradição desse processo é que a própria expansão do comércio sob a DM' é o que tende a reduzir a lucratividade e o valor do capital do momento que o excedente não gera mais um lucro contínuo, o que conseqüentemente exige com que haja o reinvestimento em formas financeiras sob a MD'. Caso se baseássemos apenas nos padrões de recorrência e evolução, o que se esperaria para um novo ciclo seria um complexo cada vez mais abrangente a níveis continentais, o qual se caracteriza por fatores imperiais - abarcando a EM-C como um todo - e criando arranjos globais de funcionamento centralizados em sua territorialidade para prover um período de governabilidade durante sua expansão material e posterior posição de hegemonia (ARRIGHI, SILVER, 2012).

Pereira e Sardo (2022) afirmam que há dois componentes que caracterizam a transição sistêmica dos CSA, sendo a primeira um elemento militar de disputa intercapitalista gerada pelo caos sistêmico do período de financeirização e, segundo o componente de instabilidade financeira. Para os autores, essas duas características podem ser contidas pelo atual ciclo através da instalação de uma ordem mundial baseada em instituições internacionais e padrões monetários, tal como os EUA utilizou a OTAN e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, com o aumento da complexidade a cada sucessão, a atual expansão financeira se

depara com problemáticas atuais que a hegemonia norte-americana não consegue abarcar.

Arrighi e Silver (2012) estabelecem três fatores que um novo CSA teria que trabalhar e aplicar devido a abrangência dos últimos complexos capitalistas. Por exemplo: I) Acomodar e promover uma maior igualdade entre o Norte e Sul Global, haja visto o poder financeiro que o Sul tem apresentado como periferia nos últimos anos; II) Acomodar e promover uma maior complexidade social, ou seja, abarcar os movimentos sociais que se encontram cada vez mais presentes e integrados à EM-C e, III) Frear a externalização dos custos de reprodução da natureza, o qual foi potencializado pelos ciclos passados e representa um modelo de produção e consumo intensivo, associado ao ciclo norte-americano, que conduz o sistema ambiental ao colapso. Esses fatores serão discutidos mais profundamente nos próximos subcapítulos.

Logo, após apresentado os fatores de um processo de financeirização, cita-se ainda Arrighi (1996) e seu destaque para a descolonização do Terceiro Mundo como fator crítico para os EUA terem se tornado incapazes de abranger novos países autodeterminados em sua teia de influência:

[...] as crises militar e de legitimidade do poder mundial dos Estados Unidos expressaram a incapacidade do aparato militar-industrial norte-americano de lidar com os problemas suscitados pela descolonização no mundo. [...] o governo norte-americano entendeu o espírito de Bandung como uma ameaça à ordem mundial de Guerra Fria ou, pior ainda, como nada mais que uma “cortina de fumaça comunista” (ARRIGHI, 1996, p. 332)

Nesse sentido, após demonstrada a complexidade constante do capitalismo histórico, as dificuldades de padronizar os ciclos sistêmicos e os dados que tem centralizado a China como centro dinâmico de acumulação de capital, deve-se pelo menos apresentar a partir de agora o comportamento do Estado chinês no sistema-mundo a partir dos pontos que um novo CSA deverá ter que assumir, citados por Arrighi e Silver (2012).

A China nesse contexto despontou juntamente com os países do Terceiro Mundo, a partir da necessidade vista pelo rápido desenvolvimento de seus vizinhos e, com a ascensão de um novo paradigma em 1949. A industrialização e a implantação de reformas econômicas garantiram um padrão de acumulação dinâmico a níveis internacionais no país. Desde o início das reformas de 1970, o que se pode destacar na China é o seu aparato estatal e governamental como líderes do processo de acumulação, atrelados claramente a um setor privado capitalista crescente no país. Estes são essenciais para o amadurecimento e a aplicabilidade dos projetos de planejamento estratégico que corroboram com o desenvolvimento a longo prazo do país. A base econômica chinesa partiu originalmente de modelos soviéticos para chegar hoje a um funcionamento que possibilite com que o Estado coordene a socialização dos investimentos e

crie constantemente novas ferramentas de planejamento econômico financeiro, político e de desenvolvimento (JABBOUR, 2020).

Assim, diante dessa expansão material chinesa em conjunto da expansão financeira norte-americana, formou-se uma espécie de sobreposição tal como ocorreu nos centros de acumulação passados. O país tem sido centro gravitacional, como expôs Pautasso (2011), não somente na Ásia, mas em termos globais de capacidades econômicas. As estratégias desenvolvimentistas que o Estado chinês estabelece e define como prioritárias, como citadas acima, são as prerrogativas principais para criar e consolidar a internacionalização da sua projeção.

4.1.1. Políticas ambientais da China

Para Arrighi e Silver (2012), o modelo de acumulação de capital dos ciclos passados e em especial do ciclo norte-americano, define-se como insustentável diante da atual situação ambiental que se encontra a economia-mundo capitalista. A externalização dos custos de reprodução da natureza tomou um patamar sem precedentes no século passado, guiado pelo *American Way of Life*²⁶. Era promessa de os EUA utilizar o modo de vida no seu país como padrão a ser alcançado por todas as populações do globo, contudo, não foi o que ocorreu diante a crise sinalizado de 1970 que escancarou suas dificuldades em termos de liderança e domínio.

Para Wallerstein (2002), a degradação ambiental tem sido a mais violenta nos últimos tempos, de tal forma que tem gerado debates ferrenhos sobre o futuro da economia-mundo capitalista. Essa degradação é inerente ao próprio capitalismo histórico já que a incessante acumulação de capital exige uma incessante produção e expansão de seu sistema, seja em termos econômicos e geográficos. Esse fato em conjunto com a questão da democratização do sistema-mundo e conseqüentemente com o aumento significativo de pessoas exigindo parte dos lucros ou da produção do sistema capitalista, a EM-C se vê diante de impasses complexos envolvendo o preço da mão de obra e dos lucros que podem vir a cair com esses dilemas.

Nesse contexto, o que se deve analisar é como a China tem lidado com essas questões em termos internos e externos para que se possa, ao menos, prospectar as políticas que têm demonstrado uma ação efetiva diante das mudanças climáticas e da questão ambiental em si dentro da economia-mundo capitalista. Abordar-se-á sua participação nas políticas

²⁶ Padrão de consumo, produção e de vida em massa reproduzido pela hegemonia estadunidense e que é altamente intensivo em uso de recursos naturais (ARRIGHI, SILVER, 2012).

internacionais de meio ambiente e se isso demonstra uma proatividade da política externa chinesa em âmbitos globais. Além de verificar se o padrão de acumulação chinês tem seguido o modelo norte-americano de consumo ou evidenciado componentes contrários para esse padrão.

De início, a China tem participado ativamente desde a década de 1990 das conferências envolvendo metas e convenções de debate sobre mudanças climáticas. O país se integra desde a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) como nação ativa nos diálogos constantes para diminuição das emissões de CO² no século XXI. Apesar de ter relutado como os demais em um primeiro momento com as determinações do CQNUMC que exigiam reduções rápidas e futuras, a China sempre se mostrou solícita para construir um arcabouço de proteção ambiental internacional justo entre os países. Ressalta-se, todavia, que para a China, o compromisso era com o seu desenvolvimento econômico acima de tudo, e devido isso o comportamento chinês originalmente foi cauteloso. Entretanto, o país jamais deixou de assinar os compromissos e discutir as alternativas para frear as mudanças climáticas (MOREIRA, RIBEIRO, 2013).

A China hoje possui o maior centro populacional do mundo atrelado a um lócus de produção intenso que potencializa uma corrida por recursos naturais que ocasiona muitos poluentes nesse processo. Um desses exemplos é o país ser o maior emissor de CO² e o maior consumidor de carvão mineral do mundo, sendo este o fósfil mais danoso para o meio ambiente. Essas maiores fontes de poluentes da China estão interligadas com os setores energético, industrial e de urbanização, ou seja, o próprio viés do crescimento chinês tem impulsionado essa demanda intensiva (COSTA LIMA, ALBUQUERQUE, NASCIMENTO, 2021). Ainda que o governo tenha foco principal no desenvolvimento econômico, as mudanças climáticas inerentes dentro do seu próprio território já se transformaram em ameaças centrais pelo PCC ao seu crescimento.

Segundo os dados do Lowy Institute Asia Power (2021), a posição da China em termos de resiliência às mudanças climáticas²⁷ ainda é promissor, ficando o país em 13º lugar em 2021 enquanto os EUA se encontram 8º posição no ranking. Por isso, Moreira e Ribeiro (2013) afirmam que o país por estar em constante emergência como potência mundial, deve se atentar em garantir uma imagem internacional logo que as pressões internacionais por uma economia chinesa verde são contínuas na comunidade internacional. Nesse viés a China tem logrado atingir muitas políticas de desenvolvimento sustentável nos âmbitos internos e externos, de

²⁷ Encaixa-se aqui resiliência ao risco alimentar, hídrico, de instabilidade de temperatura e desastres naturais (LOWY INSTITUTE ASIA POWER, 2021).

modo que essa dualidade dentro-fora tem ido ao encontro da vontade do PCC em garantir um crescimento com menos riscos poluentes e ao mesmo tempo uma projeção mundial coerente.

Zotin (2021) menciona que o contexto de mudanças climáticas e o de desenvolvimento econômico se encontram atualmente e devem gerar uma pressão interna no PCC ainda maior de necessidade de gradual transição energética e de sua matriz industrial:

A emergência climática e a consistente ascensão chinesa são dois dos processos mais importantes da atualidade. De um lado, a ameaça das mudanças climáticas exige uma transformação estrutural na oferta de energia primária em escala global, a fim de reduzir as emissões de gases de efeito estufa à atmosfera. De outro, a economia chinesa pós-1978, cujo crescimento foi fortemente pautado pela indústria pesada e em investimentos em infraestrutura e na exportação, gradualmente aumentou sua participação nas cadeias globais de valor, gerando implicações de ordem política, econômica e ambiental em todo o mundo. Esses dois processos se encontram, mais do que nunca, na transição energética global em curso e no atual desafio que se coloca à continuidade do desenvolvimento socioeconômico chinês: migrar para uma economia orientada pelo consumo doméstico, pelo setor de serviços e, principalmente, pela inovação – motores menos intensivos em energia (ZOTIN, 2021, p.16).

O que se torna complexo nesse debate é que apesar da China possuir números alarmantes quanto a poluentes de sua produção, tais como os dados da Agência Internacional de Energia (IEA, 2022) apresentam que a China usa uma a cada quatro toneladas de carvão mineral mundial para produzir eletricidade, a era de sustentabilidade tem servido como impulso para que o governo reorganize seu padrão de crescimento e consumo em direção ao “Sonho Chinês” mencionado por Xi Jinping e que tem como objetivos, citados por Zotin (2021):

(i) garantir segurança energética por meio da fabricação de tecnologias-chave da transição energética (a China é importadora líquida de petróleo desde 1993, de gás natural desde 2006 e de carvão desde 2008, mas possui recursos eólicos, solares e hídricos em abundância), (ii) atender às demandas sociais por qualidade ambiental nas cidades, substituindo ativos fósseis poluidores por alternativas de baixo carbono (a poluição atmosférica na China foi considerada a causa da morte prematura de, em média, 1 milhão a 1,2 milhão de pessoas anualmente entre 1990 e 2015, motivando escalada de protestos e ameaçando a coesão social que legitima o poder do Partido Comunista da China); e (iii) responder às pressões pela redução de emissões nas negociações internacionais do clima.

A China precisa atualmente encontrar fundos de investimento para garantir que o Estado realize as transformações necessárias mais adequadas para o setor de energia e industrial em si. Segundo os dados do IEA (2022), a China desde 2019 e até 2024 tem prospecções de se tornar responsável por 40% da expansão global de energia renovável, além de liderar no crescimento global na produção de biocombustíveis. Isso tem representado uma vontade governamental a partir das políticas desenvolvidas pelo PCC. Em 2004 a China investiu apenas 4% nos investimentos globais de energia renovável enquanto em 2017 representou 45% destes (ZOTIN, 2021).

As políticas já foram definidas no 14º Plano Quinquenal, em que se pode citar que os objetivos do Plano de Ação para o pico de dióxido de carbono antes de 2030²⁸ se estabelecem, segundo o NDRC da China:²⁹

Ao longo do 14º Plano Quinquenal, serão notados avanços na adequação e otimização da estrutura industrial e da matriz energética. A eficiência energética será amplamente melhorada em indústrias-chave, controles rígidos serão colocados sobre o crescimento do consumo de carvão, a construção de novos sistemas de energia elétrica com base em novos recursos energéticos será acelerada, novos progressos serão feitos em P&D e ampla aplicação de tecnologias verdes e de baixo custo - tecnologias de carbono, modos de produção e padrões de vida que não agridem o meio ambiente se difundirão, e mais melhorias serão feitas na estrutura política para o desenvolvimento verde, de baixo carbono e circular. Até 2025, a participação dos combustíveis não fósseis no consumo total de energia chegará a cerca de 20%, enquanto o consumo de energia e as emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB cairão 13,5% e 18%, respectivamente. Durante o período do 15º Plano Quinquenal, grandes progressos serão feitos no ajuste da estrutura industrial, um sistema de energia limpa, segura, eficiente e de baixo carbono será estabelecido preliminarmente, modelos de desenvolvimento de baixo carbono terão amplamente campos, a eficiência energética entre as principais indústrias de consumo de energia da China alcançará padrões internacionais avançados, os combustíveis não fósseis representarão uma parcela maior do consumo de energia, o consumo de carvão cairá gradualmente, avanços cruciais serão feitos em tecnologia verde e de baixo carbono, o público optará por padrões de vida favoráveis ao meio ambiente, e a formulação da estrutura política para o desenvolvimento verde, de baixo carbono e circular estará quase completa. Até 2030, a parcela de consumo de energia não fóssil chegará a cerca de 25% (tradução própria).³⁰

Dessa forma, o que se percebe é que o processo de acumulação chinês apesar de ser inerente ao próprio sistema capitalista de produção e consumo, não segue inteiramente as cartilhas que o ciclo norte-americano seguiu no século passado. A atual conjuntura de revolução tecnológica atrelada à necessidade de desenvolvimento sustentável tem interferido nas políticas

²⁸ Actions Plan for carbon dioxide peaking before 2030 (tradução própria).

²⁹ National Development and Reform Commission (Comissão nacional de desenvolvimento e reforma).

³⁰ Over the 14th Five-Year Plan period, notable progress will be made in adjustment and optimization of the industrial structure and the energy mix. Energy efficiency will be largely improved in key industries, strict controls will be placed upon coal consumption growth, construction of new electric power systems based upon new energy resources will speed up, new progress will be made in the R&D and broad application of green and low-carbon technologies, environment-friendly production modes and living patterns will become widespread, and further improvement will be made in the policy framework for green, low-carbon and circular development. By 2025, the share of non-fossil fuels in total energy consumption will reach around 20%, while energy consumption and carbon dioxide emissions per unit of GDP will drop by 13.5% and 18%, respectively, compared with 2020 levels, laying a solid foundation for carbon dioxide peaking. During the 15th Five-Year Plan period, major progress will be made in adjustment of the industrial structure, a clean, safe, efficient and low-carbon energy system will be preliminary established, low-carbon development models will have largely taken shape in key fields, energy efficiency among China's key energy consumption industries will reach advanced international standards, non-fossil fuels will account for a larger share of energy consumption, coal consumption will gradually fall, crucial breakthroughs will be made in green and low-carbon technology, the public will opt for environment-friendly living patterns, and formulation of the policy framework for green, low-carbon and circular development will be mostly complete. By 2030, the share of non-fossil energy consumption will reach around 25%, and carbon dioxide emissions per unit of GDP will have dropped by more than 65% compared with the 2005 level, successfully achieving carbon dioxide peaking before 2030 (NDRC, 2021).

de crescimento econômico da China e o próprio PCC tem atuado de forma pragmática para seguir esse novo paradigma que se coloca na economia-mundo capitalista. Ainda que seja tortuoso equilibrar as políticas verdes de longo prazo com a necessidade de produção e projeção de curto prazo, a expansão material chinesa tem apresentado uma flexibilidade quanto à adoção desse patamar de reprodução dos custos de natureza. Contudo, observa-se amplamente que a China ainda tem muito a caminhar para que se estabeleça um padrão global de abrangência sustentável centralizada na sua região, tal como Arrighi e Silver apresentaram.

4.1.2. Participação chinesa na Política Internacional

Outro indicador que deve ser levantado como relevante para entender a projeção chinesa na economia-mundo capitalista e, como as ações internacionais do país tem repercutido para sua gama de influência regional e mundial, é sua participação na política internacional. Neste tópico, abordar-se-á, desde a política externa chinesa nos âmbitos regionais e internacionais, o quanto de abrangência o país possui nos blocos e os megaprojetos de infraestrutura que têm alocado a China como parceiro *win-win* de muitos Estados ao redor do globo. Como resultado, essas políticas podem estar reorganizando gradualmente, mesmo sem a vontade direta do PCC, arranjos institucionais favoráveis ao dragão vermelho.

Desde já, aborda-se o conceito de sociedade harmoniosa da política chinesa em que o planejamento internacional e interno da China está voltado à cooperação, paz, igualdade, harmonia, respeito e desenvolvimento entre os povos. Esse conceito de harmonia desenvolvido em 2006 apenas suscitou o início de uma nova política externa que a China já vinha estruturando desde os fins do século XX para sua projeção internacional. Os objetivos claros do PCC, como já citados acima, são de clara visão econômica, ou seja, de garantia do próprio desenvolvimento interno em conjunto com o desenvolvimento externo.

Altemani (2009) menciona que o papel que a China desejou e, que está se tornando realidade, é o de se estabelecer como centro regional na Ásia e, mais tarde, como potência internacional em processos, não de busca de hegemonia, mas por meio de parcerias comerciais, projetos *win-win* e laços de cooperação acordados. Muito também se discute sobre o ressurgimento do sistema sinocêntrico³¹ dentro da Ásia, especialmente após a Guerra Fria em

³¹ Sistema de tributos milenar que a China se enquadra como o Império do Meio na Ásia, atuando como uma potência regional de proporções colossais. Muito diferente de como atua as potências seguindo o modelo estatal de Westphalia.

que o país despontou como centro exportador, remodelando totalmente o espectro comercial do Leste Asiático. A construção de infraestruturas nos países vizinhos, a diplomacia econômica de cooperação por meio de IED's e os empréstimos são exemplos de como o país pode estar modelando a região ao seu favor nos últimos anos (HUNG, 2018).

Segundo dados do Lowy Institute Asia Power (2021), a China ocupa o 3º lugar no ranking de lideranças políticas regionais, em que se mede a eficácia dos líderes governamentais em promover os interesses nacionais diplomáticos na Ásia e, que, tem como 1º e 2º colocados, respectivamente, Cingapura e Japão. Enquanto, os EUA ocupam o 4º, em uma diferença de 7 pontos, apenas, da China. Os EUA, desde a administração Trump a partir de 2016, deixou um lócus de poder na Ásia que foi rapidamente suplantado pela China. A saída do país da Parceria Transpacífica³² (TPP, sigla em inglês) foi crucial para que a China colocasse em prática o maior acordo comercial do mundo e, que, possui 30% do PIB mundial devido a lista dos países membros. A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês) é composta por 15 países do Leste Asiático e da Oceania e representa um acordo significativo para os laços da China com seus vizinhos (BBC, 2020).

Hung (2018) escreve que a centralidade chinesa na região apenas tem se dado por conta de sua influência econômica, enquanto a influência política ainda é muito baixa - mesmo seguindo os pressupostos de não-interferência -, sendo está muito relevante para os âmbitos de decisões tomadas em conjunto:

A falta de um elemento de fundação cultural e a competição com os Estados Unidos são os maiores obstáculos para o crescimento da influência geopolítica chinesa. Motivados apenas por interesses econômicos e na falta de elementos de admiração cultural na relação com a China, a aliança dos estados asiáticos com a China tem sido, na melhor das hipóteses, pragmática e contingencial. A presença prolongada norte-americana também deu a esses estados a oportunidade de jogar as potências (China e Estados Unidos) uma contra a outra nas suas negociações (HUNG, 2018, p. 16).

Alguns organismos e projetos têm contribuído como iniciativas para a influência chinesa ao redor do mundo. Menciona-se por exemplo a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) que foi criada em 2001 e possui alguns membros da Eurásia em conjunto da China e da Rússia para cooperação nos âmbitos de segurança militar e econômica. Além desta, cita-se os bancos que a China tem investido como instituições benéficas para seus planos de desenvolvimento, tal como o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB) e o Banco

³² Acordo de Livre-comércio do pacífico encabeçado pelos EUA.

dos BRICS³³. Hung (2018) escreve que esses bancos atuam como instituições multilaterais de mediação para o desenvolvimento chinês no estrangeiro, pois os empréstimos são a principal técnica que a China utiliza por meio desses organismos para que outros países cooperem com ela.

Os indicadores do Lowy Institute (2021) apresentam a China em 1º lugar no ranking de participação em cúpulas, organizações regionais, fóruns e centros diplomáticos na Ásia. E, também, em 1º lugar no ranking de ambição estratégica que mede os limites que os líderes políticos de cada país possuem em termos de ambição estratégica de governo. Esses dados somente vão ao encontro do que foi exposto acima, a China tem garantido através dos organismos multilaterais arranjar um modelo regional centralizado para que esteja disponível às suas necessidades, ressaltando sempre os âmbitos diplomáticos de sua política externa harmoniosa e de não interferência.

Abaixo, Cintra e Pinto (2017) apontam seis princípios que Pequim adota para pôr em prática esses megaprojetos numa tentativa estratégica para suas políticas:

O primeiro diz respeito ao aprofundamento da integração física com os países fronteiriços, relativamente subdesenvolvidos, que pode viabilizar novas redes de comércio, abrir novas rotas de trânsito para suas exportações de bens e serviços, fomentar o desenvolvimento desses países e, simultaneamente, auxiliar na contenção dos conflitos étnicos na região instável de Xinjiang. O segundo ponto é possibilitar que os países vizinhos se beneficiem de sua ascensão reforçando a diplomacia “ganha-ganha”. Isso marca uma mudança com o passado recente, quando Pequim cultivava estreitas relações diplomáticas apenas com Coreia do Norte e Mianmar. O terceiro ponto refere-se ao financiamento e à construção de infraestrutura em regiões fronteiriças relativamente subdesenvolvidas da Ásia procurando conquistar a confiança dos países vizinhos no projeto de prosperidade recíproca e de destino comum, tornando sua ascensão mais aceitável. Caso contrário, corre o risco de criar uma coalizão liderada pelos Estados Unidos que buscará restringir suas ambições (Miller, 2014). O quarto ponto dessa racionalidade centra-se nos efeitos da configuração da Rota da Seda Marítima sobre o comércio e o plano militar. A China está construindo uma forte Marinha para proteger suas rotas de abastecimento independentemente da Marinha americana. O objetivo de longo prazo é exercer controle sobre os Mares da China e empurrar a Marinha americana para o Pacífico Ocidental. O quinto diz respeito ao financiamento de megaprojetos de infraestrutura que, mesmo com relativamente baixas taxas de retorno, constitui uma forma mais atraente de aplicar as reservas internacionais do que mantê-las em títulos do governo americano com baixíssimas taxas de juros. Por fim, o sexto ponto está atrelado à construção de infraestrutura ao longo das fronteiras e à modernização dos portos na Ásia que representa a tentativa de restauração da posição da civilização chinesa, projetando as bases de um império econômico (Miller, 2014) (CINTRA, PINTO, 2017, p. 397).

Em âmbitos de arranjos internacionais, Visentini (2015) aborda que a China atua no SI fortalecendo o sistema ONU através de suas intenções de se estabelecer um sistema mundial multipolar. Esse sistema viria por meio da cooperação e dos auxílios mútuos que sua política

³³ Bloco composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

internacional tanto estabelece com os demais países, além de manter pragmático diante dos conflitos externos para que se estabeleça um perfil discreto de seu crescimento. Como princípio, o autor cita que essas ações apenas visam garantir um sistema harmônico e estável para seu pleno desenvolvimento econômico. O Lowy Institute (2021) coloca a China em 4º lugar no percentual de países com maior liderança global em termos de capacidade dos líderes políticos em alcançar seus objetivos em níveis mundiais. Os EUA ficam em 1º, comportando-se como hegemonia da EM-C.

Chen e Chang (2013) destacam que a China nesse momento de “ascensão pacífica” deve se focar em duas frentes de atuação dentro dos organismos internacionais, para se portar de forma mais eficiente e incipiente. Uma estratégica intra e extrainstitucional, em que a primeira serve a partir da posição importante chinesa dentro dos principais órgãos multilaterais mundiais, tais como sendo membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, por meio de seus direitos significativos de votos no FMI, que servem para alterar decisões que prejudiquem seu pleno crescimento e projeção. E por outro lado, o plano extrainstitucional, nada mais é que a criação e investimento em organismos próprios multilaterais, tais como os citados acima do Banco dos BRICS, AIIB e a OCX.

Portanto, defender-se da interferência do mundo exterior nos assuntos internos chineses e garantir um ambiente externo estável que ajude o desenvolvimento da China ainda é a principal tarefa da estratégia de poder da China. Ao mesmo tempo, à medida que o poder da China cresce, seus interesses se globalizam e a expectativa da comunidade internacional de que a China assuma mais responsabilidades aumenta, a China deve dedicar muito mais esforços para se envolver em assuntos internacionais. Um crescente papel formador do poder chinês deve servir para promover a paz e a prosperidade no mundo, bem como uma ordem internacional mais justa e justa (tradução própria).³⁴

Assim, o que conclui é que, de fato tem havido uma reorganização constante nas estruturas regionais da Ásia, desde a abertura e reformas da China nos fins do século XX, o que representa um direcionamento dos países em âmbitos comerciais, econômicos e em menor parte, políticos. Essa aproximação e tentativas do governo chinês de apoiar os países vizinhos por meio de acordos, empréstimos e IED's fazem parte do estatismo econômico chinês dentro de sua política externa, e tem gerado fortes resultados em termos de cooperação e reordenamento institucional, ficando a China no centro desse processo.

³⁴ Therefore, defending from the interference of Chinese domestic affairs by the outside world and securing a stable external environment that helps China's development is still the main task of China's power strategy. At the same time, as China's power grows, its interests globalize and the international community's expectation of China to undertake more responsibility soars, China is bound to devote much more effort toward engaging in international affairs. A growing shaping role of Chinese power should serve to promote peace and prosperity in the world, as well as a fairer and more just international order (CHEN, CHANG, 2013, p. 23).

Em termos internacionais, a China claramente possui uma posição estratégica e forte diante dos organismos, seguindo sua mesma cartilha de cooperação win-win com os países e estabelecendo cada vez mais laços multilaterais com as nações periféricas e semiperiféricas do globo. Porém, em termos de reordenamento institucional, a China ainda não possui a capacidade de mover os principais mecanismos mundiais de arbitragem ao seu favor como no ciclo norte-americano. Mas, o rearranjo regional já iniciou em favor da China, o que se pode pelo menos prospectar é que um modelo de produção e consumo pode estar surgindo com essa ascensão harmoniosa da China que não necessariamente deve almejar o posto de hegemonia, tal como os ciclos passados alcançaram.

4.1.3. Projeção econômica internacional da China

Após abordados os dados e variáveis da projeção econômica internacional da China ao longo do trabalho, nesse tópico será abordado pontos mais específicos dos resultados e dos objetivos da projeção da China em termos econômicos. Trazer-se-á o crescimento chinês, hoje, na economia-mundo capitalista como um modelo para o Sul Global e, como isso tem ido ao encontro dos planos de multipolaridade da China e, suas consequências na transição sistêmica.

Primeiramente, cita-se que o estatismo econômico chinês tem sido vetor dos planos de projeção da China, seja por meio das técnicas de internacionalização do capital até o comércio internacional e seus auxílios. A China, hoje, já possui um aparato de influência na Ásia em termos econômicos que a permite efetivamente participar dos organismos intergovernamentais que foram citados no último subcapítulo. O que reflete que em termos de capacidade de projeção econômica, o país tem alcançado bons resultados.

Pautasso (2011) cita que, esse novo arranjo institucional global que tem caminhado para dar mais espaço para a China, resultado de suas próprias políticas de desenvolvimento, é uma maneira do país formular uma nova estrutura sem inteiramente confrontar a atual hegemonia e seus pilares. Os IED's da China, hoje, ao redor do mundo transmitem essa ideia, em que segundo o Lowy Institute (2021), o país se encontra em primeiro lugar no ranking de assistência externa global baseada em auxílios anuais em desenvolvimento no estrangeiro e outras formas de fluxos externos. Ainda, o país ocupa o segundo lugar no ranking de participação em acordos bilaterais e multilaterais de livre-comércio em nível global, ocupando na Ásia o posto de maior investidor direto na região. E, além disso, ocupa hoje o primeiro lugar em termos de tamanho econômico - peso pelo seu PIB em paridade pelo poder de compra (LOWY INSTITUTE, 2021). O sistema mundial caminha para a construção de novas práticas nas relações China-Resto do

mundo

A ascensão de Xi Jinping em 2013 representou uma nova era para a política externa chinesa, uma década em que a Nova Rota da Seda foi lançada, a AAIB e o Banco dos BRICS, além do fortalecimento e compromisso do país com outros blocos econômicos de níveis regionais espalhados pelo mundo. Por isso, atualmente, para Cintra e Pinto (2017), a China tem ocupado lugares de destaque nos mais diversos setores do sistema mundial, sejam eles geopolíticos, geoeconômicos até financeiros em termos regionais e globais, em um momento que o próprio sistema se encontra em uma transição de forças globais. E, nesse sentido, a China, mantendo a política fulcral de desenvolvimento em termos de estabilidade nacional para proteger seus próprios interesses, necessita formular um ambiente solícito para sua posição.

Para os autores, a China quer “forjar uma nova fase da globalização em que suas empresas se tornam globais [...] capazes de definir os padrões mundiais e de condicionar a dinâmica da economia internacional” (CINTRA, PINTO, 2017, p. 398). Em termos funcionais da EM-C, o que se percebe é que o Sul Global tem sido o palco de atuação primário da China por meio dos acordos de suas empresas estatais. Isso se remonta à tese de Arrighi e Silver (2012) que o próximo CSA deve principalmente amenizar de alguma maneira as tensões entre o Norte e Sul do sistema-mundo. O próprio posto semiperiférico da China permite com que ela tenha maior escopo de influência perante os governos em uma tentativa de equilibrar as forças da economia mundial. Apesar dessa afirmação ainda ser passível de maiores debates.

O próprio Arrighi (2008) trouxe que, o chamado Consenso de Pequim possui dois objetivos centrais, sendo o primeiro voltado para o ajuste dos termos de desenvolvimento para os países do Sul Global, reconhecendo as especificidades de cada região e seus métodos econômicos, e segundo, o próprio multilateralismo que instiga uma cooperação cultural, política e econômica interdependente entre as nações para que se forme uma ordem global contrastada à atual hegemonia e seus princípios unilaterais. Para isso, a China pode estar caminhando por meio de suas políticas econômicas de projeção no estrangeiro para integrar a economia global, através de uma cooperação sem precedentes entre os países do Sul e do Norte. O que conseqüentemente apresenta uma ideia de rearranjo na própria economia-mundo.

Uma nova reorganização baseada no multilateralismo é essencial para a economia chinesa, Ferchen (2016) trouxe que, o modelo de ascensão da China não é um jogo de soma zero e, sim, de *win-win* entre seus parceiros. Ou seja, é um ciclo que o autor cita ser “supostamente natural e mutuamente reforçador de desenvolvimento econômico baseado em uma vantagem comparativa que sustenta a paz e a estabilidade para a China” (tradução

própria).³⁵ Assim, apesar da assertividade da política externa chinesa, a partir do governo Xi Jinping, a China mantém ainda os termos de desenvolvimento pacífico, logo que é ponto chave para seu crescimento exitoso. E, é exatamente esse ciclo que tem gerado repercussões para as economias periféricas.

Na visão de Hung (2018) a China, de fato, gera resultados nas políticas internas de desenvolvimento dos países, criando novas condições de ação perante os EUA. Contudo, para o autor, não se está criando a partir desse fator uma nova ordem global beneficiando a China, e sim uma fragmentação da atual ordem centralizada no ciclo norte-americano.

Enquanto o boom chinês foi criado sob circunstâncias histórico-globais e de trajetórias de desenvolvimento muito específicas, que não podem ser copiadas facilmente, esse crescimento criou impactos contraditórios nos países vizinhos e em outros países em desenvolvimento fora da Ásia. De um lado, o crescimento gera uma pressão intensa por competitividade nos outros países exportadores de manufaturas intensivas em trabalho, levando-os a adotar e a se conectar às cadeias de produção e de commodity sinocêntricas. Por outro lado, esse crescimento também fomenta um boom de commodities nos países agroexportadores. Geopoliticamente, o crescimento da participação econômica da China no sul global está pressionando Pequim a iniciar sua projeção de poder político e militar no exterior, o que tem criado um contramovimento nos países vizinhos e em outros países em desenvolvimento, levando-os a alianças mais estreitas com os Estados Unidos. Dessa forma, o boom chinês está criando impactos variados na perspectiva de desenvolvimento dos países do sul ao mesmo tempo em que promove a rivalidade interimperial entre a China, com poder geopolítico crescente, e os poderes ocidentais já estabelecidos, especialmente os Estados Unidos. A ascensão da China não cria uma nova ordem político-econômica, como muitos esperam, mas faz a ordem atual mais fragmentada (HUNG, 2018, p. 3).

Contudo, nesse sentido, o que se espera diante da crise terminal do atual ciclo é, de fato, uma ruptura da lógica baseada em sua hegemonia e suas condicionantes de funcionamento, tal como se percebeu nos ciclos passados de acumulação. Por isso, deve-se observar com cautela quais são as implicações da projeção chinesa, hoje, na economia-mundo. Por um lado, o dragão pode estar reorganizando forças globais, sem objetivos claros para isso, ao seu favor por meio de suas ferramentas internacionais de internacionalização. Ou, apenas rompendo com uma ordem já em declínio e, beneficiando-se desta para seus próprios interesses. As duas alternativas não se tornam excludentes, mas, as ideias que cada uma apresenta são determinantes para definir o comportamento chinês e seus desdobramentos na atual transição dos ciclos sistêmicos de acumulação.

4.2. Prospeções para a China diante da atual transição dos CSA

³⁵ The end result is a supposedly natural, mutually reinforcing cycle of comparative advantage-based economic development that underpins peace and stability for China, its neighbors, and the world (FERCHEN, 2016, p.6).

Caso seguissemos os padrões de recorrência e evolução das sobreposições dos ciclos sistêmicos de acumulação, a fim de descobrir as futuras estruturas do moderno sistema-mundo, encontraria-se cinco fatores determinantes citados por Arrighi e Silver (2001, p. 269). O primeiro afirma que o regime dos EUA passaria por sua crise terminal ao longo do século XXI; o segundo seria a construção de um novo regime diante desta crise norte-americana em que um novo centro será capaz de se expandir materialmente; o terceiro fala sobre a complexidade de um novo CSA, em que o novo centro teria que se igualar à um Estado mundial para dar conta da gama de exigências da atualidade; o quarto, explica que o regime do novo ciclo seria do tipo extensivo, ao invés do intensivo; e por último, o quinto, afirma que o novo regime internalizaria os custos de reprodução, tal como discutido acima, em uma tentativa de alterar os pilares do atual regime degradante.

Os autores destacam que, apesar dessas constatações baseadas nos ciclos passados, elas não são suficientes para estabelecer a probabilidade de um futuro CSA. Os padrões são resultados de fatores históricos e geográficos de cada século longo, o que significa que cada unidade política que ascendeu ao centro de acumulação se diferencia das demais por suas especificidades. Nesse sentido, não somente os padrões dificultam uma prospecção nesse debate, mas também as anomalias que auxiliam na identificação do comportamento das unidades políticas na atual economia-mundo capitalista e também problematizam ainda mais a questão das transições. As anomalias são entendidas como as bifurcações dos centros militares e econômicos, os quais serão abordados abaixo.

Arrighi e Silver (2002, p. 269) escrevem que, “embora a análise tenha encontrado semelhanças suficientes entre as transições presentes e passadas para tornar sua comparação significativa, também identificou uma série de anomalias que nos alertam contra as armadilhas de qualquer projeção mecânica de padrões” (tradução própria).³⁶

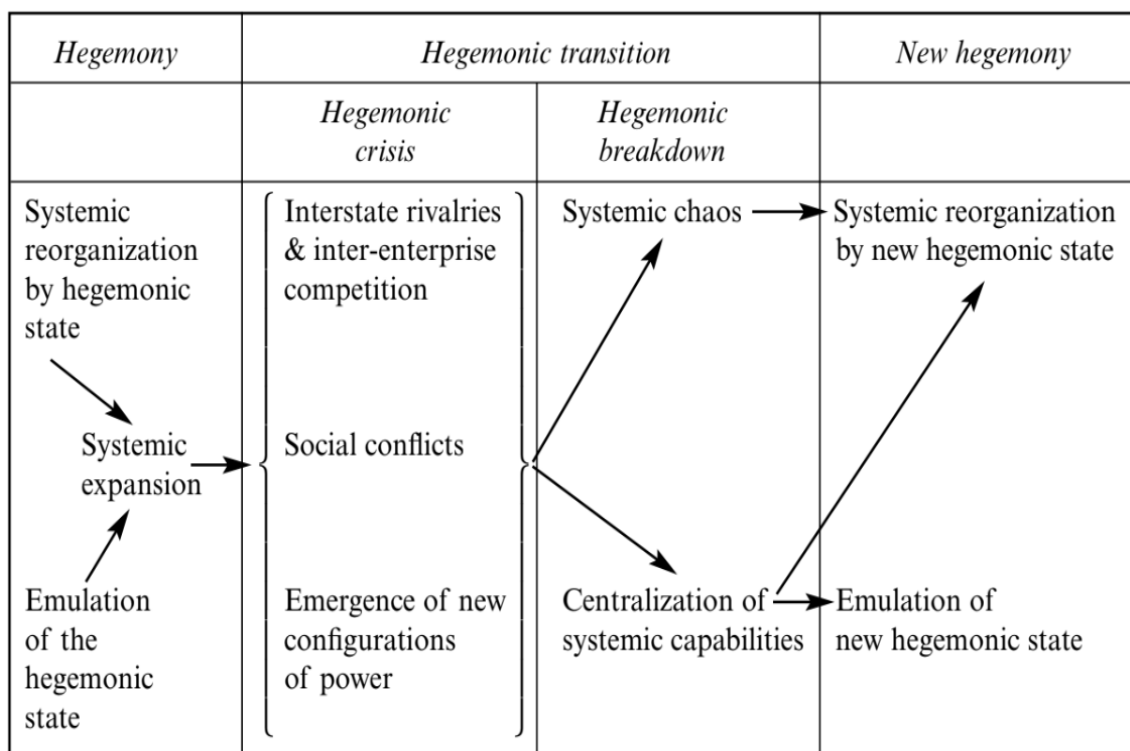
Dentro das transições hegemônicas recorrentes da alteração dos CSA, menciona-se duas causas diferentes que, reunidas, geram a expansão sistêmica para novas hegemônias: sendo a primeira de interesse conjunto e geral das unidades políticas, focada na cooperação e denominada de reorganização sistêmica; a segunda, chamada de, emulação do Estado hegemônico, é dirigida pela competição entre os Estados e iniciada por meio de incentivo da própria hegemonia, para se alcançar os mesmos meios de desenvolvimento deste. Essas duas

³⁶ While the analysis has found sufficient similarities between present and past transitions to make their comparison meaningful, it has also identified a number of anomalies that warn us against the pitfalls of any mechanical projection of past patterns into the future (ARRIGHI; SILVER, 2002, p. 269).

causas da expansão são, também, os motivos do próprio caos sistêmico que declina as hegemonias e faz ressurgir novas no sistema mundial.

A figura abaixo explicita como se dá a transição hegemônica da EM-C, iniciada, primeiramente, pelas formas de expansão seguida da competitividade e das rivalidades sociais que, ocasionam o caos sistêmico e, que, por fim, geram novas hegemonias voltando para o início do processo. Muito semelhante à figura 01 apresentada e que também explicitou as transições hegemônicas.

FIGURA 20. A DINÂMICA DAS TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS



Fonte: Arrighi e Silver (2001, p. 270).

Nesse modelo, o aspecto que deve se destacar é que apesar de uma sequência de fatos dentro das transições, a cada novo ciclo um complexo organizacional é cada vez mais abrangente. Essa abrangência gera maior densidade e volume dentro do sistema para dar conta das necessidades da ordem internacional já citadas acima. Além disso, existe a bifurcação das capacidades sistêmicas que atualmente tem dificultado a compreensão dentro da atual transição sistêmica. Logo que como em todas as sobreposições dos ciclos passados houve o surgimento de complexos financeiros e militares maiores que os anteriores, no atual caso da China o centro econômico se encontra já em suas capacidades. Entretanto, as capacidades militares permanecem sob o controle norte-americano e não há previsões para que esse poderio se encerre

nem a curto e a longo prazo. Por resultado, a China segue muito atrás em termos militares dos EUA, o que impede sua afirmação ascendente hegemônica nos padrões dos ciclos passados (ARRIGHI; SILVER, 2012).

Após o destaque para essas exposições, abordar-se-á, agora, os futuros possíveis com a China e seu comportamento por meio de seu estatismo econômico dentro da economia-mundo capitalista e, os redirecionamentos das estruturas da atual transição sistêmica que iniciou com o surgimento de novos centros de acumulação no Leste Asiático e com a crise terminal dos EUA iniciada em 2008. Rolland (2019) apresenta que as mudanças materiais dos polos de poder dos EUA para a China já estão em andamento:

Para alguns observadores chineses, a tendência de mudança do centro de gravidade da potência mundial continua, e China e Estados Unidos já começaram a trocar de posição. É claro que esse tipo de troca “não é tão simples quanto trocar de canal de TV”, explica Chen Shuguang, mas é um processo demorado. Segundo Chen, a China e os Estados Unidos entraram no ciclo de troca em 2008, e a conclusão final do processo ocorrerá em meados do século XXI (tradução própria).³⁷

A China, encontra-se preparada para continuar ampliando a intensidade da sua política externa harmoniosa em consonância com seus ideais de desenvolvimento econômico. Desde a estratégia *Going Global* de internacionalização de capital, o país tem intensificado cada vez mais sua adesão à economia-mundo por meio de seus investimentos diretos nas diferentes regiões do globo e, sua participação nos organismos multilaterais de comércio e política internacional. Como se viu durante a pesquisa, a China tem potencializado seu estatismo econômico e, utilizado disso para se projetar nos territórios além fronteiras em uma tentativa *win-win* de auxiliar a construção de um sistema mundial multipolar, que a favorece em termos de poder.

Xi Jinping e suas políticas proativas no cenário mundial se destacaram a partir de 2013, principalmente com os megaprojetos do AIIB, Nova Rota da Seda, Banco dos BRICS e, citando também, o Made in China 2025³⁸. Cada um, destes projetos, possui capacidades e objetivos diferentes, contudo, todas estão focadas em integrar a China aos demais países em uma tentativa de projeção internacional. Ferchen (2016) menciona que estas estratégias assertivas do governo atual chinês ainda caminham em conjunto com seus ideais de política harmoniosa, ou seja,

³⁷ For some Chinese observers, the trend toward a shift in the center of gravity of world power is ongoing, and China and the United States have already started to switch positions. Of course, this kind of switching is “not as simple as switching TV channels,” explains Chen Shuguang, but rather is a protracted process. According to Chen, China and the United States entered the switching cycle in 2008, and the final completion of the process will occur in the mid-21st century (ROLLAND, 2019, p. 12).

³⁸ Projeto aprovado em 2015 com o objetivo de desenvolver manufaturas inteligentes e tecnológicas (PAUTASSO, 2019).

apesar de um novo teor político, a China permanece com a interação milenar de desenvolvimento internacional e estabilidade nacional. Todavia, o que se ressalta é que, a China ainda não possui os aparatos necessários de poder para colocar em xeque uma possível posição de líder de um novo sistema, e, na realidade, o próprio PCC não sinaliza vontades para alcançar esse tipo de postura na EM-C.

Ainda que, a China venha demonstrando uma maior cooperação com os países em termos comerciais, apresentando níveis de crescimento elevados a curto prazo e projetos de projeção internacional, os EUA permanecem à frente em muitos quesitos políticos e principalmente econômicos. Os IED's norte-americanos, por exemplo, em números de fluxos e estoques, ainda que instáveis, estão disparados comparados aos chineses no mundo. Arrighi e Silver (2001) citam que o poder dos EUA hoje e suas capacidades são ainda maiores que as do império britânico em sua plena hegemonia, o que por consequência significa que não há poderes presentes que possam provocar o colapso terminal dos EUA. Desse modo, será por meio do próprio EUA que seu ciclo chegará ao fim, haja vista que a incapacidade de lidar com novos problemas do sistema mundial vem minando aos poucos o crescente status de *hegemon*.

Pautasso (2019) destaca a crise financeira estadunidense e como a transição de poderes tem atuado desde a ascensão do Leste Asiático:

[...] a expansão financeira do ciclo estadunidense tem impulsionado o deslocamento do epicentro econômico global do Atlântico Norte para a Ásia Oriental, resultando no renascimento asiático a partir da liderança da reemergente civilização chinesa e da reconstituição do sistema sinocêntrico (Arrighi 2008). Nessa linha, a liderança chinesa tem impulsionado processos de integração regionais, tanto através de organizações como a Organização da Cooperação de Xangai (OCX), quanto por meio de iniciativas como a Nova Rota da Seda, ao mesmo tempo que propõe o reposicionamento do país no plano global, bem como a redefinição de elementos-chave da ordem internacional. A trajetória de desenvolvimento nacional e inserção internacional da China tensiona as estruturas hegemônicas de poder centradas nos Estados Unidos e seus aliados (PAUTASSO, 2019).

Rolland (2019) cita o discurso proferido por Fu Ying, política e presidente do Comitê de Relações Exteriores do Congresso Nacional do Povo, que explicita uma crítica com a ordem mundial centralizada pelos EUA e pelo ocidente em que valores ocidentais são impostos universalmente. Além da crítica ao alinhamento militar liderado pelos EUA e a postura da ONU e suas instituições como centrais na ordem internacional. Para Fu Ying, existe uma distinção a ser destacada entre ordem internacional e ordem mundial, sendo a primeira favorável à China e a qual o país não possui intenções de desfazer pois suas instituições e organismos, tais como a ONU, são pilares do multilateralismo defendido e integrado pela China. A segunda, ordem mundial, é construída sobre pilares da atual hegemonia, seguindo padrões históricos e geográficos.

A insatisfação chinesa se dá nos âmbitos da ordem mundial que é focada nas figuras ocidentais dos EUA e que é constituída como injusta e irracional. Injusta, pois, apesar do poderio chinês estar acelerando sua projeção no SI, as estruturas impedem que a China desponte como deveria por estarem incrustadas na liderança norte-americana. E, secundamente, irracional pois a atual hegemonia tem mostrado uma incapacidade de solucionar os problemas que surgem no mundo, se não quando, os piorando (ROLLAND, 2019).

Dessa forma, o que se percebeu, até agora, é que a China não possui as pretensões de assumir uma hegemonia e que apesar disso, sua atuação na ordem internacional tem se tornando influente cada vez mais na liderança dos países em desenvolvimento e, segundo é que os EUA mesmo diante da crise terminal ainda não estão próximo de deixar a liderança da economia-mundo capitalista. Portanto, um ciclo atualmente sino-americano tem sido o debate mais propenso a se discutir, segundo Pereira e Sardo (2021). Os dois autores mencionam que, há uma simbiose e uma dicotomia entre os dois centros, tal como ocorreu com o CSA ibero-genovês. O que, nesse sentido, faz-se necessário apresentar três características para entendimento do atual debate dentro da situação da economia-mundo capitalista, por exemplo: “(i) um ciclo dicotômico e simbiótico de acumulação, (ii) um período não hegemônico do Sistema-Mundo e (iii) o aumento da multipolaridade – porém, desta vez, sem aumento das tensões militares internacionais” (PEREIRA; SARDO, 2021, p. 32).

Ressalta-se dessa maneira que a competitividade militar que é característica de períodos de transição hegemônica e de centros de acumulação não está em andamento ainda na atual conjuntura. Isso se dá pela estabilidade que todos países pretendem manter na economia-mundo, tanto a periferia que sofreria as pesadas consequências, quanto a semiperiferia e nesse caso a China com seu status de ascensão pacífica e, muito menos os EUA que já se depara com problemas mundiais bem desastrosos para resolver. Devido isso, ainda não se apresentam fatos suficientes e nem se apresentarão respostas concretas quanto a transição dos CSA, apenas que o atual ciclo pode estar se caracterizando como dicotômico devido às bifurcações e anomalias existentes atualmente entre os diferentes centros de acumulação e, como um ciclo multipolar com a ausência da liderança hegemônica norte-americana e a emergência de diversos polos de poder.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma abordagem histórica e comparativa das sobreposições dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação e, considerados nesse contexto, a Crise de 2008 como a crise terminal do ciclo norte-americano e o ápice da expansão material da China por meio de suas políticas de desenvolvimento, levantou-se o debate sobre a China estar assumindo cada vez mais um posto de *player* potente no SM-M. Logo, os desdobramentos disso se fazem relevantes para a área das Relações Internacionais e do próprio funcionamento da economia-mundo capitalista. Desse modo, a problemática que norteou o presente trabalho foi: de que modo a *Economic Statecraft* Chinesa é utilizada como uma variável para a projeção internacional da China como factível centro do Ciclo Sistêmico de Acumulação? Para verificar essa questão, a pesquisa utilizou da perspectiva sistêmica de longa duração dos sistemas-mundo para compreender os padrões de recorrência e evolução de cada ciclo no capitalismo mundial. Além disso, utilizou-se um método explicativo, qualitativo e hipotético-dedutivo, os quais foram aplicados e apresentados ao longo dos capítulos.

A perspectiva dos CSA, baseada nos ciclos capitalistas de Kondratieff e, complementar à análise dos SM, faz-se de grande valia para compreender como, ao longo da história da economia-mundo capitalista, houve o desponte de centros de acumulação de capital e, sequencialmente, a queda destes por meio da mutação das formas de investimento. Para Arrighi (1996, p.1), a história do capitalismo tem atravessado períodos decisivos, em que ocorrem longos momentos de crise, reestruturação e reorganização, os quais “tem sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida”.

Desde o século XVI, com a formação do sistema interestatal e, a conjunção destes com os agentes capitalistas, o que se observa é a formação de hegemonias e de centros de acumulação incessante de capital que marcam um período de governabilidade, conseqüente da expansão material de seus lucros. Todavia, como o próprio Arrighi (1996) menciona, os sistemas e ciclos não são infinitos e, dessa maneira, o lucro da DM' chega a algum limite em um determinado período da longa duração. Nesse momento, inicia a realocação de capital para outro centro do globo e, inicia-se a MD', a expansão financeira do atual ciclo em declínio, em uma forma de flexibilizar os investimentos para geração de lucros. Os quatro CSA da economia-mundo, o ibero-genovês, holandês, britânico e o norte-americano foram direcionados conforme padrões de recorrência não cíclicos, ou melhor, padrões com descontinuidades.

Ao longo da pesquisa, o processo de contextualização histórica do primeiro capítulo deu um panorama sobre as correntes teóricas e suas perspectivas de longa duração que, explicam as origens, continuidades e descontinuidades do sistema capitalista como sistema-mundo. A crise nas capacidades de liderança dos EUA e a ascensão chinesa são acontecimentos históricos que se tornaram importantes para compreender o funcionamento do atual momento de caos sistêmico e seus segmentos futuros. Para Hobsbawm (1995), o fim do século XX foi marcado por uma desordem global e por uma crise histórica capitalista, em que escancarou a inexistência de mecanismos existentes para dar solução a tais problemas.

Desde o início dos primeiros ciclos sistêmicos de acumulação, o período de financeirização de um centro capitalista gerou um caos sistêmico na economia-mundo capitalista. A competitividade intercapitalista e a busca por novas formas de lucro são características do período em que um centro está em queda, tal qual tem se observado desde a Guerra do Vietnã, a Invasão ao Iraque, os ataques do onze de setembro e a Crise de 2008.

Assim, o que se percebe desde 1970, e, como o próprio autor dos CSA menciona, o sistema-mundo moderno tem sofrido mudanças nas configurações dos centros de acumulação de capital desde a realocação, destes, a partir de 1970, com as crises sinalizadoras do atual ciclo norte-americano. Após obter sua expansão material no comércio e produção, iniciou-se um processo de financeirização e de declínio das suas próprias capacidades de liderança como *hegemon*. Consequentemente, as discussões acerca de uma nova hegemonia ou, apenas, de um novo centro de acumulação é o que tem colocado China à frente, destas, com seus rápidos índices de sucesso econômico.

Desde Deng Xiaoping e, suas políticas de abertura e reformas, o dragão vermelho tem logrado estudar, definir e aplicar métodos e práticas econômicas estratégicas para seus princípios milenares de desenvolvimento harmônico. Ou seja, o estatismo econômico chinês tem sido utilizado como um motor para a internacionalização, não somente em termos de capital econômico, mas também de influência e poder, no além-fronteiras. O que se percebeu, a partir do segundo capítulo do trabalho, foi que muito se assemelha os rápidos avanços que a China e os EUA alcançaram em suas respectivas expansões comerciais e produtivas em temporalidades diferentes. Todavia, para afirmar que a China está se aproximando das capacidades norte-americanas de poder econômico e de liderança, seria preciso mais alguns anos de observação e estudos para tal, logo que, a China ainda se mostra muito incipiente para tais níveis.

O que se observou, além disso, é que a China, ainda que esteja se estruturando como grande centro gravitacional de poder no Leste Asiático, construindo redes comerciais e de liderança com seus vizinhos, seus mecanismos de projeção ainda não são suficientes para

abranger o globo, tal como fez os EUA. Contudo, o que se destaca e, serviu para direcionar ainda mais os rumos do trabalho é que, diante da política externa chinesa, os objetivos do PCC não estão voltados a chegar aos níveis hegemônicos como o fez os EUA, universalizando valores e se afirmando como país centro de domínio. A China, tem se atentado, somente, a garantir a estabilidade da economia-mundo, haja vista essa última ser o que mantém seus índices de desenvolvimento.

Principalmente, a partir de 2008, com a Crise que estourou nos EUA e ocasionou uma recessão mundial afetando, significativamente, os países, demonstrou-se a redução do controle do próprio poderio norte-americano. Como se viu no segundo capítulo, a China obteve grande sucesso em garantir empréstimos estatais para aplicar em megaprojetos de infraestrutura para frear a redução do crescimento econômico, fruto da Crise. Esse pacote de investimentos somente sinalizou que a China está disposta a continuar mantendo sua postura de crescimento a todo custo. Os fluxos de IED's têm se diversificado cada vez mais e, alcançado exportações mais tecnológicas e de grande valor agregado, diferente do que se via na China no início do século XXI. Em termos de comércio internacional, a China tornou-se o maior exportador do mundo e, esse fato, tem sido de grande importância para os países periféricos e do núcleo orgânico da economia mundial.

Em específico, com a ascensão do presidente Xi Jinping, marcou-se uma nova fase na projeção mundial da China na última década. O estatismo econômico do país se tornou mais assertivo e mais ativo diante dos desafios econômicos da globalização. Os megaprojetos de infraestrutura, marcas do governo Xi, como o AIIB e a Nova Rota da Seda, têm se apresentado como partes da política de internacionalização do capital chinês. O banco do BRICS e a OCX, além do G20 e da RPEC, são exemplos da necessidade que a China tem de garantir o multilateralismo que favorece a estabilidade do sistema. Entretanto, supracita-se que apesar desses projetos estarem beneficiando os objetivos chineses, ainda se torna improvável que o país venha alcançar formas de configurar as forças globais ao seu favor.

No terceiro capítulo, afirmou-se as capacidades ainda incipientes da China, baseando-se nas bifurcações que Arrighi (1996) trouxe, sobre as capacidades que um novo CSA abrangeria no futuro. As questões da externalização dos custos de reprodução e a capacidade de resolver questões sociais do globo por meio dos arranjos institucionais, ainda são fatores primários para as fontes de poder da China, atualmente. Por mais que, o dragão asiático venha demonstrando políticas sustentáveis internamente e assinando acordos verdes a níveis globais, seus interesses ainda estão focados em resolver isso nos âmbitos internos de sua própria produção, que é muito poluente. E, quanto à participação nos organismos multilaterais, a China

também tem se destacado, abrangendo, a cada dia, novas relações, acordos de cooperação *win-win* e, garantindo capacidades de negociações. Porém, não há sinais de uma reorganização institucional à sua centralidade por meio destas.

Contudo, a hipótese levantada foi corroborada, logo que, a *Economic Statecraft* chinesa não é utilizada como um mecanismo único e muito menos como central para a projeção internacional da China no centro de um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação, devido ao fato de que o que estabelece novos centros sistêmicos e novas configurações de poder na economia-mundo são fatores do próprio sistema-histórico, que é o capitalismo. Ou seja, a China não possui aparatos para moldar, veementemente, o funcionamento da economia-mundo ao seu favor e, ainda, esse não é objetivo do Estado chinês. Porém, o que se apresentou foi que, o E.E. auxiliou através de suas estratégias de desenvolvimento, como IED's e comércio internacional com o resto do mundo, em sua projeção internacional e ao seu status de potência no sistema-mundo moderno, o que por consequência, tem potencializado um processo de transição dos polos de poder e riquezas para o Leste Asiático. E assim, como resultado, a posição da China como unidade política e econômica na economia-mundo capitalista tem se transformado de grande proeminência para as futuras engrenagens que o sistema interestatal pode vir a implantar.

Sendo assim, esse estudo sobre o estatismo econômico comparado entre EUA e China, diante de suas expansões materiais, mostrou-se produtivo em determinado limite, pois, para entender as prospecções de um novo CSA, deve-se analisar empiricamente os dados e ferramentas que as potências utilizam ao seu favor. Sendo estas, as quais as unidades usam para modelar as relações no sistema-mundo. Para Arrighi e Silver (2001), a bifurcação que existe entre as unidades financeiras, localizadas na China e, as militares nos EUA, demonstra que a atual transição, talvez, não ocasione em conflitos armados, tal como ocorreu nos ciclos passados. O que, mais uma vez, demonstra um padrão, talvez evolutivo, que pode gerar um período prolongado de caos sistêmico, em que os EUA não abrirão mão de sua posição - ainda que isso não dependa de suas próprias decisões.

Outra proposição, apresentada por Arrighi e Silver (2001), é que a emergência dos povos não ocidentais, antigamente sinocêntricos, está se chocando com o modo de vida ocidental que tem sido universalizado pelos EUA desde 1945. Esse choque de civilizações pode acarretar em um conflito se, a atual hegemonia insistir em não abrir mão de sua incompetência em resolver os problemas que esse momento histórico tem exigido, ou então, os povos não ocidentais devem encontrar as soluções que o sistema-mundo exige, assumindo o papel de liderança e reconfigurando as forças globais. Porém, são apenas proposições apresentadas no livro "Caos e Governabilidade" e que são interessantes de serem destacadas nessa atual transição.

Por último, salienta-se que esse estudo demonstrou a existência, ainda, de anomalias teóricas que impossibilitam uma maior compreensão dos fatos de longa duração na atual transição hegemônica e sistêmica. Mas, a pesquisa contribuiu para entender cenários atuais que, observados com a perspectiva sistêmica e sob a ótica das sobreposições dos ciclos sistêmicos de acumulação passados, tornam-se um pouco mais clarificados. As prospecções da China, que foram levantadas nesse trabalho científico, demonstraram que a curto prazo não há evidências para que haja movimentos bruscos na liderança da economia-mundo capitalista, mas, a análise demonstrou que existem caminhos se direcionando para que os países do Terceiro Mundo assumam novos postos de protagonismo, em breve, para solapar o modo de funcionamento desigual que o ciclo norte-americano desenvolveu desde o último século. E, nesse sentido, a China pode vir a assumir a frente desse acontecimento.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana. CHERNAVSKY, Emilio. LEÃO, Rodrigo P. F. Crise internacional: medidas de políticas de países selecionados. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Número 1. IPEA. 2010.

ALTEMANI, Henrique de Oliveira. A inserção da China no Pós-Guerra Fria. In: CADERNOS Adenauer X, 2009, nº2. **O mundo 20 anos após a queda do Muro**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial**: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 28, n.1, pág. 99-126, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. de Sandra Teixeira. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Trad. César Benjamin. Contraponto. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, Pedro. VIEIRA, Rosângela. AMIN, Felipe. **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. Filomeno. - São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly. Capitalismo and world (dis)order. **Review of International Studies**, 27, 257–279. British International Studies Association. 2001

BALDWIN, David A. **Economia Statecraft: new edition**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

BALDWIN, David A. "economic statecraft". **Encyclopedia Britannica**, 21 jan. 2016, <<https://www.britannica.com/topic/economic-statecraft>>. Acesso em 7 de novembro de 2022.

BBC NEWS. Como o RCEP, o maior tratado de livre-comércio do mundo, afeta o Brasil e a América Latina. BBC News. **Reportagem disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54971949>>** Acesso em 02 de dezembro de 2022.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco. 1987.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. 1º ed. São Paulo. Editora UNESP. FACAMP, 2009.

BEA, Bureau of Economic Analysis. **US Department of Commerce**. 2022. Disponível em: <<https://www.bea.gov/>> Acesso em 21 de novembro de 2022.

CAVES, Richard. FRANKEL, Jeffrey. JONES, Ronald. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. Trad. Cecília Camargo. Saraiva. São Paulo, 2001.

CINTRA, Marcos; PINTO, Eduardo. **China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento** Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 381-400, 2017.

CISESKI, Pedro P. China: milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Número 10. IPEA. 2012.

CHEN, Zhimin. CHANG, Lulu. The Power Strategy of Chinese Foreign Policy: **Bringing Theoretical and Comparative Studies Together**. NFG Working Paper Series, No. 03. NFG Research Group. Freie Universität Berlin. 2013. Disponível em: <<https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/19101/wp313-power-strategy-chinese-foreign-policy.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 28 de dezembro de 2022.

China Going Global between ambition and capacity. China Policy. Beijing, 2017. Disponível em: <<https://policyn.com/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf>> Acesso em: 30/07/2022.

CHASE-DUNN, Christopher. KWON, Roy. Continuidades e transformações na evolução dos sistemas-mundo. In: VIEIRA, Pedro. VIEIRA, Rosângela. AMIN, Felipe. **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. Filomeno. - São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

CHIVVIS, Christopher S. KAPSTEIN, Ethan. U.S. **Strategy and Economic Statecraft: Understanding the Tradeoffs**. Artigo publicado na Carnegie Endowment For International Peace. Abril, 2022. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2022/04/28/u.s.-strategy-and-economic-statecraft-understanding-tradeoffs-pub-86995>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

COSTA LIMA, Marcos. ALBUQUERQUE, Tatiane de Souza. NASCIMENTO, Andreza Melo do. Meio Ambiente na China: **Impasses, avanços e desafios**. REALIS, v.11, n. 02, jul-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/252151>> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

COW. **Correlates of War**. 2022. Disponível em: <<https://correlatesofwar.org/>>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais. In: GILL, Stephen. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CUNHA, A.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C.; MATIJASCIC, M.; ACIOLY, L. (Orgs.). **Trajétórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro_TrajektoriasRecentes.pdf> Acesso em 25 de novembro de 2022.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital:** uma história do sistema monetário internacional. Trad. Sérgio Blum. São Paulo, 2000.

FAIRBANK, John K. GOLDMAN, Merle. **China:** Uma nova história. 3 ed. Tradução de Marisa Motta. Porto Alegre, RS. L&PM, 2008.

FIORI, José Luís. **O poder americano.** 3º ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo. 1996.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global:** história econômica e política do século XX. Trad. Vivian Mannheimer. Jorge Zahar Editora. São Paulo, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176 p.

GUERRA, Diulio Pedrozo. **Economic Statecraft Chinês: uma análise dos fluxos de Investimento Externo Direto da China para o Sudeste Asiático.** Monografia. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/474/2021/01/TCC-diulio-guerra.pdf>> Acesso em 14 de novembro de 2022.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 25º ed. Editora Loyola, São Paulo. 2014.

HENDLER, Bruno. **O sistema sinocêntrico revisitado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018. 276 p.

HENDLER, Bruno. A projeção internacional da China desde 2008: os Investimentos Externos Diretos através da Rota da Seda e novas relações de centro-periferia. **R. Esc. Guerra Naval.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 416-448. maio/agosto. 2019. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/846/pdf>> Acesso em 28 de outubro de 2022.

HENDLER, Bruno. Crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. IN: **China Contemporânea: seis interpretações.** BARBOSA, Alexandre de Freitas. et al. 1º ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2021.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. 1995.

HUNG, Ho-fung. A Guerra Fria, a China e a ascensão e queda da hegemonia do dólar americano. In: VIEIRA, Rosangêla. **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2013.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul global. **Rev. Econ. Contemp.** v. 22, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 28 de dezembro de 2022.

IEA. International Energy Agency. **China**. Disponível em: <<https://www.iea.org/countries/china>> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

JABBOUR, Elias. China: **Socialismo e desenvolvimento sete décadas depois**. 2º ed. rev. e ampl. São Paulo. Fundação Maurício Grabois. 2020.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Elsevier. 1989.

KOTZ, Ricardo. OURIQUES, Ricardo. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **estudos internacionais**. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 9, n. 2. 2021, p. 96-113.

KRUGMAN, Paul. OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política. Trad. Eliezer Martin. São Paulo. Pearson Addison Wesley. 2005.

LEÃO, Rodrigo P. A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX. **Revista tempo do mundo/ rtm**, v. 4, n. 3, dez. 2012.

LOWY INSTITUTE ASIA POWER INDEX. 2021 Ed. Disponível em: <<https://power.lowyinstitute.org/>> Acesso em novembro de 2022.

MANDEL, Ernest. **Introducción a la Teoria Economica Marxista**. Ediciones CEPE. Buenos Aires, 1972.

MASTANDUNO, Michael. Economic Statecraft. In: SMITH, Steve. Et al. **Foreign Policy: theory, actors, cases**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº 3, 1999.

MORAIS, Lecio. A crise capitalista contemporânea e suas consequências econômicas e políticas no sistema internacional. IN: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP. **Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília, 2009.

MOREIRA, Helena Margarido. RIBEIRO, Wagner Costa. A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. **ESTUDOS AVANÇADOS** 30, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo -USP. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/6tpjwS5ssjJ3rQhv9SJLymC/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

NBS. **National Bureau of Statistics of China**. National Data. 2022. Disponível em: <<https://data.stats.gov.cn/>> Acesso em 18 de novembro de 2022.

NDRC. **National Development and Reform Commission of the People's Republic of China**. Action plan for carbon dioxide peaking before 2030. 2021. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202110/t20211027_1301020.html> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

NOGUEIRA, Isabela. **O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana**. Textos de Economia, Florianópolis, v.11, n.1, p.39-53. 2008.

OCDE. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. 2022. Disponível em: <<https://data.oecd.org/fdi/fdi-flows.htm#indicator-chart>> Acesso em 18 de novembro de 2022.

PAUTASSO, Diego. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, nov. 2011.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e poder global da China: a política *made in China* 2025. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. ISSN 2238-6262. v.8, n.16. 2019.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. SARDO, Igor Estima. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação na obra de Giovanni Arrighi: a crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.11, n.21, jan./jun. 2022 | p.9-40. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/download/125358/85844>> Acesso em 25 de novembro de 2022.

PENNAFORTE, Charles. **Análise dos Sistemas-Mundo**: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

REIS, R. P.; HENDLER, B. O modelo arrighiano e o novo caos. In: **IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-mundo**. Anais, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265800760_O_MODELO_ARRIGHIANO_E_O_NOVO_CAOS_LIMITES_E_POSSIBILIDADES>

REILLY, James. China's economic statecraft: turning wealth into power. Sidney: Lowy Institute For International Policy, 2013. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/175042/reilly_chinas_economic_statecraft_web.pdf> Acesso em 27 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a economia mundial**: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX. Dissertação (Mestrado em Economia – UFSC). Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91791>> Acesso em 10 de setembro de 2022.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. p. 179-222. In: FIORI, José Luís. **O poder americano**. 3º ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

SOUZA, Renildo. **Estado e capital na China**. Salvador: EDUFBA, 2018. 285 p.

STIGLITZ, Joseph E. O mundo em queda livre: **os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

US Department of Commerce. **BEA Releases New Data on Foreign Direct Investment in the United States**. 2022. Disponível em: <<https://www.commerce.gov/news/blog/2022/07/bea-releases-new-data-foreign-direct-investment-united-states>> Acesso em 18 de novembro de 2022.

UNCTADSTAT. **United Nations Conference on Trade and Development**. 2022. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/chartView.aspx>> Acesso em 18 de novembro de 2022.

VIEIRA, Pedro Antonio. A China na economia-mundo capitalista de 1840 aos dias atuais: Da incorporação forçada à integração total, voluntária e irreversível. Dossiê China. **ComCiência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-china-na-economia-mundo-capitalista-de-1840-aos-dias-atuais-da-incorporacao-forcada-a-integracao-total-voluntaria-e-irreversivel/#_ftnref1> Acesso em 10 de outubro de 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistemas-Mundo: Una Introducción**. Ed. Siglo veintiuno. 2005. 85 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Ed. Afrontamento, nº 351. Academic Press, New York. 1974.

_____, Immanuel. **El moderno sistema mundial: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1759**. Trad. Siglo XXI. 2º Ed. México. 1980.

_____, Immanuel. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Trad. Elsa Vieira. Rio de Janeiro, Contraponto. 2004.

_____, Immanuel. **Como concebemos o fim do mundo: ciência social para o século XXI**. Ed. Revan, Rio de Janeiro. 2002.

ZOTIN, Marianne Zanon. Transição energética: a liderança chinesa e suas implicações globais. IN: Os novos rumos da sustentabilidade na China; impactos e oportunidades para o Brasil. **Carta Brasil-China**. Ed. 29. 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/wp-content/uploads/2021/12/CartaBrasilChina_Ed29_Oficial.pdf> Acesso em 01 de dezembro de 2022.